

Revista de Letras

- Ciências da Cultura



1

Série III

Maio
de 2021

Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Escola de Ciências Humanas e Sociais

utad

UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

Revista de Letras

UTAD

- Ciências da Cultura

Série III

N.º1

Maio de 2021

REVISTA DE LETRAS UTAD

- Ciências da Cultura

Direção: José Barbosa Machado

Editor: Fernando Alberto Torres Moreira

Revista de Letras UTAD / edição da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras Artes e Comunicação. – Série III, n.º1 (maio de 2021) – Vila Real, UTAD, Portugal.

Paginação e *design*: José Barbosa Machado

Imagem da capa: Serra do Marão

Site: <https://revistadeletras.utad.pt>

Artigos submetidos a *peer review*.

eISSN: 2975-8955 pISSN: 0874-7962

Índice

| | |
|--|---------|
| ARTIGOS | 5 |
| <i>A doutrinação da juventude para criação de identidade cultural nacional na ideologia fascista</i> Wilson Ribeiro Lins Fernando Alberto Torres Moreira | 7-27 |
| <i>Cultural perspectives of disability in Portugal</i> Stella Aguirre Orquídea Moreira Ribeiro | 29-62 |
| <i>A colaboração da filologia para a história social</i> António Ackel | 63-93 |
| <i>De Portugal para o Brasil: As primeiras publicações em língua portuguesa na metrópole até a chegada da impressão régia na colônia</i> Soênia Pacheco | 95-114 |
| <i>Mulheres, direitos e cultura: Leituras da condição feminina em Mia Couto</i> Orquídea Moreira Ribeiro | 115-133 |
| <i>A Varanda do Frangipani de Mia Couto: Leitura pelo Software IRaMuTeQ</i> Maria Salete Gomes da Costa da Cunha Orquídea Moreira Ribeiro | 135-167 |
| RECENSÕES | 169 |
| Pedro Abreu Peixoto: <i>Vila Real. Posturas Municipais Oitocentistas – 1839-1894</i> Fernando Alberto Torres Moreira | 171-174 |
| Karin Bojs: <i>A Grande Família Europeia – Os Primeiros 54 000 Anos</i> José Barbosa Machado | 175-177 |
| Lilian Thuram: <i>La Pensée Blanche</i> Susana Pimenta | 178-181 |

ARTIGOS

A DOCTRINAÇÃO DA JUVENTUDE PARA CRIAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL NA IDEOLOGIA FASCISTA

Wilson Ribeiro Lins (UTAD)

Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD)

ABSTRACT

The present work aims to expose the Italian origin of fascism and its ramifications in Brazil, Spain and Portugal, emphasizing the formation of young people as ideological warriors. Its content addresses the role of traditions, the revitalization of the family and the omnipresence of God in the building of an ultra-nationalist conservative moralistic society. It also demonstrates the importance of using symbols focused on awakening perceptions favorable to the system, maximally, on the origin of the cult of the person of the Messianic leader and on his belief in leading the nation to a promising future.

Keywords: Populism; Cultural Identity; National Identity; Fascist Ideology; Doctrine.

RESUMO

O presente trabalho objetiva expor a origem italiana do fascismo e suas ramificações no Brasil, Espanha e Portugal, dando ênfase à formação de jovens como guerreiros ideológicos. Em seu conteúdo são abordados o papel das tradições, o revitalizar da família e a onipresença de Deus à edificação de uma sociedade moralista conservadora ultranacionalista. De igual modo demonstra a importância do uso de símbolos focados no despertar de percepções favoráveis ao sistema, máxime, no originar do culto à pessoa do líder messiânico e na crença deste em conduzir a nação a um futuro promissor.

Palavras-chave: Populismo, Identidade Cultural; Identidade Nacional; Ideologia Fascista; Doutrinação.

Introdução

Este artigo se propõe analisar a ideologia fascista na materialização de seus ideais de nação ligados à identidade de origem, costumes, religião e pátria como território de nascimento. Tais vertentes, unificadas por metáforas de superioridade oriundas de um passado glorioso, têm a devida competência a alavancar uma realidade presente a um futuro próspero, notadamente, quando amparada na família católica. Por Deus, pela Pátria e pela Família, transforma-se em máxima a incorporar o lema da doutrinação, provocando o fervor coletivo.

O estudo, efetivado via pesquisa qualitativa, busca âncora nas obras de Jason Stanley, *Como Funciona o Fascismo* (2018); Robert Paxton, *Anatomia del fascismo* (2019); Lúcia Oliveira, Mônica Pimenta Veloso & Ângela Gomes, *Estado Novo: ideologia e poder* (1982); Eduardo Said: *Cultura e Imperialismo* (2017). Como fonte adicional, foram consultados os artigos de Sérgio Gomes, “As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista” (2007); Manuel Patrício, “A Identidade Nacional num Mundo Intercultural. Portugal: percursos de interculturalidade” (2008); José Horta, “A educação na Itália fascista -1922-1945” (2009); Jesús Rodriguez, “El Franquismo” (2005); Andrea Giardina, “Mito fascista da romanidade” (2008).

Na descrição inicial é demonstrada a situação socioeconômica e política pós primeira guerra mundial e suas repercussões nos conceitos de nacionalismo. Nesta, os antagonismos de esquerda revolucionária e direita conservadora fundamentam os regionalismos e ardor ao civilismo, originando ao surgimento da Liga das Nações e seu fracasso como entidade a preservar a paz e respeito a alteridade.

Em seguida, são abordados os conceitos de identidade nacional e identidade cultural, bem como o papel destes na construção de uma personalidade coletiva exclusiva.

Uma terceira etapa abrange a questão do populismo, evidenciando a força da liderança carismática na configuração de um ícone a encarnar a figura paterna, guia do povo. Nesta, a origem do fascismo é descrita com demonstrações das variáveis causais ao surgimento da ideologia e os conteúdos doutrinários fundamentais, bem como suas implicações no cotidiano social, principalmente, na criação de um novo homem.

Um tópico é dedicado a análise do *modus operandi* comum ao fascismo

italiano, Estado Novo brasileiro, Estado Novo português e franquismo, em especial, no compartilhar de modelos de estruturação de uma sociedade moralista, tendo Deus, a família e a presença de um estado forte para garantir estabilidade às instituições, bem como as tratativas em reconstruir junto a juventude uma identidade cultural e nacional reguladora das interações sociais, capacitada a originar um cidadão diferenciado.

Nas considerações finais são apresentadas ilações referentes a eficiência e eficácia da doutrinação ideológica fascista, em especial, na clara intenção de modificar identidades culturais de âmbito nacional.

1. A sociedade emergente pós-primeira guerra mundial

De acordo com Leonardo Couto (2012: 6-7), a democracia liberal se institui na medida em que o governo emana do povo, pois este constitui a vontade soberana, sendo protagonista na determinação de políticas de interesse público. Como o povo exerce o papel de governante, nenhuma instituição pode sobrepujar decisões via voto da maioria e a tarefa política consiste na obtenção do aval majoritário às proposições por parte dos agentes legalmente investidos. Assim, é válido se afirmar que o conceito de democracia, dentro da ótica liberal encontra âncora em decisões provenientes de representantes escolhidos pelo voto.

Edward Hallett Carr (2001: 39-53) afirma constituir utopia a visão da democracia liberalizante imposta de modo padronizado a diferentes, como representação ideal de civilização adulta, fincada na razão. Ideias providas de intelectuais como subprodutos abstratos originados em mentes teóricas e sujeito a subjetividades tendem ao fracasso como assim foi a Liga das Nações. A harmonia em sociedade provém da prática de normas reguladoras do exercício da cidadania, padronizadas e coletivizadas em prol do bem estar comum. Porém, este ordenamento social somente é factível a agrupamentos humanos em conjunção de valores e identidade cultural. A Liga das Nações foi produto da crença na consciência crítica de um povo, basilar às decisões de carácter coletivo a pressionar os agentes políticos nas dimensões internas e externas a uma nação, sendo a paz derivada da cobrança popular à manutenção da estabilidade nas relações entre países. Sua debilidade ficou comprovada na polarização e rejeição encontrada na opinião pública ao sentido de homogeneização política e militar (Carr 2001: 39-53).

A ineficácia da Liga das Nações, as pesadas sanções impostas à Alemanha, o desarmamento arbitrário, a ascensão dos bolcheviques na Rússia e o caos

econômico aceleraram as disparidades entre as nações e o medo de um novo conflito fez emergir com força total uma conjuntura propícia ao surgimento do estado moderno profetizado por Thomas Hobbes já no século XVII:

Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros (Hobbes 2015: 61).

Ainda em Carr (2001: 71), em interesses comungados à construção e manutenção da paz, todos a infringirem tal condição por atividades beligerante são desprovidos da razão. Entretanto, essa não era ideia consensual, pois, historicamente, muitas nações obtiveram *benesses* com conquistas militares. Contudo, uma década e meia após a primeira grande guerra, as potências colocavam tal proposta como verdade a ser efetivada nas políticas internas e externas. A Itália se sobressai pela postura antagônica a tal ideologia.

A conformidade de anseios e valores entre países é ilusão diante do pragmatismo na prática das relações internacionais, pois a multivariada de identidades culturais e etnias encarna a diversidade como inerente a vida em sociedade, constituindo quimera o emprego de programas unificadores da ordem mundial. Alicerces edificadas em argila porosa não constituem base a sólidas construções, em especial, quando estas provêm do abstrato teórico.

2. A questão da identidade nacional

Conforme Sérgio Alexandre R. Gomes (2007: 192-194), durante o interregno a compreender o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, o ufanismo ligado as questões nacionalistas assume vulto de extraordinária expressão via instabilidades políticas e sociais vividas pelos europeus. Neste pano de fundo o socialismo com a consciência do proletariado na conquista de tratativas isonômicas, pelo menos na teoria, das demandas da sociedade em suas diferentes classes emerge como resposta ao capitalismo burguês pós-revolução industrial. Este antagonismo originou polarização ideológica entre a esquerda revolucionária e direita ultraconservadora a lutarem pela hegemonia e poder através da retórica e o populismo como opção à conquista das massas.

A Europa, espaço geo-político-histórico de multidiversidade étnica, viu o surgimento de movimentos de cunho patriótico embasados em identidades nacionais distintas. Neste fervor os discursos de Benito Mussolini alavancavam a soberania, cultura, antecedentes históricos gloriosos como artífices do Estado-Nação:

Nós vemos em Roma a preparação do futuro. Roma é o nosso mito. Sonhamos com uma Itália romana, ou seja, sábia, forte, disciplinada e imperial. Grande parte do espírito imortal de Roma renasce com o fascismo: romano é o fascio, romana a nossa organização de combate (Gomes 2006: 194)

Manuel Patrício (2008: 426) sinonimiza identidade cultural como o somatório de culturas e subculturas bem definidas e aplicadas a agrupamentos humanos específicos. Na dinâmica social, culturas são mescladas nas inter-relações, provocando perene reformular de valores nas influências em via dupla. Neste contexto mutante é possível encontrar inúmeras identidades culturais de bases distintas a conviverem em mutualidade de interesses.

Na *persona* singularizada, há uma concepção de alguém sobre si mesmo, ou seja, um sujeito individualizado. Na ótica coletivizada, o *homo socialis* com atuação gregária, é passível de alterações emocionais fruto de indagações sobre o que é, em cada grupo social. Uma sociedade, como organismo vivo, tem similar comportamento, fragmentando a unicidade cultural pela presença da dicotomia identidade - alteridade. No entanto, a noção do civismo, aliada a imagem da nação como ícone aglutinador, prevalece diante do interesse individual tornando viva a ligação efetivada por laços culturais históricos, etnia e linguística.

Identidades nacionais se fundamentam na cultura e em memórias de um passado formatador de raízes simbólicas a provocarem o imaginário no sentido de dotar as pessoas uma peculiaridade distinta de personalização. Na fusão da identidade cultural e identidade nacional ocorre a potencialização da sensibilidade coletiva, originando a ideia do todo organizado no propósito de originar referências às existências individuais.

3. O populismo como agente de integração política ideológica

Populismo pode ser definido como o exercício da atuação política arraigado na busca de respostas populacionais através da competência de determinados atores à exteriorização de uma imagem construída e fortalecida

sob a prática da retórica. Nesta, a comunicação externalizada com ênfase na argumentação e persuasão, coadjuvada pela impostação e tonalidade de voz, posturas e poses minuciosamente estudadas, tem o propósito de conquistar simpatia e subsequente arregimentação popular.

Gonçalo Marcelo (2018: 77) esclarece que o populismo tem sua visão estrutural centrada na ideia de povo como entidade viva a expressar sua vontade e, quando reivindicações são unificadas por um expressivo agrupamento humano, se tornam matéria prima às transformações sociais e caráter amplo. Vislumbra a ordem social como resultado da congregação de sentimentos apreendidos na massa e devolvidos pela habilidade do discurso eloquente. Já Ricardo Souza (2004: 238-241) destaca que populismo é um sistema político centrado no carisma de um líder junto a população onde o vínculo sentimental verificado entre quem ocupa o cargo de liderança e o povo atinge extraordinário nível emocional.

Conforme Souza (2004: 238-241), “o líder populista não é apenas um ditador que utiliza a força para chegar ao poder e eliminar os adversários. Ele desconfia do povo, mas necessita dele para chegar ao poder e nele manter-se; daí o permanente processo de manipulação que estaria no cerne do populismo”. Atua dentro de uma lógica a dispensar a atuação dos partidos políticos ou reduzindo o poder destes. Um variado quadro partidário pode vir a existir, mas constituído de aliados, a fortalecerem a ideologia quando é necessária à manutenção da influência e poder.

Em um regime populista é notória nos discursos demagógicos de caráter agregador e no uso da simpatia e empatia a proposta de fazer o povo se sentir como ator relevante, protegido diante das adversidades, tendo seus interesses como alvo das realizações governamentais. Também há a transformação de um líder carismático em ícone, pois a liderança, outrora inatingível para muitos, circula entre multidões, aperta mãos, abraça estranhos e usa vestuário que todos podem comprar. A hipocrisia dissimulada em um sorriso cativante e olhar de concentrada atenção ao que está sendo dito, originam a “figura do povo”, na qual a distância entre o governante e o cidadão é reduzida.

A imagem iconográfica do líder, disseminada sistematicamente pelos mais variados meios de comunicação, tem na máquina da propaganda o instrumento perfeito à difusão de uma personalidade messiânica, induzindo a população a nutrir uma verdadeira idolatria à pessoa deste. Na hipótese de quaisquer manifestações direcionadas a denegrir o “protetor do povo”, artífice da felicidade coletivizada, de imediato, ocorre veemente rejeição. O populismo transforma o homem em mito.

4. Origem histórica do fascismo

Segundo Robert Paxton (2019: 16-19), o termo fascismo se origina no *fascio* italiano, traduzido *ipsis litteris* como feixe e relacionado aos *fasces lictoris*, símbolo de origem etrusca, a significar poder e autoridade, conduzido por um servidor público diante de magistrados, a representar a união do povo em torno da justiça do Estado.

No final de 1914, um movimento de esquerda, autodenominado *Fascio Rivoluzionario d'Azione Interventista*, busca na palavra *fascio* a energia inspiradora a exaltar o entusiasmo e expressiva adesão à causa. Entre seus filiados se encontra Benito Mussolini que, no identificar da receptividade ao nome, no término do conflito, cria o neologismo *Fascismo* (Paxton 2019: 16-19).

Segundo Mariângela Silva (2008: 2-5), em uma sociedade fortemente influenciada por representações, a imagem é ímpar à influência, alcance de credibilidade e oportunização ao exercício da liderança. Ao mesmo tempo, na proposta de gerar consistência, convergência para si e, ao mesmo tempo, provocar percepções, os símbolos têm extraordinária atuação no individual e coletivo, no originar de múltiplas interpretações pelas execuções ritualísticas litúrgicas. Ritos efetivados através de cerimônias canônicas edificam e consolidam manifestações inconscientes essenciais à prática ideológica. Na introdução do original em identidades culturais, assaz se faz necessário plena compreensão dos valores e seus significados e, deste modo, encontrar alternativas ao remodelar de concepções coletivas. A comunicação se torna persuasiva quando opera através de discursos formatados onde palavras, gestos, posturas e poses dão expressão simbólica ao que se deseja veicular.

O fascínio exercido pela representatividade de conceitos atrelados à imagem traz a ideia de que as pessoas são o que os outros veem nelas e não o que realmente são. Com base neste axioma, homens públicos arquitetam formas artificiais de posturas e poses, vestuários centrados em costumes locais, além de discursos conectados com anseios populares.

Andrea Giardina (2008: 2-3) afirma que a visão nacionalista e particularizadora do movimento fascista buscava amparo nos rituais e simbologias provenientes do período glorioso da Roma antiga. Assim, o *fascio littorio*, saudação com o braço elevado e a mão estendida para o alto, coadjuvado por um passo cadenciado durante a marcha dos membros, originava patriotismo e despertava a necessidade do pertencer.

O culto ao todo organizado traduz o caráter abrangente do movimento fascista, notadamente, na acepção empregada ao termo nação italiana. Não se trata unicamente da restauração de tempos heroicos onde Roma foi senhora incontestável do mundo, mas sim de uma metáfora suficientemente forte à conquista de adeptos a algo grandioso.

5. Paralelismo entre o fascismo italiano, estado novo brasileiro, estado novo português e franquismo

5.1. Estado Novo português

Atesta Márcia Grilo (2011:193-194) que o Estado Novo português emergiu de Salazar como uma resposta política ante instabilidades provenientes da ditadura militar de 1926, como golpe de misericórdia ao caos político e econômico da I República de 1910 e a catastrófica atuação do país na primeira grande guerra. A inconstância derivada do regime parlamentar subsidia a necessidade de um governo estável, com autoridade e fortaleza suficientes à solução dos problemas nacionais. Como naturalmente ocorre em situações idênticas, a ditadura vem à tona como sistema mais eficiente e eficaz. O ambiente ideológico vigente durante a ditadura militar mostrava diversidade de interesses onde republicanos e militares conservadores, monárquicos constitucionais e integralistas, Igreja, grupos direitistas radicais e fascistas competiam entre si.

Quando António Oliveira Salazar assume o Ministério das Finanças implementa severa política de controle financeiro, instaurando estabilidade econômica no país, elevando sua influência política e seus apoiadores, na busca da conjunção de forças com integrantes da direita católica, integralistas e conservadores, iniciam uma postura de rejeição ao pensamento republicano a tramar o retorno do regime parlamentar (Grilo 2011: 194).

O pragmatismo salazarista proporcionou a cooptação de grupos ideologicamente adversos dentro do projeto Estado Novo. No programa, a unidade nacional, fundamentada no caráter doutrinário, traça o redesenho da história da nação portuguesa, vinculado no evidenciar do passado a refletir a ótica integralista. Memórias de tempos gloriosos deixam evidente uma solução de continuidade pela interferência do idealismo liberalizante, então, a rica identidade cultural de um povo de grandeza ultramar se torna pedra fundamental ao renascimento nacional, máxime, na recusa a influências externas e na visão da família, como *cellula mater* da sociedade

e conduta moral alicerçada no cristianismo e catolicismo.

Esse ressurgir do Portugal ultramarino, forte e delineador do mapa mundial através das grandes navegações, carecia de ser visualizado no presente. Para tanto, o poder pátrio seria o catalisador da ressurreição da glória do passado e, com ela, a restauração do nacionalismo essencial ao bem comum (Grilo 2011: 195-196).

5.2. Estado Novo brasileiro

Oliveira, Velloso e Gomes (1982: 7-46) advertem que, nos anos 30, o Brasil acompanhava os acontecimentos mundiais responsáveis por profundas transformações socioeconômicas e na própria geografia do planeta. Em um mundo efervescente, o Estado Novo brasileiro surge como ação contraditória à democracia liberal, com forte ligação com o fascismo europeu. A revolução integralista de 1930 já demonstrava a insatisfação diante da anarquia vinda da experiência liberal da velha república e redução do nacionalismo pela perda das tradições. Era preciso renascer a identidade cultural nacional para recolocar o Brasil nos trilhos.

Polarizados em suas essências, nacionalismo e autoritarismo são pedras fundamentais à criação e manutenção de uma soberania na qual o estado moralizante, detentor do poder político e econômico, personifica o ideal de justiça, de democracia. Com natureza centralizadora, o Estado Novo promove a apoteose do poder estatal como alternativa singular a garantia dos sentimentos de âmbito nacional. Com um conjunto de princípios norteadores do comportamento coletivo, mantém fortes semelhanças com o fascismo (Oliveira *et al.* 1982: 7-46).

Em uma situação de identidade forte, cívica e nacionalista, se faz obrigatório a defesa das memórias culturais. Para tanto, a intelectualidade representa o elo entre a realidade social e a noção simbólica do que é ser brasileiro, interpretando o passado sob a ótica da relevância da tradição à edificação de uma sociedade. Neste sentido, o Estado Novo deixa evidenciado a questão contextualizada das aspirações populares como básico a sua estrutura social, econômica e política, trazendo à tona a pessoa de Getúlio Vargas como praticante do populismo, em permanente contato com as massas, sem a presença de intermediários, ouvindo reivindicações através de uma abordagem franca e direta de exercício da autoridade em contraste com a prática purista do fascismo italiano (Oliveira *et al.* 1982: 7-46).

A circunstância mencionada é suficiente à compreensão do mito sobre

o ditador, notadamente quando lhe recai sobre os ombros a figura do “pai dos pobres, condição a se perpetuar no cotidiano da política brasileira até à atualidade.

5.3. Franquismo

Assinala Manel Risques Corbella (2015: 2) que o franquismo buscou sua origem ideológica no fascismo por compartilhar ideais de antiliberalismo democrático, rejeição ao socialismo, instituição de um regime monopartidário focado nas organizações populares e a presença de um líder a atuar como símbolo máximo como Caudillho e Duce, complementado por uma elevação de uma consciência nacionalista fincada no imperialismo e estado forte, tendo sob sua responsabilidade a unidade social.

Gabriela de Lima Grecco (2016: 3) alerta para a compreensão do momento histórico no qual a direita radical assume o poder na Espanha, especialmente, no descrédito da democracia. Na busca de uma ideologia forte o suficiente para seduzir e atrair as massas, a retórica se torna arma vital e o fascismo, com sua conceituação de estado, emerge como sistema mais adequado. Neste sentido, é natural o surgimento do partido único denominado de *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*, com valores fincados na sociedade organizada, cultura e corporativismo.

Jesús Sánchez Rodríguez (2005: 2-3) argumenta que o projeto político a servir de sustentáculo à *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*, além do propósito de recuperar a grandeza histórica nacional atrelada ao período dos reis católicos e das grandes navegações dos séculos XV/XVI, tencionava evidenciar o nacionalismo imperialista e o papel do catolicismo como agente de unificação. Em complemento, se faz obrigatória a presença da disciplina hierarquizada e a ação militar como elemento de integração e ordenação da sociedade.

O programa elaborado pelo partido único priorizava uma Espanha com singularização do pensamento a priorizar o interesse coletivo diante de minorias, reconstrução da nação sob a alçada do catolicismo, no entanto, sem a interferência da Igreja no estado, instituição do sistema unipartidário com a presença autoritária e totalitária de um estado sindicalista no comando das coisas públicas, rejeição aos excessos do capitalismo e marxismo, originar uma sociedade corporativista imposta via poderio militar e inexistência de pactos com agremiações diversa (Rodríguez 2005: 2-3).

A ótica corporativa estatal prevê uma sociedade fragmentada em classes

sociais, porém, há a obrigatoriedade em se eliminar o conflito de interesses oriundos da diversidade na busca de se atingir uma simetria de anseios, essenciais ao bem estar coletivizado (Rodriguez 2005: 2-3).

Evocar o passado magnífico constitui prática comum em movimentos direcionados a utilização da identidade cultural de um povo como componente catalisador de esforços coletivizados preestabelecidos. É preciso calar a voz da oposição, fechar os olhos e tapar ouvidos a manifestações amparadas no regime democrático de direito. A voz emanada das massas quer um guia a indicar o caminho correto a ser seguido. Diferenças devem ser usadas no fortalecimento de um todo organizado de forma a manter a maior harmonia possível. O sentimento patriótico é amalgama à uma sociedade justa.

A identidade cultural nacional estabelece paradigmas a uma personalidade particularizadora, ensejando o surgimento do conceito de povo, personalizado em anos de evolução das relações efetuadas entre semelhantes, pela qual, no intercâmbio de valores e conceitos, ocorram transmissões e absorções de influências. De igual modo, se torna evidente que tais interações sociais nem sempre são amistosas, com conflitos cujas feridas demoram a cicatrizar. Entretanto, intelectuais e demais teóricos das relações sociais atuam, *pari passu*, as querelas no intuito de reduzir os instantes de instabilidade provenientes da discórdia.

6. A questão da identidade cultural na prática fascista

Alerta Eduardo Said (2017: 23-36) ser imprescindível a noção de que tempos idos, de fato, se encontram sepultados nas memórias ou se ainda provocam influências sobre questões imediatas e futuras. Antecedentes verificados na construção do conceito de sociedade têm demonstrado que identidades culturais nacionalmente instituídas auxiliam à origem e preservação do civilismo, matéria prima do sentido de pátria como mãe.

Mudar, assim como navegar, é preciso. Todavia, a sociedade, como organismo vivo evolucionário, se altera no objetivo de assegurar assimilação de valores com redução de objeções. Porém, propostas revolucionárias exigem adaptação de feição imediatista, não possibilitando reações, mas sim aceitação.

Benito Mussolini retrata a grandeza da nação na força presente do *esprit de corps* estabelecido em função da noção do guerreiro impávido a enfrentar agruras na busca dos louros da vitória. O mito gera a fé inabalável a

impulsionar os seres humanos a grandes feitos; assim, “É melhor viver um dia como um leão do que uma centena de anos como uma ovelha” (Mussolini 1933: 3). Ainda Mussolini:

O mito é fé, é paixão; não é necessário que seja uma realidade. É realidade pelo fato de ser incentivo, esperança, fé e coragem. O nosso mito é a Nação, nosso mito é a grandeza da nação! E a este mito, a esta grandeza, que queremos traduzir numa realidade completa, nós subordinamos todo o resto! Para nós a Nação é sobretudo espírito e não somente território. Uma Nação é grande quando traduz na realidade a força do seu espírito (Mussolini 1933: 29).

Segundo Jason Stanley (2018:12), a alteridade defendida pelos fascistas é aplicada não no sentido de compreender e conviver com diferenças, mas na razão específica de dividir. No ideário fascista o conceito mítico e purista do passado sofreu rupturas por falsas interpretações oriundas das interações entre culturas diferenciadas no transcorrer da história. No presente, se faz obrigatório o resgate de glórias pretéritas associadas a valores raciais, culturais e religiosos puros e família tradicional. Neste, guerreiros patriotas lutavam pela nação enquanto, em casa, esposas zelosas cuidavam da prole.

6.1. Fascismo na educação da juventude

Uma mudança social de caráter amplo ocorre em longo prazo pela essência evolutiva da assimilação consensual. Mudanças são válidas, porém, em seus estágios primordiais toda transformação é refém de objeções, principalmente para a população mais idosa.

Pessoas adultas vivenciaram inúmeras situações durante a existência e, ao atingirem certo *status* no meio onde exercem cidadania, desejam estabilidade. De igual modo, o processo de formação da personalidade, gradual através dos anos, por si só, proporciona experiências, cujos resultados fornecem avisos de alerta psicológico e sociológico diante do novo.

João Paulo Nunes (1995: 171) adverte sobre as organizações oficiais de juventude como ferramenta fascista de controle social e de estruturação da hegemonia do regime a terem como objetivo enquadrar crianças e adolescentes em uma linha de raciocínio integrada a ideologia, originando consciências restritivas a quaisquer influências oposicionistas, além de cobranças sobre um posicionamento favorável ao regime.

A flexibilidade, naturalmente associada ao jovem, atua como fonte de inspiração ao despertar da carência em mudar. É justamente neste instante

que a proposta de se educar para estabelecer determinado ideal político encontra âncora à sua efetivação.

Ademir Valdir dos Santos (2015: 234-244) alerta que os processos educacionais e poder sempre se encontram conectados nos mais diversos períodos da história da humanidade, sendo a disseminação do conhecimento uma forma de se atingir os mais distintos exemplos de ação humana, particularmente quando se deseja incutir doutrinas e, com estas, modificar um *status quo* existente. Com tal propósito, na primeira metade do século XX, a educação e sua ferramenta básica, a escola, foi utilizada como instrumento de dominação a ter na influência formalizada a âncora de regimes totalitários na Europa e América Latina.

A concepção estratégica de uma escola como aparelho de disseminação ideológica, sobretudo quando alicerçada na visão nacionalista de origem remota, faz emergir a competência da instituição de ensino à manufatura e distribuição de meios instrucionais vinculados ao sistema político, atuando como meio de propaganda. Em prol da criação e veiculação maciça da cultura fascista, Vargas, Salazar, Franco e Mussolini não hesitaram em adotar práticas semelhantes. Assim, livros e cadernos didáticos representavam um modo bastante peculiar de fazer chegar a juventude a essência a ser popularizada do regime como coadjuvantes aos docentes Santos (2015: 234-244).

6.2. Modelo italiano

Conforme José Silvério Baia Horta (2009: 53), a proposta educacional do Partido Nacional Fascista se apresentava sem muita profundidade em sua filosofia de atuação, apenas deixando claro o papel do estado na escolha dos programas e dos professores no propósito de formatar moralmente e culturalmente os futuros soldados da nação. Para tanto, atrai intelectuais idealistas e fascistas à composição de um plano de âmbito globalizante, cooptando professores como peças estratégicas à nova ideia de educação, tendo como início a transformação do *Fascio di Educazione Nazionale* em *Gruppo di Competenza per la Scuola*, com nomeação de Giovanni Gentile para o Ministério da Instrução Pública em outubro de 1922.

Horta (2009: 64) destaca o discurso do *Duce* no Congresso Nacional do Partido Fascista em 1925, quando este apresenta, de modo entusiasta, a *Corporazione della Scuola*, entidade a unificar todas as associações de professores italianos:

Um outro motivo de alegria consiste em constatar, através da palavra dos oradores que me precederam e através da vossa manifestação, que a escola italiana se tornou fascista. [...] Assim sendo - e assim realmente é - o governo exige que a escola inspire-se nos ideais do fascismo, exige não apenas que a escola não seja hostil ao fascismo, mas também que ela não seja estranha ou agnóstica diante dele, exige que toda a escola, em todos os seus graus e em todas as disciplinas eduque a juventude italiana para compreender o fascismo, a renovar-se no fascismo, a viver do clima histórico criado pela revolução fascista (Horta 2009: 64)

Cristina Sousa da Rosa (2009: 2) alerta para a prática educacional fascista e na difusão das mensagens ideológicas a ter como foco as crianças sob a alegativa de doutrinadas, influenciarem no cotidiano da família e na própria sociedade como um todo.

Utilizadas como ferramentas de propaganda da cultura política do regime, associações de jovens têm a responsabilidade em formar um novo cidadão. No contexto citado, meninas são vocacionadas acerca de seus afazeres domésticos, relação com a maternidade e culto aos valores do sistema. Aos meninos, cabia a internalização do conceito de família, do ofício e da educação militar para compor as forças armadas, de prontidão para atender as necessidades do partido (Rosa 2009: 2).

6.3. Modelo português

Márcia Grilo (2011:199-200) esclarece que, na ascensão de Oliveira Salazar e o conseqüente estabelecimento do Estado Novo, ocorre uma reformulação do papel da educação no estabelecimento de comportamentos coletivos, contradizendo o fato de que ignorantes são turbas fáceis de serem conduzidas. Na verdade, a baixa consciência da população a deixava a mercê de influências socialistas a representar um perigo à nação portuguesa. Então, Instituições de ensino e alfabetização passam ao reconceito de excelentes meios de controle social, pois, utilizadas adequadamente a serviço da máquina governamental, atuam como instrumentos de doutrinação ideológica.

Na transformação de uma ferramenta de ação instrucional em objeto de transmissão de concepções dogmáticamente organizadas em favor de um projeto político, a escola passa a formar indivíduos submissos à ideologia fascista, em especial, no ufanismo nacional, exacerbada defesa de valores como a família e apologia à ótica cristã de valores morais, tudo cristalizado na trindade *Deus, Pátria e Família* (Grilo 2011: 199-200).

Em decreto de abril de 1932, Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução, deixa explicitada a forma como os livros de História de Portugal deverão ser elaborados:

“Até ao presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Se os autores dos compêndios de história são responsáveis pelos erros ou pelas verdades que defendem nos seus livros, o Estado é responsável pelo ensino que ministra nas suas escolas oficiais. Tudo neles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo” (Torgal et al. *apud* Grilo 2011: 201).

A questão ideológica adquire *status* privilegiado à elaboração de um ideário nacional montado na grandeza histórica de Portugal. Um país se torna conquistador através de guerreiros imbatíveis e estes têm a faculdade de despertar no imaginário infantil a grandiosidade pelos feitos memoráveis e inabalável conceito de Pátria. A fé incorruptível em Deus e na cristandade conduziu Portugal a uma condição gloriosa na história da humanidade. (Grilo 2011: 202-203).

É importante destacar a relevância dos valores tradicionais do passado de glórias como impulsionadores do ideário nacionalista fincado na pátria como acolhedora de todos a zelar pelo bem estar comum. Heróis míticos capacitados a referenciar o que é o correto, encantam e fascinam as mentes da juventude e a fantasia traz de volta tempos memoráveis onde as boas virtudes decorrentes da sempre benéfica influência religiosa, leva os cidadãos a um estágio elevado de sociedade. Portugal é nação de histórico conquistador e seus filhos representam uma raça destemida e capacitada a grandes feitos.

6.4. Modelo do Estado Novo brasileiro

Ademir Valdir dos Santos (2012: 2-3) expõe o foco da ideologia do Estado Novo à configuração de uma suposta identidade cultural brasileira assentada sob a égide de uma nação unificada pela educação. Quaisquer formas de infiltração ideológica no sistema educacional seriam válidas, dando a escola um *status* estratégico na formatação de um novo cidadão patriota a contribuir na reconstrução do Brasil. A educação cívica da criança assume lugar de destaque.

Simon Schwartzman, Helena Bomeny & Vanda Costa (1984: 69)

demonstram a visão da educação formalizada no Estado Novo como agente de influência à constituição de uma sociedade original, desagregada de vícios e costumes. Então, em um projeto pedagógico de amplitude nacional, direcionado à juventude, fica evidente a ideia de mentes jovens serem mais facilmente seduzidas pela alternativa de terem à disposição programas focados na defesa de uma mobilidade social e plena participação no redesenhar dos destinos da nação.

O Estado Novo dedicou especial atenção ao nacionalismo e obrigatoriedade em originar uma consciência coletiva na qual o amor a pátria se destaca como indispensável à prática cívica. No processo educacional em seu estágio inicial, quando as pessoas ainda estão na formação básica, não deverão ser poupados esforços à doutrinação. Schwartzman *et al* (1984: 150) deixam evidente tal assertiva na expressão “na alma das crianças e dos jovens deverá ser formado o sentimento de que o Brasil é uma entidade sagrada, e que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela sua segurança, pelo seu engrandecimento e pela sua perpetuidade”.

Getúlio Vargas via na educação dos jovens uma opção deveras factível à perenização da ideologia fascista do Estado Novo. Crianças, um dia se tornarão adultos, mas, até à maturidade, a educação tem a competência de promover o cidadão original, despido de defeitos e elevada consciência cívica alicerçada em valores morais.

6.5. Modelo do Franquismo

Maria Helena Capelato (2009: 120) destaca a real possibilidade do idealismo ardente se sobressair em instantes de instabilidade social, haja vista a descrença nas instituições instaladas, personificar momento oportuno ao surgimento de um salvador.

O estado fascista é cômico da necessidade em formar cidadãos sintonizados no temor a Deus, idolatria à Pátria e ao chefe do Governo. Como crianças, personificam pessoas em estágios de moldagem da personalidade, ainda não externalizam posturas radicais, sejam de apoio ou rejeição. Este é o momento mais apropriado à preparação de mentes doutrinadas que, no futuro, ajuizarão as verdades do fascismo como incontestáveis (Capelato 2009: 120)

A educação a enfatizar os ideais católicos inspirados na visão comunitária do Cristo, certamente induz alguém ao civismo essencial a assimilação de uma doutrina a disseminar a necessidade de uma pátria onde a religião é

porto em mares caudalosos. Crianças têm nas escolas a fonte supridora das respostas fundamentais à compreensão do mundo. A inocência atrelada a imaturidade e a abertura ao novo constituem singular condição à introdução de saberes estabelecidos.

O Franquismo pregava que crianças, iguais a anjos, em virtude da pureza da infância, teriam a capacidade de resgatar os estágios iniciais da nação espanhola, cujos reis católicos tinham livrado o povo da impureza proveniente do pecado original. A pátria, desvirtuada por anarquistas, comunistas, liberais e socialistas, havia perdido o rumo da história, necessitando da energia positiva contida na criança, representante do futuro baseado no passado de glória reconstruída, restituiria os valores morais suficientes à edificação da nação sob a tutela da obediência, disciplina e sacrifício.

O ensino estaria focado no atendimento aos interesses nacionais, destacando o patriotismo e o ufanismo, cabendo aos educadores a tarefa de identificar possíveis manifestações oposicionistas a doutrina, forças armadas e ao povo espanhol. Nos conteúdos dos programas educativos o patriotismo é proeminente. O estado é posicionado como componente vital, sendo inconcebível quaisquer objeções à sua operacionalização. A unidade nacional é matéria inquestionável, haja vista concepções regionalistas e/ou separatistas representarem posturas antipatrióticas, merecedoras de correção. O catolicismo seria pedra angular no processo de eliminar da memória do povo a república laica (Capelato 2009: 125).

Guerreiros míticos e santos seriam eficientes e eficazes instrumentos de doutrinação, trazendo à tona os sentimentos de orgulho por uma nação de passado glorioso centrado no catolicismo. Era preciso retornar ao espírito religioso e heroico de um povo com antecedentes históricos tão valorosos.

Considerações finais

Populismo é a prova viva de como doutos da retórica a abranger competência verbal, gestual e postural, articulam e costuram alianças no objetivo de levar certas populações a enveredarem pela idolatria e culto a personalidade de um líder, não olvidando esforços para atender às suas reivindicações, sejam através de manifestações pacíficas e submissas ou de proposições radicais ancoradas no fundamentalismo. Na constatação de que o povo sempre necessita de uma mão a guiar seu destino, o fascismo encontra terreno fértil à sua existência na insatisfação comunitária provinda

do conviver de malfadadas experiências sociais, políticas e econômicas.

Segundo Pais (1999: 25-29), valores representam predileções a determinados conjuntos de matérias ou ideais aplicados ao comportamento individual e coletivo. São formas de representações aptas a proporcionar a segmentos populacionais uma autoimagem basilar à construção de uma personalidade específica. No âmbito da sociologia, a sociedade se divide em estratos com afinidades identitárias e compartilhamento de valores, dentre os quais se pode citar a juventude, cujas posturas radicalmente contraditórias aos costumes vigentes e tradições, a posiciona como geradora da mudança, significando ponto de apoio a introdução de *novas verdades*, além da competência destes em influir os adultos.

Transições etárias percorridas pelas pessoas no decorrer de sua existência e intercâmbio de informações provocam o desenvolvimento de uma personalidade na fase madura. Assim, o tido como autêntico em determinada etapa da vida, perde sentido em subsequente época. Neste *continuum* de progresso psicossocial alguns conceitos têm a capacidade de permanecer em elevado grau de validade, persistindo na mente como representações de elevada relevância e, atemporais se entrelaçam nos meios sociais, modificando concepções, hábitos e posturas (Pais 1999: 25-29).

Para sistemas políticos apoiados na retórica e instrução formalizada, a juventude se apresenta como mais acessível a mudanças via utilização de simbologias adaptadas ao seu estágio cultural. Em um ambiente de fraca rejeição, a educação básica serve como uma luva as proposições de engajamento coletivo à criação de uma nova ordem econômica, política e social.

A ideologia fascista, populista e apegada a tradições, defende uma sociedade moralista religiosa. Destaca a família judaico-cristã, culto à pátria e a Deus, sendo a nação o invólucro a substanciar os cidadãos à perpetuação da garantia do bem estar coletivo. O estado forte em conjunção com a religião funciona como anteparo à dissolução destes valores.

Crianças, um dia, se tornarão adultos. Mas, enquanto crescem têm a competência em influenciar os mais velhos, influenciando na mudança evolucionária de um *status quo* vigente por uma realidade planejada. Investir na juventude é como jogar sementes em campo promissor.

O líder messiânico, salvador da pátria, é o guerreiro a dar a vida à edificação de uma pátria feliz. A juventude é sempre ávida por heróis, que, míticos em suas essências, são fortalecedores de uma forte unidade nacional. É apostar no presente para construir um futuro desejado.

Referências bibliográficas

Capelato, Maria Helena Rolim (2009): “Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil”. In: *Revista Brasileira de História*. v. 29, nº 57, 117-143. São Paulo.

Carr, Edward Hallett (2001): *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado, 2 ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Couto, Leonardo Diniz. (2012): “Características da democracia liberal: breves comentários”. In: *Revista Redescobertas – Revista on line do GT de Pragmatismo*, Ano 3, nº 3. Rio de Janeiro.

Corbella, Manel Risques (2015): “La Dictadura Franquista”. In: *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, 170-197. Disponível em https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6464/pdf_29. Acesso em 18/01/2020.

Giardina, Andrea (2008): “Mito fascista da romanidade”. In: *Estud. av.* [online]. vol.22, n.62, pp.55-76. ISSN 0103-4014. Internet. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100005>. Consultado em 18/01/2020.

Gomes, Sérgio Alexandre R. (2007): “As identidades nacionais nos regimes ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista”. In: *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. V-VI, 189-224. Porto.

Grecco, Gabriela de Lima (2016): “Falange Espanhola: da corte literária de José Antonio ao protagonismo do nacional catolicismo”. In: *História e Cultura*, França, v. 5, nº 3, 98-118. Internet. Disponível em <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1999>. Acesso em 21/01/2020.

Grilo, Márcia (2011): “História e Ideologia no Estado Novo”. In: *Promontória*, ano 9, nº 9, 192-218. Disponível em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/7448>. Acesso em 15/01/2020.

Hobbes, Thomas (2015): *Leviatã: Ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* Editora Edipro. São Paulo.

Horta, José Silvério Baia (2009): “A educação na Itália fascista (1922-1945)”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 19, 47-89. Brasil.

Gonçalo, Marcelo (2018): “Crítica da Razão Populista”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 117, 77. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/329437945_Critica_da_razao_populista. Acesso em 25/01/2020.

Mussolini, Benito Almicare Andrea (1933): *Discursos da Revolução*. Tradução de Francisco Morais. Coimbra Editora. Portugal.

Nunes, João Paulo Avelãs (1995): “As Organizações de Juventude do Estado Novo (1934-1949)”. In: *Revista de História das Ideias*, v. 17.

Oliveira, Lúcia Lippi; Velloso, Mônica Pimenta; Gomes, Ângela Maria de

Castro (1982): *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed.

Pais, J. M. (1998): "Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea (Introdução)". In: *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, 17-58. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude". Internet. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/282764074_Geracoes_e_Valores_na_Sociedade_Portuguesa_Contemporanea_Introducao. Acesso em 22/01/2020.

Patrício, Manuel Ferreira (2008): "*A Identidade Nacional num Mundo Intercultural*". In: *Portugal: percursos de interculturalidade*. coord. Artur Teodoro de Matos, Mário Ferreira Lages – 4 v. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.). Lisboa. Internet. Disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_indice.pdf/5e88eaba-1a4f-44c0-b31b-dbb5205e8f37. Acesso em 20/01/2020.

Paxton, Robert O. (2019): *Anatomía del fascismo*. Madrid: Capitán Swing Libros, Colección Ensayo.

Rodríguez, Jesús Sánchez (2005): "El Franquismo". In: *Revista Rebelión*. Espanha. Internet. Disponível em <http://www.rebellion.org/mostrar.php?tipo=5&id=Jes%FAs%20S%E1nchez%20Rodr%EDguez&inicio=100>. Acesso em 21/01/2020.

Rosa, Cristina Souza (2009) "Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini". In: *Antíteses*, vol. 2, nº 4, 621-648. Brasil. Internet. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 21/01/2020.

Said, Eduardo. (2017): *Cultura e Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora Companhia do Bolso.

Santos, Ademir Valdir (2012): "Educação e fascismo no Brasil: a formação escolar da infância e o Estado Novo (1937- 1945)". In: *Revista Portuguesa de Educação*, 25(1), 37-163. CIEd - Universidade do Minho. Portugal. Internet. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/rpe/issue/view/226>. Acesso em 21/01/2020.

----- (2015): Elementos de uma história do currículo: Relações Educação e Poder Sob Regime Totalitário No Brasil n na Itália. *Revista e-Curriculum*, vol. 13, núm. 2, abril-junho. pp. 232-251. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil. Internet. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/766/76639795004.pdf>. Acesso em 14/02/2020.

Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousquet. & Costa, Vanda Maria Ribeiro (1984): *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Silva, Mariângela Benine Ramos (2008): "Ritos, rituais e cerimônias e suas implicações políticas nas organizações contemporâneas". In: *Revista NIC* – Universidade Estadual de Londrina. edição nº.0. Internet. Disponível em http://www.uel.br/revistas/nic/wwwroot/artigos/artigo_mostra.php?id=99. Acesso em 19/01/2020.

Souza, Ricardo Luiz (2004): "Populismo, mobilização e reforma". In: *Revista*

Sociedade e Cultura. v. 7 nº 2. Goiás. Internet. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fchf/issue/view/399>. Acesso em 19/01/2020.

Stanley, Jason (2018): *Como Funciona o Fascismo*. Tradução Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM Editores.

Torgal, Luís Reis; Mendes, José Maria Amado; Catroga, Fernando (1998): *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX: Da historiografia à memória histórica*, vol II. Lisboa: Temas e Debates.

CULTURAL PERSPECTIVES OF DISABILITY IN PORTUGAL

Stella Aguirre (UTAD)
Orquídea Moreira Ribeiro (UTAD)

ABSTRACT

Approaches towards disability policies in Portugal have experienced profound changes over the course of the last thirty-five years. Current literature indicates that academia in Portugal has only fairly recently begun to explore the significance of studies in disability from cultural studies or disability studies perspectives, as opposed to other more well-established fields of study like history and sociology. While Cultural Studies lean towards a worldwide or national understanding of culture, disability studies questioned whether “a single identity of disability was sufficient to identify a culture, and, if so, what the parameters of that culture might be” (Davis and Drazen 2011: 1014). However, disability is very different to race, religion or gender as it can be easily changeable. The aim of this paper is to present and analyse the diverse perspectives of disability in Portugal with distinctly different socio-economic, political, cultural and historical experiences.

Keywords: disability; culture; disability studies; Portugal.

RESUMO

As abordagens às políticas de deficiência em Portugal têm sofrido alterações profundas ao longo dos últimos trinta e cinco anos. A literatura atual indica que a academia em Portugal só recentemente começou a explorar o significado dos estudos sobre a deficiência na perspectiva dos estudos culturais ou dos estudos da deficiência, em oposição a outros campos de estudo mais bem estabelecidos como a história e a sociologia. Enquanto os Estudos Culturais se inclinavam para uma compreensão mundial ou nacional da cultura, os estudos sobre deficiência questionavam se “uma única identidade de deficiência era suficiente para identificar uma cultura e, em caso afirmativo, quais seriam os parâmetros dessa cultura” (Davis e Drazen 2011: 1014). No entanto, a deficiência é muito diferente de raça, religião ou sexo, pois pode ser facilmente alterável. O objetivo deste artigo é apresentar e analisar as diversas perspectivas da deficiência em Portugal com experiências socioeconómicas, políticas, culturais e históricas distintas.

Palavras-chave: deficiência; cultura; estudos de deficiência; Portugal.

1. Introduction

Culture involves not only behaviours, habits, traditions, norms and rules, but it is also about shared history, and not least a common understanding of social history. Furthermore, culture is strengthened through common languages, symbolic values, clothing, music and other markers, all of which give a sense of identity and belonging. Surrounding patterns of behaviour and norms within societies and local communities will help to define and characterize the very perceptions someone has from earliest childhood years, and ultimately determine behaviour later in life. Social anthropologist Geert Hofstede defines this as “the collective programming of the mind which distinguishes the members of one human group from another” (Hofstede 1984: 21). Culture is held to be a hallmark of nations or peoples. However, there are also smaller groups in a society that differ from the rest through special features in norms, uses of symbols or ornamentation of the body, for instance. Such groups fall under subcultures like hipsters, swingers, drag, geeks, greasers, Hells Angels’ bikers and so many others. Cultural differences endure because culture is contingent on the knowledge and experiences of individual people, and oftentimes these differences make communication complex and challenging.

Certainly, over the course of past decades, the academic field of culture has turned into a distinctive inter, multi and transdisciplinary platform. It has allowed for reflection, enquiry, and study of what constitutes knowledge, representations and concepts of culture from perspectives of other areas such as the social sciences and humanities. In writing this paper, consideration has been given to preserve some semblance of continuity, relevance and cohesion in researching the nature of the relationship between cultural studies and disability studies, and consequently the main title of this study suggests a union formed between cultural studies and disability studies. Current scholastic literature identifies this as a relatively young relationship, albeit the union of which has already led to an offspring in academia, namely that of cultural disability studies. Therefore, in contemplating the essence of this relationship, it becomes appealing and seems worthwhile to look at different representations of culture and disability. To undertake such a task from a more global perspective would be dramatically overwhelming, complicated and unsuitable to the task at hand. Therefore, the aim of this paper is to present and analyse the diverse

perspectives of disability in Portugal with distinctly different socio-economic, political, cultural and historical experiences.

2. Disability: The designation of meaning

Approaches towards disability policies in Portugal have experienced profound changes over the course of the last thirty-five years. There has been a move away from a model based on welfare towards one that is rights-centred accentuating equal rights of those bearing impairments. Daniel, R. Kelemen and Lisa Vanhala argue in “The Shift to the Rights Models of Disability in the EU and Canada” (2010) that the reasons for this fairly swift change in conceptual models of disability are due to “cross-national paradigm shifts in the face of institutionalized mechanisms that one would expect to resist radical change,” adding that:

federal and supranational governments played a key role in encouraging the spread of the rights model of disability in their respective federal political systems and that this is crucial in explaining the timing of the shift. We find that reframing disability issues as a question of rights helped to expand the authority and the legitimacy of centralized governance (2010: 1).

Concepts of health and disability are elaborately interwoven with each other. In other words, for every function, there is a potential absence of function¹. Thus, the meaning of disability has oftentimes been defined in different ways determined by the economic, social and medical tendencies at a given time. Whilst previously disability involved the study and diagnosis of a disease that afflicted a person, today it involves a more comprehensive array of considerations given not only to pathological, but also personal, social and environmental examinations.

Certainly, views of disability have unquestionably undergone changes over the course of many years and a number of conceptual models have surged that offer some sort of meaning as to the placement of disability, particularly in Western societies. However, the three models most frequently referred to are the *medical model*, the *social model* and *individual-environment model*. Primarily, the dominant medical model focusses on the deficiency an individual has because of an impairment or an illness. In essence, this model

¹ To illustrate, one may have a well-functioning body but after a serious car accident can be left with legs that have lost the capacity to function fully and independently.

places the challenge of living with an impairment or illness solely on the bearer of said impairment or illness. To illustrate, if a wheelchair user cannot access public bathroom facilities, this model suggests that the problem lies with the wheelchair and not the facilities. In contrast, the social model sees the lack of access for the wheelchair as the disabling barrier, thus disability stems from a person with an impairment attempting to function in an inaccessible society. In other words, the social model contests that disability is a social construct, that society has failed to accommodate people with impairments.¹

Also, the medical model attempts to remedy disability through a cure of sorts, or an attempt to make the impairment less prominent and thus make the person more “normal”, whereas the social model supports a shift in the way the individual and society interact. So, if public bathroom facilities become fully accessible, it will make no difference how one enters whether it is in a wheelchair, walking, pushing a stroller or running. The medical model supports the notion that an individual bearing an impairment has a deficiency or an abnormality, and that only trained professionals such as medical doctors or therapists, for example, can help this person to fit accordingly into society. In contrast, the social model maintains that an impairment is simply a difference much like a person’s age, race or gender and that it should not be seen as an abnormality or something negative.

However, these two models are based either on a medical concept or a social concept and it became clear at some point that this presented limitations and from this grew a movement towards biopsychological models, from which the individual-environment model stems. After the 29th World Health Assembly in 1976, the World Health Organization (WHO)² ultimately issued the first internationally shared conceptual model of disability identified as the International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH). This model centres on classification within three areas: impairment, disability and handicap. It defines an impairment as anything considered to be an abnormality of body structure, appearance

¹ For further information, see https://www.ombudsman.org.uk/sites/default/files/FDN-218144_Introduction_to_the_Social_and_Medical_Models_of_Disability.pdf; “Models of disability”, available at <http://www.scielo.org.za/pdf/hts/v74n1/06.pdf>; “Models of Disability: keys to perspectives”, available at https://www.theweb.ngo/history/ncarticles/models_of_disability.htm; “Conceptual Models of Disability» (2014) by Alycia Reppel and Segun Dawodu, available at <https://now.aapmr.org/conceptual-models-of-disability/>.

² Portugal was among the first eighteen active member states to join the WHO in 1948, and has actively supported its policies and activities.

and/or organ system and function. A disability is the consequence of an impairment in relation to functional performance and activity of an individual. A handicap is the disadvantage encountered by an individual because of an impairment or disability. In the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF),¹ disability and functioning are viewed as:

outcomes of interactions between health conditions and contextual factors. Contextual factors include external environmental factors and internal personal factors. There are three levels of human function [...] functioning at the level of the body or body part, the whole person, and the whole person in a social context. Qualifiers are then used to record the presence and severity of a problem at each of these levels, resulting in a classification system (WHO 2001).

These three models, as well as other models, offer different views of what disability means. And, not only will these models influence how governing entities define the rights and obligations of this minority group of citizens, but they will also have an impact on how disability is perceived culturally by fellow citizens. There is already a significant amount of research and literature within cultural studies and disability studies in nations such as the United States and the United Kingdom that has led to a wedlock, so to speak, between the two and the academic field of cultural disability studies has earned a place of its own in academia. Disability studies emerged between the late 1980s and early 1990s and gained its momentum from race, feminist and queer studies. It drew from the rapidly growing field of cultural studies to make sense of the cultural, social and political setting of disability as an identity.

¹ The ICIDH has undergone several revisions over the course of the last decades since its first release in 1976, and today the model has been reclassified as the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF). The ICF is the WHO framework for measuring health and disability at both individual and population levels. ICF was officially endorsed by all 191 WHO Member States in the Fifty-fourth World Health Assembly on 22 May 2001 (resolution WHA 54.21) as the international standard to describe and measure health and disability. The ICF aims to categorize health and health related areas so as to describe alterations in bodily functions and structures, levels of individual capacity, and levels of individual performance. In the ICF model, the term functioning is a reference to all bodily functions, activities, and participation, whereas the definition of disability points to impairments, activity limitations and participation restrictions. Of equal importance is that the ICF places significant weight on health and functioning as opposed to disability, and is devised to supplement the International Statistical Classification of Diseases and Health Related Problems.

While Cultural Studies lean towards a worldwide or national understanding of culture, disability studies questioned whether “a single identity of disability was sufficient to identify a culture, and, if so, what the parameters of that culture might be” (Davis and Drazen 2011: 1014). However, disability is very different to race, religion or gender as it can be easily changeable. The line between being able-bodied and disabled can be crossed in mere moments upon being involved in an accident, for example. Similarly, the disabled body can return to an able-bodied state through treatment, remission and use of aids such as a hearing aid or a prosthetic limb. By all intents and purposes therefore, disability studies have had to take into consideration this irregular and volatile nature when examining culture and identity. It has also had to weigh in the well-established tradition of examining disability¹ as scientific discourse as opposed to a more humanities-based one that will consider the many (mis)representations of disability compared to other identities and mainstream ableist cultures. The question now begs asking of where Portugal stands in regards to studies within disability.

3. Cultural representations of disability: religious, economic and political

Current literature indicates that academia in Portugal has only fairly recently begun to explore the significance of studies in disability from cultural studies or disability studies perspectives, as opposed to other more well-established fields of study like history and sociology. In an article entitled “The emancipation of disability studies in Portugal” published in 2014, Fernando Fontes, Bruno Sena Martins and Pedro Hespanha claim that:

Despite the interest of the social sciences in issues of exclusion and inequality, the question of disability, as a key issue of reflection, remains absent from many academic areas. The emergence of disability studies owes much to contexts in which the activism of disabled people has revealed the structural conditions that oppress and neglect experiences of disability (Fontes *et al.* 2014: 1).

¹ Davis and Razen write that studies in disability look at “how it [disability] intersects with issues of social class, postmodern and postcolonial analyses of knowledge, and power... [it] is concerned with trying to understand and construct the way that dominant ableist definitions of “normality” can be imposed on people with physical and mental differences” (Davis and Razen 2011: 1015).

They go on to state that although disability as a research field is thriving in other parts of the world, in Portugal it “is still very embryonic both in terms of the political mobilisation of disabled people and in the academic world” (Fontes *et al.* 2014: 7).

Arguably, it may seem somewhat sweeping and presumptuous to say that traditionally, research into disability in Portugal has come mostly from researchers within the medical or social sciences. However, when searching for literature on the issue of disability from cultural studies or literary perspectives in our contemporary Western society, it does not take too long to realise that discussion around the placement of disability in Portuguese society reverts continuously to the medical and social sciences. Thus, it seems that amongst the narratives about discrimination, inequalities and bias that are articulated in the body, research on disability emerged from, and remains primarily in the fields of the medical and social sciences. Nonetheless, it is worthwhile to emphasize that this is not to say that other human sciences, such as research in cultural studies are completely disregarding the placement of disability from a cultural studies perspective.

As successors of gender and racial studies, theorists of disability models prompted a review and reclassification of what it means to be the bearer of a body with an impairment, which has for so long been regarded as falling outside of “normality”. Similarly, it is also evident that much discussion has been taking place in what concerns the linguistic dynamics of disability much like what has happened with other minority or discriminated groups of society, like women and LGBT groups. In what concerns disability in the international arena, new words and terminologies have been defined, popularized and coined, as was laid out in the publication of the ICF by the WHO. However, translations may hold different cultural nuances for the Portuguese versions, as argued by Diniz, Medeiros and Squinca (2007):

O termo escolhido para traduzir *disability* foi “incapacidade”. Talvez os tradutores tenham apostado na aceitabilidade do conceito de “incapacidade” no léxico ativo do idioma para representar o espírito guarda-chuva sugerido pela ICF para *disability*. Outra possível explicação é que a entrada em cena de um novo conceito facilitaria o trabalho de aceitação do vocabulário [...] No entanto, “incapacidade” ignora trinta anos de debate acadêmico e político internacional, em especial as contribuições do modelo social [...] A única tradução possível para *disability* – acurada e aceitável para o marco teórico que inspirou a revisão da ICF – é deficiência. *Disability* e deficiência são conceitos carregados de conteúdo normativo para o universo biomédico, e essa não é uma particularidade da Língua

Portuguesa. Mas a escolha de *disability* e não outra categoria foi exatamente para provocar a tradição biomédica de dois séculos que compreende deficiência como algo fora da norma. Havia um objetivo político e moral por trás da escolha de *disability*: desestabilizar a hegemonia biomédica no campo. Outro indício desse fenômeno foi a tradução de *impairments* por deficiências. Para o modelo social, *impairments* representam as lesões, isto é, as variações corporais, ao passo que *disability* é o que expressa a interação do corpo com a sociedade. [...] Há uma tentativa de redescrição acadêmica, política e moral da deficiência, um esforço conjunto de diferentes saberes por reconhecer a deficiência como uma expressão da desigualdade social. O neologismo *disablism*, cuja tradução seria a ideologia que oprime o corpo deficiente, isto é, a opressão pela deficiência, resume esse fenômeno: há uma ideologia que oprime e segrega o corpo com lesões (2007: 8).

There is general consensus among scholars that continuous repressions and stereotyping of the human body have led to the coining of various terms in English, such as the term *disablism*. Portuguese speaking scholars working within the field of disability, whether in Portugal, Brazil or other Portuguese speaking nations, have struggled to identify a satisfactory analytical classification in Portuguese that does not convey discrimination due to disability in much the same way there is discrimination due to colour of skin. Brazilian researchers Debora Diniz and Wederson Santos are of the opinion that there are analytical and discursive categories to describe such deviant forms of persecution by the body such as:

sexismo, no caso da discriminação por sexo; homofobia, no caso da discriminação pela orientação sexual; racismo, no caso da discriminação pela cor da pele ou etnia. No caso da deficiência, há uma ausência no léxico ativo da língua portuguesa. Nossa incapacidade discursiva é um indicador da invisibilidade social e política desse fenômeno (Diniz and Santos 2010: 10).

They go on to question firstly, how to define the contradictory impact of the principles of normality on bodies that bear impairments, and secondly, what name to give to those expressions of inequality endured by people with disabilities in their workplace, in their communities, and in relationships, among others.

Two terms originally used in academia have now been readily absorbed into mainstream disability lexicon; *disablism* and *ableism*. These are used to refer to disability discrimination, stigmatization, prejudice and preconceptions, much like the terms *racism* and *sexism* which are used to

refer to discrimination against different racial groups and women. Thus, disablism is used to describe discrimination or prejudice against people with disabilities, whilst ableism is used to describe discrimination in favour of people who do not have disabilities. Although both terms define discrimination against those with disabilities, the significance is not the same. In the case of disablism, the emphasis is placed on discrimination against people with disabilities, whereas in the instance of ableism the emphasis is placed on discrimination that favours able-bodied people.

And, herein lies one of the current ongoing discussions among Portuguese speaking scholars and disability activists, which is to find the most adequate Portuguese translation of the term disablism. Nonetheless, there appears to be general consensus about the meaning that “disablism is the result of the culture of normality, in which bodily impediments are the target of oppression and discrimination” (Diniz *et. al* 2018: 182). Normality is oftentimes taken as a reference to the biomedical understanding of how a body is created and is expected to function, and disability according to many scholars and activists “functions as a dustbin for disavowal for the category of normality” (Shakespeare 1994: 283). The attention being given to several terms such as disability, normality and abnormality along with their respective constructions, meanings and interpretations continues to provide much dialogue in several circles.

Setting aside this linguistic conundrum, it remains certain and undisputable that disability is an increasing reality in Portuguese society that cannot be disregarded. Due to considerable advances in science, technology, medicine and social structures, the quality and expectancy of life has both improved, and subsequently increased. People are now living longer, which means that the likelihood of gaining some degree of mental or physical impairment increases accordingly. The boundary between being able-bodied and disabled is unequivocally permeable, and this makes it evermore so important to contemplate disability issues critically so as to tackle the stigmatization, repression, segregation and marginalization people with impairments encounter daily. Failure to do so may come with dire consequences for the quality of our socio-cultural fabric as well as political and economic policies.

According to Fernando Fontes in *Social Citizenship and Collective Action: The case of the Portuguese Disabled People's Movement* (2011), “disability policies and politics in Portugal have been moulded by a combination of three main factors: the strong Catholic social background of Portuguese

society, the economic situation of the Portuguese state and the leading role of the family in social provision” (Fontes 2011: 101). He goes on to claim that the Portuguese state has harboured a more remote approach when it comes to dealing with disability issues opting to take on a subordinate position and acting only when society extends pressure (Fontes 2011: 101). Indeed, people with disabilities in Portugal have gone through very different experiences as opposed to those living in countries like the UK and USA where disability movements for equal rights began decades earlier, and activists were exposed to different realities. Some of these different realities have come about because of events in Portugal’s history, economy, politics, technological development and cultural modifications.

Advocates of the social model of disability defend that meanings of disability continue to be nurtured on a regular day-to-day basis by strong traditional convictions and religious beliefs, notwithstanding of course other factors such as economic structures. There are Portuguese and foreign academics alike, who believe that the implementation of oppressive and segregationist policies as well as stigmatizing social attitudes can be traced to Portugal’s inherently resilient Catholic past (Barnes 1997: 22). Certainly, religion was present long before the emergence of industrial capitalism and democracy in its modern-day framework. Fontes suggests that:

the Portuguese state’s attitude to disability issues has been characterised by detachment, i.e. the state has maintained a secondary role here, only acting when pressured by civil society [...] this reveals current and past laws and social policies regarding disabled people have been shaped by the combination of Judeo-Christian attitudes towards disability, the endemic economic crisis of the Portuguese state and the leading role played by the family in social provision (Fontes 2011: 79).

4. Religious markers in defining disability

In considering how disability is represented in today’s contemporary Portuguese socio-cultural structures, it is worthwhile to explore a bit further the meaning that disability has gained from religious markers. Certainly, and by no means exclusive to Portugal, religious references abound in everyday rhetoric like heavily stigmatizing and dismissive expressions to explain and almost exonerate a disability such as: “o coitadinho”, “pobre do aleijadinho” “um anjinho de Deus”, “Deus assim o quis”, “mas Deus

compensou com inteligência”¹ amongst others. The underlying intention of such sayings are oftentimes also attempts to minimize, justify or explain the notion of a divine punishment through some impairment as for example: “um presente de Deus” or “Deus não dá uma cruz maior que não se possa carregar”². It could be argued that since its beginnings, Christianity has tried to find alternative approaches to dismantle beliefs of divine punishments by offering such alternatives. According to Thyeles Strelhow: “entender a deficiência assim torna-se um jeito tolerante de conviver com a pessoa com deficiência através de uma concepção de caridade, que em certo ponto remonta às primeiras comunidades cristãs e seu cuidado para com as pessoas marginalizadas (2018: 78).

It might be argued that the designation of meaning is originally linked to values, principles and historical events, which serve as the foundations for meaning to flourish, evolve and possibly eventually mutate. Similarly, one might say that the concept of disability has been subjected to considerable changes in meaning over the course of many years. One might even dare to say that disability remains in a state of morphosis. In Portugal, for a long time, the meaning and understanding of disability have been drawn from spiritual and religious interpretations which may in part explain the limitations in resources available that could contribute towards the advancement of those with impairments. Additionally, it is well known that such individuals were, and to some degree still are, oftentimes stigmatized, isolated, and hidden from society for fear of shame, seen as a punishment for sins committed and regarded as socio-economic burdens. One can effortlessly find an abundance of indications and examples of the low regard that several religions have held for those with disabilities. Much like religious misogyny, acts of intolerance and discrimination against those with disabilities have doctrinal support which not only serves to justify certain inequitable behaviours, but also provides apologetics used to address potential conflicts that arise. Many professed loving and compassionate religious denominations are able to identify scriptural rationalization for many behaviours that may explain, justify and even foster intolerance and exclusionary acts.

Indeed, scriptures of all faiths such as Judaism, Christianity, Hinduism and Islam, to refer to but a handful, have been subjected to various

¹ These expressions also have their English counterparts: “poor thing”, “poor little cripple”, “a little angel from God”, “God wanted it this way”, and “but God compensated with intelligence”.

² Similar expressions are also present in English speaking cultures: “a gift from God”, “God wanted it this way” and “God does not give a cross greater than can be carried”.

interpretations to serve, explain and justify just about any behaviour. And, interpretations of the impaired body abound. To illustrate, in the Old Testament in the Bible, in Leviticus 21, it reads:

¹⁶ And the LORD SPAKE UNTO MOSES, SAYING,

¹⁷ Speak unto Aaron, saying, Whosoever he be of thy seed in their generations that hath any blemish, let him not approach to offer the bread of his God.

¹⁸ For whatsoever man he be that hath a blemish, he shall not approach: a blind man, or a lame, or he that hath a flat nose, or any thing superfluous,

¹⁹ Or a man that is brokenfooted, or brokenhanded,

²⁰ Or crookbackt, or a dwarf, or that hath a blemish in his eye, or be scurvy, or scabbed, or hath his stones broken;

²¹ No man that hath a blemish of the seed of Aaron the priest shall come nigh to offer the offerings of the LORD MADE BY FIRE: HE HATH A BLEMISH; HE SHALL NOT COME NIGH TO OFFER THE BREAD OF HIS GOD.

²² He shall eat the bread of his God, both of the most holy, and of the holy.

²³ Only he shall not go in unto the vail, nor come nigh unto the altar, because he hath a blemish; that he profane not my sanctuaries: for I the LORD DO SANCTIFY THEM (*King James Bible*, Leviticus 21:16-23).

Authors like James Andre Blunt (*The God Insanity: Biblical Christianity Disproved*, 2019) and Dan Barker (*Mere Morality*, 2018) have referred to such writings as being discriminatory and offensive to those with impairments, and an unacceptable way of thinking in our contemporary world. Barker argues that:

[such doctrine] is not morality. It is righteous discrimination. A person with a defect is insulted as a “desecration” to God’s perfection not because of any bad behaviour but simply for being physically imperfect. Whose fault is it if you were born a dwarf? The animals that God demanded to be sacrificed to him had to be the most perfect, clean and unblemished individuals (Barker 2018: 92).

Indeed, a brief overview of the pre-Christian Era in the Western world shows that those with impairments were on the whole stigmatized and thus

treated accordingly. They were neglected, treated very poorly, and faced hostility of varied physical punishments, inadequate conditions of hygiene, health and safety, unsafe working conditions, socio-cultural segregation and sexual exploitation. A child born with any visible impairment would be associated with superstitious beliefs, punishments and bad omens sent by the gods, demons or supernatural beings. These so-understood punishments were seen as supernatural interventions for bad behaviour, of the parents primarily, but also because of family members, and this remains deeply entrenched in Portuguese culture, particularly among the older generations that grew up at a time when religion was paramount to social acceptance.

When contemplating other religious doctrines regarding disability, it readily becomes apparent that it is not particularly challenging to find references to the impaired body. Buddhism can be put forward as another example of a faith offering interpretations of disability.¹ Buddhism embraces a diversity of beliefs, as well as traditional and spiritual practices which are based on the teachings of Buddha and subsequent interpretations and philosophies that have grown from these, one of which is karma. In Buddhist beliefs, karma refers to the cycle of rebirth, in which an action is moved by an intention, a deliberate action through the mind, speech or the body has consequences. Some well-known everyday expressions reflect this belief; “what goes around comes around” or “you reap what you sow”. Megan Smith, herself a wheelchair user, writes of her experience in Nepal:

having a disability, like being a woman, places you at a lower level of enlightenment, a result of karma from a past life. For persons with disabilities this translates to being objects of pity and charity, and for some Cambodians with disabilities it translates to an acceptance that we should suffer to build better karma for the next lifetime. This notion is highly egregious to my American disability rights sensibilities, where not only am I proud to have a disability, but I believe that the difficulties and the prejudices I face are not inherently due to my disability but rather a society that is not accessible. The notion that I should accept suffering in the hopes of not having a disability in my next lifetime is

¹ Pew Research Center places Buddhism as the world’s fourth largest religion. Pew Research Center is a non-partisan fact tank based in Washington, DC that conducts public opinion polling, demographic research, media content analysis and other empirical social science research. In accordance with a demographic study carried out by Pew Research Center, and which was based on analysis of more than 2,500 censuses, surveys and population registers, it identified the global religious landscape as of 2010 as follows: 2.2 billion Christians (32% of the world’s population), 1.6 billion Muslims (23%), 1 billion Hindus (15%), and nearly 500 million Buddhists (7%) (<https://www.pewresearch.org/>).

fascinating within a space of cross-cultural exchange, however something I cannot personally relate to (Smith 2015: s/p).

However, to say that spiritual and religious interpretations of disability are purely denigrating, stigmatizing and hostile towards those bearing impairments, either physical or mental, would be misleading and incorrect. In *Valores, Preconceito e Práticas Educativas* (2005), Divino José da Silva and Renata Libório write that:

Houve uma mudança ética significativa na passagem dos ensinamentos do Antigo Testamento. Enquanto aquele trazia mensagens de castigos, punições, sacrifícios e vinganças, as palavras atribuídas ao Filho de Deus orientavam para uma novidade: o perdão. Junto à solidariedade, que alguns classificam como “compaixão”, o perdão era a ferramenta primordial para que se desenvolvessem o resgate e a inclusão social, retirando o indivíduo com deficiência de uma condição tabu (da Silva and Libório 2005: 85).

Most would be familiar with examples of such compassion in the *New Testament*, such as those of Jesus reinstating sight to a blind man, restoring a paralytic man's ability to walk again and healing a man with a withered hand, among other miracles. Yet, over the course of time different stigmatizing spiritual and religious interpretations of disability permeated deeply into the socio-cultural fabric of societies and remain ingrained to some degree. Although, in fairness, many present-day religious leaders as well as followers, from different faiths, feel ashamed and uncomfortable by the inhumanity of discriminatory doctrines and reject discriminatory interpretations.

Looking into religious perspectives, differentiations and reactions to representations of disability is important when considering cultural representations of disability. It is valuable to appraise the overlap in response towards disability between religious traditions and cultural communities. On the whole, it is acknowledged that religious doctrines and traditions take part in building up cultural markers for what is regarded as a normal healthy body and mind, and subsequently in determining a moral order for that normal healthy body and mind. In Portugal, religion has unarguably played a vital role in establishing not only how disability is interpreted but also how people bearing impairments are (mis)treated within certain historical-cultural settings. However, it has not only been religious and cultural issues that have determined different avenues in disability narratives and policies, and what pertains to rights of citizens in Portugal with disabilities. Fontes

further adds that: “historical, economic, political and cultural factors, such as the Inquisition, the low redistributive ethos of the Portuguese state, the dictatorship and Catholicism have shaped different trajectories in disability policies and politics and, above all, in citizenship rights” (2011: 101).

5. The road towards disability rights in Portugal

Scholars in Portugal might agree overall that it has only been with the advent of disability rights movements and activists relentlessly campaigning that finally advancements in advocating the social based model of disability have been made. It might be worthwhile at this point to consider contemporary approaches to the placement of disability in Portugal as there is still a significant amount of work to be done to bring down preconceptions of disabilities. Essentially, over the course of the last 30 years, according to Ema Loja, Emília Costa and Isabel Menezes, in the article “Views of Disability in Portugal: ‘*fado*’ or citizenship?” (2013):

there has been an evolution in the Portuguese society’s views of disabled people. Before this time, disability was seen as almost a fatality and there were only two types of response for disabled people: private assistance provided by family, or charity institutions [...] as a result disabled people were marginalised and segregated in their homes or in special institutions. In 1919 the first laws about social insurance and work accidents were passed but during World War II laws relating to the field of disability were not passed in Portugal as happened in other European countries [...] obviously the nature of the authoritarian regime of fascist inspiration that ruled the country from 1926 to 1974 explains this gap (Loja *et. al* 2013: 65).

In Portugal, the charity institutions providing assistance to those with impairments have traditionally been associated to the Catholic Church, even before Portugal became an independent kingdom in 1143 (Ferreira 1990). However, due to several events and circumstances, such as the ensuing demographic and socio-economic shifts brought about by the extensive Portuguese maritime explorations as well as European shifts towards a common centralisation of power, a reform in public assistance came into effect. Also, it is worthwhile to bear in mind that of the outcomes of Portugal’s imperial expansion was a plethora of illness, disability and eventual death. The many deaths from activities during the Portuguese maritime expansion, both in Portugal as well as in its colonies, brought about

an increase in widows and orphans, and that usually meant a decrease in living conditions and subsequently ill health. It also had an impact on societal needs, and which ultimately led to the creation of the first Misericórdia in Lisbon in 1498. The Misericórdias spread throughout both Portugal and its colonies, and were given the task of providing assistance such as medication, shelter, clothing, and health care to those members of the population that were needy, ill or bore bodily impairments. Some of this assistance involved providing care directly to people in their own homes, especially if they were bedridden due to an impairment or serious illness. However, this care was not necessarily readily available across the full spectrum of society or at all times. The Misericórdias pretty much held the monopoly in running most of the hospitals in Portugal and did so until 1974 when the state assumed control.

The dominance of religion continued to prevail in Portugal in most regards, as can be ascertained by the stringent control implemented by the Inquisition¹. This thwarted any advancements of Enlightenment thinking and consequently prevented any new understanding about people with disabilities from a more rational and scientifically founded reasoning. For most of the nineteenth century, unlike other nations in Europe, like France and England, Portugal was lagging behind in terms of modernization of economic, political and social structures, and so public assistance for those with disabilities did not exist. And so, many people with disabilities who did not have family members to care for them, would find themselves either having to beg, or seeking out assistance from the Misericórdias. According to Robert Drake, a researcher in social policies, who published *Understanding Disability Policies* (1999): “A fundamental nineteenth century response to people with physical or cognitive impairments was either to ignore them or to incarcerate them in prisons, asylums and workhouses” (1999: 46).

It would be the introduction of the Portuguese Constitution in 1933, establishing the foundation of the authoritarian regime of the Estado Novo that Portugal saw the conservative dictatorship led by António Salazar deny citizenship rights to those with disabilities by removing access to public assistance. It fell therefore to the Catholic Church to undertake the task of providing assistance to those with disabilities (Pimentel 1999). Notwithstanding, just a few years prior to the implementation of this dictatorship, Portugal had witnessed perhaps the most significant feature of disability policies that had hitherto been developed, and that was the surfacing of a new interest in providing specialised training and education for people

¹ The Inquisition in Portugal lasted from 1536 to 1821.

with sensory impairments; namely the blind and the deaf. In mid-1927, a group of Portuguese citizens, some of whom were themselves blind or had a member of the family who was blind, noted the need to organize themselves and join forces to secure better life conditions. In part, they were following on the wake of events post-World War I in other countries in Europe which were experiencing a more compassionate posture towards those with injuries and disabilities. And so, the first organized association by and for people with visual impairments or blindness in Portugal was founded on 25 July 1927 - Associação de Cegos Louis Braille (ACLB). Its motto was to provide: “auxílio aos trabalhadores cegos [...] apoiar a habilitação profissional dos cegos” (ACAPO)¹. This Association was also equally pioneering in initiating contact with other international counterparts and thereby preparing the way for collaboration and cooperation. In contemporary Portuguese society, when considering the language of disability, some people feel there are terms that are more suitable and avoid discriminatory labelling or bias. So for instance, for the blind, some prefer to use terms such as “visually impaired” or “sight challenged” although most disability activists favour the word “blind” as being perfectly acceptable.

For the Deaf community, opinions over terminology differ. Historically, the term “deaf-mute” (surdo-mudo in Portuguese) was used to identify a person who was either deaf and resorted to using a sign language to communicate, or was both deaf and was unable to speak. Today, the term is still used to refer to people who are deaf (surdo) and unable to use an oral language, or people who have some degree of speaking ability but who opt not to speak because of the dissenting or undesired attention atypical voices might receive. However, most agree that terms like “deaf-mute” and “deaf and dumb” are offensive if used outside their historical contexts, because the inability to hear and speak does not indicate intellectual disability. Today in Portugal, many deaf individuals see themselves as members of a singular cultural and linguistic minority who use sign language as their main language. In Portugal, members of this deaf community ascribe to *Cultura Surda* (internationally recognized as Deaf Culture), which champions several shared social beliefs, demeanours, principles and history.

These communities also share the common experience of deafness and use sign language as their main means of communication. Thus, in

¹ In November 1988, three of the main and oldest Institutions for Portuguese with visual impairments (ACLB, LCJD and ACNP) merged and gave origin to ACAPO. Further information can be read here: <https://www.lerparaver.com/lpv/historia-acapo>

Deaf Culture, *Deaf* with a capital letter is used to indicate that a person is different, and not disabled, that he or she is part of a community with his or her own language and culture, in other words, that person belongs to a linguistic minority. The word *deaf* with a lowercase letter usually presents the pathological condition, the absence of something, the loss of hearing, as well as the term disability. The current terminology to characterize the person with hearing loss or deafness is “hearing impaired” or “deaf”, however, in academic literature it is common to find both cases. However, deaf people prefer to be called “deaf”, because “hearing impaired” carries a pejorative stigma. Joana Pereira writes that:

Desconstruir a representação da pessoa Surda como indivíduo inacabado, inferior e incapacitado pela falta da audição permite apresentar ao público ouvinte uma realidade totalmente inversa, rica e surpreendente. Afinal, a pessoa Surda com “S” maiúsculo é alguém com um sentido de pertença a uma comunidade minoritária, orgulhoso falante de uma língua que se move no espaço e desenha ideias, opiniões e sentires que nos chegam pelos olhos. Afinal, os espaços onde estes indivíduos se movem detêm valores e padrões comportamentais próprios - a cultura Surda, a bandeira que a comunidade Surda empunha na constante luta pelo acesso à igualdade de direitos (Pereira 2012: 65).

In most European countries, the end of the first World War had seen a fleeting supportive phase for those who had been left injured, or disabled, as laws about social insurance and work accidents were enacted (Campbell and Oliver 1996). Unfortunately, the subsequent aftermath of both world wars so close after each other meant economic strife, and consequently there was a hesitance and withdrawal of support and benefits for people with disabilities. This was the case for European countries, like the UK, that had previously begun to review disability policies. It would be once again in the early fifties that attention would be focussed on creating impairment organisations that looked to developing more pedagogical approaches to training and education for those with disabilities, especially for children.

Yet, this was to be more challenging for Portugal due to the dictatorial state that governed the nation at the time, and the ideal of a state providing any sort of social assistance was evidently not going to manifest (Loja *et al.* 2013: 65). Any attempt at safeguarding civil rights and state assistance to those with disabilities was minimal, inconsistent, disorganised, and thus any assistance was left primarily in the hands of the Catholic Church or the families. Portuguese sociologist Fernando Fontes argues that:

The only reason these organisations were tolerated by the political regime was because these collectives remained as peer meetings and/or sports groups, reinforcing the social isolation of disabled people [...] none of them developed any political understanding of disability or undertook any type of public-political intervention, and their approach reinforced the charitable perspective of disability (Fontes 2011: 97).

It was nonetheless, under these circumstances that the Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (LPDM)¹ was established in the early 1950s, which means that it has been in existence for well over sixty years now. Initially, it was run as a charitable organization offering assistance not only to people with disabilities but also disadvantaged people, and today it remains a private institution which prides itself in continuously looking to keep up with social changes and advancements in the field of rehabilitation. The LPDM was at first based on the medical model of disability mostly due to a poliomyelitis² outbreak. Of relevance, from the start of the twentieth century, throughout the Western world, including Portugal, there had been a growing interest in the establishment of psychiatric sanatoriums. This was in part a desire for greater social control over those labelled as “mentally defective”, “feeble minded”, “lunatics” or “spastics” and the intention was simply to segregate them from the rest of society thereby ridding society of those labelled as “degenerates”, “vagrants” and “delinquents”, and the root of many social problems (Ryan and Thomas 1987). Of those institutionalized were for example people with Down’s Syndrome, epilepsy, depression and even included people with physical impairments. And, although it

¹ In English: The Portuguese Foundation of the Physically Impaired.

² Poliomyelitis is a contagious viral illness that can cause paralysis or death. If the spine is attacked, it can cause physical deformities, and treatment involves long term rehabilitation, physio-therapy, corrective footwear, braces or surgery. The discovery of a vaccine in the 1950s is still considered to be one of the greatest advances in modern medicine and certainly contributed to greatly reducing the onslaught of physical impairment. It also serves to illustrate the active role of the Catholic Church in this process. In an article in the Portuguese newspaper *Diário de Notícias*: “Entre 1954 e 1965 foram registados 2945 casos com paralisia e 345 mortes. E muitas aconteciam na infância [...] em 1965 lançámos uma grande campanha de vacinação que permitiu em dois anos vacinar mais de três milhões de crianças até aos 9 anos. A doença praticamente desapareceu num ano. Foi uma campanha incrível. Em todo o país instalaram-se dezenas de postos de vacinação, os padres tocavam o sino, a população juntava-se e chegavam os médicos e os enfermeiros”. Full article here: <https://www.dn.pt/sociedade/a-polio-era-a-doenca-que-mais-medo-metia-os-filhos-facilmente-a-podiam-ter-5148802.html>.

is not fully certain that all institutions advocated eugenics and associated sterilization programs, collectively they did segregate those institutionalized from mainstream society. An underlying principle of this ideology to isolate those with what were considered mental impairments was the belief that poverty was brought about by mental disorders, and which in part explains the attention of the Portuguese regime to establish psychiatric hospitals for most of its rule (Bastos 1997)¹.

6. The dawn of the disability rights movement in Portugal

The 1960s saw the Portuguese Armed Forces heavily involved in colonial wars in Africa against the organized forces of liberation movements of the then Portuguese colonies of Angola, Mozambique and Guinea-Bissau. The outcome was devastating in every sense, and left thousands with physical impairments and mental traumas. In answer to this, the regime created some services such as rehabilitation and physical therapy centres aimed at responding to the needs of these people returning with impairments from the colonial wars. However, the sense of dissatisfaction at both the limited and poor quality as well as the restricted offer of these services among Portuguese war veterans helped to generate different interpretations of what disability was, and as a direct outcome a new group of advocates for disability rights surfaced. This kind of discontent with assistance provided among those returning home with disabilities after fighting in wars has been a landmark in encouraging disability movements. In *Exploring Disability Identity and Disability Rights through Narratives: Finding a Voice of Their Own* (2014), Ravi Malhotra and Morgan Rowe write that:

Spurred by returning and often politicized veterans at the end of the two World Wars and the Vietnam War in the United States, a disability rights movement has coalesced and has fought for the development of vocational rehabilitation programs, labour market integration and dignity for disabled workers to perform fairly remunerated work with accommodations. This has taken the form of political lobbying, education and, at times, demonstrations and civil disobedience (Malhotra and Rowe 2014: 101).

¹ To illustrate, Hospital Sobral Cid was established in Coimbra in 1945, and the Hospital Magalhães Lemos was founded in 1960 in Oporto. Both continue to this day to provide specialized mental health care although naturally within the scope of contemporary medical practices.

The culmination came in 1972 with the founding of the Associação Portuguesa de Deficientes (APD)¹ that came into being “como consequência do debate surgido em torno da primeira iniciativa legislativa sobre reabilitação em 1971 [...] é declarada instituição de utilidade pública em 1978 e é das associações mais antigas em Portugal na área da deficiência” (APD)². The overriding aim was to create a distinct understanding of what it meant to be a person with an impairment separate from the till then charitable, separatist and stigmatizing views.

It would only be after a military coup overthrew the authoritarian regime of the Estado Novo and democracy was restored to Portugal that the APD and other groups representing people with disabilities were able to become involved in political activities, which meant greater presence and contribution towards policy making that involved those with disabilities. However, in present-day Portugal, there are those Portuguese researchers and activists alike, who feel that people with disabilities still have not been fully integrated into the political decision-making processes (either at national or local levels) that have a direct impact upon their lives. Fontes *et al.* attribute this to:

the inadequate democratisation of relations between the state and the organisations that represent them – as a result of the socio-political inertia shaped by authoritarianism – and economic vulnerability, which does little to free organisations and disabled people for any more coherent form of political action and in which the legacy of the dictatorship is also evident. The suppression of the idea of the welfare state – with the state assuming a secondary role in providing social protection – and the affirmations of a benefits mentality in which disability mainly emerges as a charity issue has established a paternalistic logic that even today takes precedence over recognition of political and economic autonomy as a right that enriches the democratic arena” (Fontes *et al* 2014: 7).

This is compounded by the fact that unlike many other Western countries, Portugal has never become a true welfare state, and what exists in Portugal according to Santos is a “semi-welfare state” or “*quasi-welfare state*” (Santos 1993: 20). Furthermore, the Portuguese State is seen to preserve and even encourage some of the practices prior to democracy in what concerns stigmatizing the identities of those with disabilities as being incapable of determining their own lives, and frequently refer people with disabilities

¹ The Portuguese Association of Disabled People

² <https://www.apd.org.pt/>

to family for care. Therefore, activists and organisations for disability rights have tended to focus more on bettering living conditions like advocating for legislation that eliminates transportation, employment and educational barriers as well as supporting rights to benefit payments.

7. “Unidos jamais seremos vencidos”¹

“Unidos jamais seremos vencidos” is a teaching that has been passed down by popular culture over centuries, through fables and parables, and its effectiveness is even more relevant today in which we are witnessing such powerful popular socio-cultural movements advocating for an end to discrimination, oppression and the implementation of equal opportunities and rights such as the Black Lives Matter, as well as the #MeToo movements. However, while these movements have undisputedly gained substantial amounts of media attention, public support and generated considerable discussion, this has not been the case for disability rights movement. For some disability rights activists and researchers, despite many openly praiseworthy actions in seeking out what many would call access to basic rights for those with disabilities, they see it as deviating from the true calling of such organisations and activism. Essentially, they argue that these organisations have become extensions of a welfare state and reflect “the low commitment of the state and the inability of civil society to change the social inequalities that disabled people face, and this dual fragility translates, from the outset, into a systematic lack of coherent legislative change” (Fontes *et al* 2014: 8).

Nonetheless, there those who view that there have been advancements made in the manner in which society perceives and reacts to people with disabilities, and certainly one can only agree that there has been positive change. To illustrate, as opposed to some 30 years ago, today due to advanced technological advancements, a person in an electric wheelchair has a given amount of autonomy, for instance in a shopping centre where planning for these needs has been taken into account when allocating parking spaces, considering width of and facility of doorways, access to public bathrooms, and so forth. Yet, by no means can it be said that there are still not many physical barriers, as well as cultural barriers, to be overcome as can be ascertained in the many blogs, social media posts, newspaper and magazine

¹ In English: *United we will never be defeated*. Interestingly, this originates from one of Aesop’s tales “The Lion and the Three Bulls” in which the moral of the story is that there is strength in unity. The set of Aesop’s three short fables addressing unity in strength can be read here: <http://phonicstest.com/books/aesopset06.htm>

articles, among others covering the issue of the struggles of people living with disabilities in Portugal in this new millennium.

Disability activists in Portugal continue to campaign for removal of physical barriers that are still very much visible in everyday life; such as stairs that do not have ramps (and some ramps which do not have the norms of inclination), lifts that do not have enough space for a wheelchair, bank terminals not within reach for wheelchair users, sidewalks without ramps, and other public facilities without adequate access. People with disabilities are the focus of substantial discrimination, particularly when it comes to employability. There are many companies that do not clearly consider people with disabilities in company diversity policies (Ball, Monaco and Schmelting 2005) and show unwillingness to hire. This adverse behaviour could be explained by damaging and stereotypical attitudes held towards people with disabilities, who are frequently viewed as helpless, reliant on others, unskilled, frail and fragile.

In reading the abundance of literature online, it quickly becomes apparent that the efforts, stigmatizations and barriers seem eerily similar to those back in the twentieth century. An online newspaper article published in *Sapo 24 Notícias* in December 2016 exposes the struggles of a young adult with a disability who yearns for independence:

Em vésperas do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a realidade destas pessoas em Portugal está ainda longe do ratificado na Convenção Internacional, que determina que os países devem assegurar que as pessoas com deficiência escolhem como, onde e com quem vivem, bem como os serviços e os apoios de que precisam. Da conversa com vários interessados no tema, a conclusão é a de que as pessoas com deficiência em Portugal não têm como ser autónomas e estão obrigadas ou a viver no seio da família, caso esta tenha as condições económicas necessárias, ou a recorrer à institucionalização, muitas vezes em lares de idosos [...] é tetraplégico desde os 28 anos, devido a uma lesão na medula, tendo 90% de incapacidade, o que faz com que precise de “apoio para quase tudo”, como seja vestir-se e despir-se, posicionar-se na cama, fazer a higiene diária ou transferir-se da cama para a cadeira de rodas. Sendo um dos rostos mais visíveis da luta por uma filosofia de Vida Independente, e “contra a institucionalização compulsiva levada a cabo” em Portugal, viu-se obrigado a ir viver num lar de idosos por não ter condições financeiras para pagar a cuidadores.

In another newspaper, the socio-cultural stigmas and taboos traditionally tied to disability are still starkly and unhappily evident in modern-day

Portuguese families and societies with many issues still to resolve such as family pressures, poverty, lack of inclusion, as well as social and physical barriers. The title “Os pais de crianças com deficiência têm pânico de morrer”, though arguably typically worthy of newspaper sensationalism, does have the desired impact of creating fear for the well-being of one’s children. The journalist of this article in *Observador*, Catarina Marques Rodrigues, interviews a Portuguese researcher in disability politics from the University of Coimbra who states that:

somos mais condescendentes com quem “fica deficiente” do que com quem “nasce deficiente” [...] vemos a deficiência como uma sentença de morte e [...] só quando temos de andar com um carrinho de bebé num pavimento desnivelado é que percebemos as dificuldades de uma pessoa em cadeira de rodas. A opressão e a falta de inclusão têm a ver com a forma como as pessoas com deficiência são vistas na sociedade portuguesa. São vistas como sendo inativas e como não tendo capacidade de trabalho. O seu corpo é perspectivado como um objeto estranho. Têm custos acrescidos porque vivem em sociedades que não estão abertas à diferença, com constantes barreiras à participação e à mobilidade (*Observador*, 18.09.2016).

Some common, and still very much present in contemporary Portuguese society, condescending responses to parents who learn their child has an impairment are: “Mais valia que Deus o levasse”, “Vocês agora vão ter uma cruz a carregar” or “Esta criança vai ser um fardo nas vossas vidas”. And, to a great extent, this is because disability is still viewed as a tragedy built on cultural inheritance which has never shown great acceptance towards bodily imperfections, opting to see them rather as manifested forms of impurity, sin and punishment.

In Portugal, the family unit remains at the core of issues related to disability because most of the consequences of living with a disability, whether physical or mental, rest on the family. To illustrate, a home with a child with a disability that requires regular visits to therapy or doctor’s appointments in which an entire morning is taken up, or sometimes a whole day if the consultation is in another town or city, one of the parents is unable to maintain fixed employment. Naturally, this has a direct impact on the parent’s professional life as most often than not employers are not sympathetic to these needs and so contracts may not be renewed, and subsequently the household income is reduced. Parents of children with disabilities also greatly fear something happening to them, and what the

consequences of their demise would be on their children, which explains the “panic” in the title of the newspaper article. This choice of word to describe fear of death implies a fear so overwhelming and dominant that all sense of reason and logic is washed away. The mere suggestion that a parent must live with these persistent feelings of angst, agitation and uncertainty over an uncertain future of a child, who cannot fend for themselves even as adults, inevitably leads to other situations of poor health, social victimization and possibly family breakups. Disability can have many other far-reaching effects on the family unit which are not always related to finance. When for example one of the spouses suddenly find him or herself incapacitated due to an illness or disability, the relationship can experience a loss of libido as one of the partners becomes the other’s caregiver.

Additionally, cultural stereotypes systematically reveal a stigmatizing set of ideas used to characterise social groups of people with disabilities as being inept, dependent, of lower intellectual capability and asexual. In contrast, it has also been shown that stereotypical beliefs about persons with disability are not necessarily negative despite still being considered as negative and condescending by some. Persons with disability are sometimes viewed “positively” as courageous, heroic, hardworking, persistent, conscientious, honest, moral, and friendly¹. The physical, emotional and financial strain on the couple and the family can become overwhelming.

The psychological barriers have to do with social prejudices, which are preconceived ideas about people with physical impairments. It is quite common for people with disabilities (both children and adults alike) to experience patronizing behaviour such as being patted on the head, being spoken to in an infant-like voice, being spoken to in a raised voice despite having no hearing impairments, or having questions directed at someone else next to them who does not have an impairment². On the other hand, there are other stereotypical views of people with disabilities that are not necessarily negative, in which people with disabilities are portrayed as

¹ These stereotypes can be seen as running parallel to many about people who are overweight. For example, fat people are also supposedly jolly, friendly and honest.

² A possible explanation why people raise their voices when speaking to a person in a wheelchair or opt to address a question to someone else next to them, rather than the person with disabilities themselves, may lie with pre-conceptions that disability and intellectual inferiority are synonymous. There are certainly instances in which someone with a physical disability may also have an intellectual disability but that is not always the case, and it is certainly patronizing and dehumanizing to tie intellectual capacity to physical ability.

being heroic, persistent, attentive, friendly, and brave. Odile Rohmer and Eva Louvet refer to these in “Implicit Stereotyping against People with Disability” (2016):

ambivalent judgements towards people with disability [as being] in line with the theoretical framework of the stereotype content model [...] according to this model, most social groups are not uniformly evaluated along a single “good/bad” dimension, but along two fundamental dimensions labelled as warmth and competence. Warmth refers to the appraisal of others’ motives and includes social and moral qualities [...] competence refers to the appraisal of others’ ability to effectively enact their motives and includes intellectual and motivational qualities (Rohmer and Louvet 2016: 128).

It could be argued that these so-called-positive views about people with disabilities could stem from “an overcompensation strategy” (Rohmer and Louvet (2016: 129) founded on the incentive to come across as unbiased and open-minded.

In 1986, Portugal became a member of the European Economic Community (EEC) and this has unequivocally had a tremendous impact on Portuguese policies and legislation¹. Since then, several laws have been created addressing equality of rights and employment. Funding received from the EEC has been allocated towards financing of training programmes for people with disabilities. Currently, Portuguese laws incorporate a juridical regime of prevention, qualification, rehabilitation and participation of people with disabilities. Some of the rights to equal opportunities include access to support services, education, training and work, as well as prohibition of discrimination based on disability and mandatory accessibility in public spaces. It is relevant to point out that most of this legislation was approved relatively recently, going only as far back as 2007, for example with the Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) to public spaces, buildings, transport and information technology.

In 2016, in what is considered to be a incredibly significant step in the disability rights movement in Portugal, the Independent Living Movement (ILM) programme saw its first centre being established in Lisbon². The

¹ The PNPA, in English: the National Plan of the Promotion of Accessibility. For further reading, consult the official state guide: “Guia prático dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal”, at: http://www.inr.pt/documents/11309/283719/guia_pratico_acessivel_4_2_2020.pdf/6cc43949-c5f9-4658-9f9c-5b055b61ee97.

² Read the mission statement for Centro de Vida Independente in Lisbon here: vi-

Independent Living philosophy which grew out of the disability rights movement in the 1960s states that:

It is a movement of people with disabilities who work for self-determination, equal opportunities and self-respect [...] that every person, regardless of disability, has the potential and the right to exercise individual self-determination. We expect the same choices and control in our everyday lives that everyone else takes for granted [...] the same freedom to try, and fail, and learn from our failures [...] to grow up in our families, go to the neighborhood school, use the same bus as our neighbors, work in jobs that are in line with our education and abilities, start families of our own [...] achieving equal access through reducing and removing barriers and assure full community participation for persons with all disabilities¹

In essence, the ILM is dedicated to the advancement of social systems in which all people with disabilities have the prospect of leading productive, meaningful lives as integrated and valued members of their communities. This philosophy clearly breaks from the traditional medical model of disability which chooses to focus on “what is wrong with the person” and endeavours to “fix what is broken”. Like the social model of disability, the ILM maintains that choices are limited due to barriers; societal, physical, expectational, and emotional. The aim of such centres is not to rehabilitate the person with an impairment but rather to focus on lessening and altogether removing barriers that limit choices.

8. “A luta continua”²

Undoubtedly, the human body in all its vicissitudes has become a universal theme of both popular and commercial culture in Western daindependente.org/o-que-e-o-centro-de-vida-independente/. This ILM programme has now been implemented in some other cities in Portugal.

¹ A definition of the Independent Living philosophy from a Center for Independent Living in Illinois, USA. Available at: <https://www.lifecil.org/about/philosophy/>

² Of cultural interest, this Portuguese expression meaning “The struggle continues” was the uniting cry of the FRELIMO movement during Mozambique’s war for independence from their Portuguese colonizers. The leader of FRELIMO, Samora Machel, used this war cry to rally popular support against the colonial oppressors. Since then, this phrase has appeared in various instances of protests and causes throughout the African continent, and beyond. It is the title of a Mozambique inspired song made popular by the famous South African singer Miriam Mabeke. The song “Aluta continue” can be heard here: https://www.youtube.com/watch?v=Mtl62-6pY_I

societies over the course of the past few decades, Portugal notwithstanding. Various social changes and movements have been at the forefront in firmly establishing the cultural conceptualisation of the body in contemporary society. Such changes and movements include; remarkable advances in medical procedures and technologies, the gay or women's liberation movements, along with changes in the commercial use of the body as an icon of modern-day consumerism. These experiences have helped to establish commercial activity as one of the leading authorities on defining the ideal human body – the gauge by which to measure aesthetic excellence. Thus, the parameters for ideal female beauty have become buxom breasts, thinness and ageless skin; while the ultimate symbol of masculinity is the athletic frame of imposing height and well-toned muscles. There is an endless bombarding of advertising in every imaginable nook and cranny of our daily lives – billboards, magazines, internet pop-ups, and book titles boast countless publications from miraculous slimming manuals, to handbooks on seven easy steps to muscle building and dietary regimes.

Granted that different cultural values will influence the manner in which people appraise their bodies, all this may serve as an excellent gauge of this narcissistic behaviour that contemporary culture has espoused. Michael Bury advances an interesting explanation for this: “the relevance of the body [...] begins to emerge, not simply as part of an analysis of the health correlates of lifestyle and consumer culture – important though these are – but to the more deep-seated issues that disease and illness pose for human beings” (Bury 1997: 173). In other words, what is particularly significant is not so much the increasing consumer culture of Botox, breast implants, tattoos or Western-sculptured facial features, for instance, but rather the underlying, deep-set fear that old age and illness maim – they disable.

It may be argued that the overriding view of disability has, for some time, been one in which bearers of impairments have been denied basic qualities of humanity. The person's apparent incompleteness is seen as a shortcoming that requires intercession on the part of others to correct such inadequacies. This approach brings to mind Paulo Freire's banking concept in education; that of the subject-object relationship that identifies “the teacher [as] the Subject of the learning process, while the pupils are mere objects” (Freire 1993: 54).

In such an instance the object would be the person with an impairment while the subject might be the therapist, doctor, nurse or teacher who attempts to correct, fix or adjust the impairment to suit socio-cultural expectations

of what suitable behavior or appearance for the body is. The weight of objectiveness is made heavier when the bearer of such impairment is labeled as paraplegic, or mentally challenged, for example. Somehow that body is depicted as lacking in something, as being fragmentary, or incomplete.

Oftentimes, people with impairments are deemed as fragile and lacking; needing someone to take care of them, and requiring protection at all times, and in Portugal it evidently still very much remains the responsibility of the family. Freire maintains that such human existence puts elite concepts of culture to the test. In other words, culture prevails in the potential of individuals to alter their own reality when they do not confine themselves to those whose thoughts and actions are traditionally followed are seen to be more advantaged. In essence, this means that not only does each individual already possess and reproduce culture, but he also has the capability to remake culture. Ira Shor expands on Freire's view:

The human power to make and remake culture [...] has profound meaning for disability as cultural production. This culture is not enshrined in canonical texts, although certain heroes of the literary canon embodied it [...] is not limited to the use of one or another discrete language, although it has produced rich languages such as American Sign Language. [...] is not limited by race, gender, class, or ethnic origin, and thus it represents one of the most democratic of human possibilities. Disability embraces the human power to adapt and accommodate, to make and remake ways of living to meet diverse needs and capabilities. Adaptations and accommodations are significant cultural products; making them and negotiating them are the praxis of everyday life for people who have disabilities (Shor 1992: 59).

To expand but a bit further on this line of thought, most people with impairments do not see their ordinary routine lives as constituting culture, neither do they see themselves as creating culture. In part, this could be because of the subordination forced upon them by the more dominant able-bodied culture. Freire goes on to explain this drive by dominating cultures as being motivated by a need for proficiency, speed and turnover, and that those who do not perform according to this mainstream culture are seen as a hindrance: "One of the greatest obstacles to the achievement of liberation is that oppressive reality absorbs those within it and thereby acts to submerge human beings' consciousness" (Freire 1993: 33).

Not only are impaired bodies not categorized as the norm, but their needs are also seen as added socio-economic burdens. Such stigmatization

leads them to become absorbed by the dominant cultures and their own potential to develop their own cultures is overshadowed. Inherently, disability is a state that has strong social coloring, as people with impairments cannot be regarded as being disabled outside a social context. Such people are incapable of performing some functions valued by the rest of society without difficulty and are, therefore, labeled by that society.

Culture is a mirror reflecting attitudes, morals and perceptions of a community; consequently, it registers even insignificant changes in a society's views. Ideas about disability expressed by people in different periods of human history show the evolution of human thinking. A society draws conclusions and outlines its perspectives on the future direction of its development. It is equally true of studies in disability and cultural aspects thereof. Western academic approaches to cultural studies employ a variety of scientific methods for understanding disability within a cultural framework. Certainly, the vast compilation of literature available within Disability Studies and Cultural Disability Studies in other countries reflects the burgeoning activity. However, in what concerns Portugal, Fontes argues that:

it is almost non-existent. Consequently, there is no critical *corpus* to be found in Portugal similar to the countless studies that have for a long time revealed the oppression and discrimination faced by disabled people in countries such as the United Kingdom and the USA. This epistemological lack of awareness is symptomatic of the tenacity with which medical concepts of disability have developed a hegemony that has been perpetuated within Portugal, despite the changes that have taken place in other socio-political contexts. In Portugal, the study of disability has been restricted to the fields of psychology, medicine and education sciences, all areas in which the medical model has been dominant. Disciplines such as sociology and anthropology, which are closely linked to disability studies in other countries, have only very recently directed their attention to this area of study in Portugal. We would argue that this is due to the prevailing historical, cultural, political and economic conditions in this southern European country and that they pose singular challenges to the development of emancipatory disability research (Fontes *et al.* 2014: 7)

It becomes readily evident that there is still a long way to go to overcome the many challenges facing the potential future of the placement of disability studies alongside cultural studies, and even greater efforts to allow for a novel field in Portugal of cultural disability studies. These challenges are not readily overcome and have many underlying causes such as the minimal

degree of political participation, insufficient democratization of interactions between the state and disability groups, a benefits mentality, the traditional practice transferring disability care to families, a lack of disability research from different academic contexts, insufficient engagement of people with disabilities in academic research, the yet to be defined disability related terminology in the Portuguese lexicon, long-standing stigmatizations and taboos, and finally, but equally important, lack of funding for non-traditional fields of knowledge.

A luta continua.

Bibliographical references

“Misericórdias” (2003-2020). In: *Infopédia*. Porto: Porto Editora. Internet. Available at [https://www.infopedia.pt/\\$misericordias](https://www.infopedia.pt/$misericordias) (accessed 2020/05/28).

Agência Lusa (2016): “Em Portugal, a pessoa com deficiência ainda não é livre de escolher onde e como viver”. In: *Sapo 24 Notícias*. Post made 2 December 2016. Internet. Available at <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/em-portugal-a-pessoa-com-deficiencia-ainda-nao-e-livre-de-escolher-onde-e-como-quer-viver> (accessed 2020/06/10).

Ball, P., Monaco, G. and Schmeling, J. (2005): “Disability and as Diversity in Fortune 1500 Companies”. In: *Behavioural Science Law*. Vol. 23. 97-121. Internet. Available at <https://doi.org/10.1002/bsl.629> (accessed 2020/05/30).

Barker, Dan (2018): *Mere Morality*. Durham: Pitchstone Publishing.

Barnes, Colin (1997): “A Legacy of Oppression: A History of Disability in Western Culture”. In: L. Barton and M. Oliver (eds), *Disability Studies: Past Present and Future*. Leeds: The Disability Press, 3-24.

Bastos, Susana Perreira (1997): *O Estado Novo e os Seus Vadios: Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua repressão*. Lisbon: Dom Quixote.

Blunt, James Andre (2019): *The God of Insanity: Biblical Christianity Disproved*. Bloomington, Archway Publishing.

Bury, Michael (1997): *Health and Illness in a Changing Society*. New York: Routledge.

Campbell, Jane and Oliver, Mike (1996): *Disability Politics: Understanding our Past, Changing our Future*. London: Routledge.

Davis, Lennard and Drazen, Carlos Clarke (2011): “Disability Studies and Cultural Studies”. In: Keith Booker (ed.), *The Encyclopedia of Literary and Cultural Theory. Cultural Theory*. Vol. 3. Sussex: Blackwell, 1014-1022.

Diniz, Debora and Santos, Wederson (2010): “Deficiência e Direitos Humanos: desafios e respostas à discriminação”. In: *Deficiência e Discriminação*. Brasília:

LetrasLivres. 9-15. Diniz, Débora; Santos, Wederson (2010): “Deficiência e direitos humanos: desafios e respostas à discriminação.” In: Diniz Débora; Santos, Wederson (Org.). *Deficiência e discriminação*. Brasília: Letras Livres, 9-15.

Diniz, Debora, Medeiros, Marcelo, and Squinca, Flávia (2007): “Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde”. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 23:10. Rio de Janeiro, FIOCRUZ. <https://www.scielo.br/pdf/csp/v23n10/25.pdf>

Diniz, Debora, Medeiros, Marcelo and Squinca, Flávia (2018): “Critical Perspectives on Social Justice”. In: Jennifer Peters (ed.), *Disability, Human Rights and Justice*. New York: Enslow Publishing, 181-211.

Drake, Robert, F. (1999): *Understanding Disability Policies*. London: MacMillan.

Fontes, Fernando Gabriel Neves (2011): *Social Citizenship and Collective Action: The case of the Portuguese Disabled People’s Movement*. Dissertation. University of Leeds.

Fontes, Fernando, Martins, Bruno Sena, and Hespanha, Pedro (2014): “The emancipation of disability studies in Portugal”. In: *Disability & Society*. 29:6, 1-14. Internet. Available at https://www.researchgate.net/publication/263511709_The_emancipation_of_disability_studies_in_Portugal accessed 2021-01-15).

Freire, Manuel Leal (1995): *As Misericórdias e as IPSS em Geral, na História, na Legislação, na Jurisprudência e na Prática Administrativa*. Porto: Elcla Editora.

Freire, Paulo (1993 [1921]): *Pedagogy of the Oppressed*. Trans. Myra Bergman Ramos. New York: Continuum.

Hofstede, Geert (1984): *Culture’s Consequences: International Difference in Work-Related Values*. London: Sage.

Instituto Nacional Para a Reabilitação (2019): “Guia prático dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal”. Internet. Available at http://www.inr.pt/documents/11309/283719/guia_pratico_acessivel_4_2_2020.pdf/6cc43949-c5f9-4658-9f9c-5b055b61ee97, (accessed 2020/06/21).

Kelemen, Daniel, R., and Vanhala, Lisa (2010): “The Shift to the Rights Models of Disability in the EU and Canada”. In: *Journal of Regional and Federal Studies*. Vol. 20. 1-18. Internet. Available at <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13597560903174766?scroll=top&needAccess=true&journalCode=frfs20>, (accessed 2020/05/16).

Loja, Ema, Costa, Emília, and Menezes, Isabel (2013): “Views of Disability in Portugal: ‘fado’ or citizenship?”. In: Michele Moore (ed), *Moving Beyond Boundaries in Disability Studies: Rights, Spaces and Innovations*. New York: Routledge, 62-76.

Malhotra, Ravi, and Rowe, Morgan (2014): *Exploring Disability Identity and Disability Rights through Narratives: Finding a Voice of Their Own*. London: Routledge.

Pereira, Joana Morêdo (2012): “Cultura Surdas – a bandeira de um povo dentro de outro”. In: A. Castro-Caldas and F. Ferreira Martins (eds), *Cadernos de Saúde*, 4:2, 65-70. Internet. Available at https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12545/1/CSaude_4-2%20%287%29.pdf (accessed 2021-01-15).

Pimentel, I. Flunser (1999): “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”. In: *Análise Social*, Vol. XXXIV(151-152), 477-508. Internet. Available at <https://www.jstor.org/stable/41011371?seq=1> (accessed 2021-01-21).

Rodrigues, Catarina Marques (2016): “Os pais de crianças com deficiência têm pânico de morrer”. In: *Observador*. Post made 18 September 2016. Internet. Available at <https://observador.pt/especiais/os-pais-de-criancas-com-deficiencia-tem-panico-de-morrer/>(accessed 2020/06/10).

Rohmer, Odile and Louvet, Eva (2016): “Implicit Stereotyping against People with Disability”. In: *Group Processes & Intergroup Relations*, 22:1, 127-140. Internet. Available at https://www.researchgate.net/publication/299473225_Implicit_stereotyping_against_people_with_disability (accessed 2021-01-25).

Ryan, Joanna and Thomas, Frank (1987): *The Politics of Mental Handicap*. London: Free Association Books.

Santos, Boaventura de S. (1993) “O Estado, as relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia: O Caso Português.” In: Boaventura de S. Santos (ed.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 17–56.

Shakespeare, Tom (1994): “Cultural Representation of Disabled People: Dustbins for Disavowal?” In: *Disability and Society*. Vol. 9:3, 283–299. Internet. Available at https://www.researchgate.net/publication/237428703_Cultural_Representation_of_Disabled_People_Dustbins_for_Disavowal(accessed 2021-01-25).

Shor, Ira (1992). *Empowering Education: Critical Teaching for Social Change*. Chicago: University of Chicago Press.

Silva, Divino José da, and Libório, Renata Maria Coimbra, (eds.) (2005): *Valores, Preconceito e Práticas Educativas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Smith, Megan (2015): “Disabling karma: Reflections on Buddhism, disability and charitable drive-bys”. Post made 3 December 2015. Internet. Available at <https://blogs.unicef.org/blog/disabling-karma-reflections-on-buddhism-disability-and-charitable-drive-bys/>, <https://blogs.unicef.org/blog/disabling-karma-reflections-on-buddhism-disability-and-charitable-drive-bys/> (accessed 2020/04/12).

Strelhow, Thyeles Moratti Precilio Borcarte (2018): “As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos”. In: *Revista Educação Especial*. 31: 61, 275-284. Internet. Available at https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/25002/pdf_1 (accessed 2021-01-25).

Tylor, Edward Burnett (2016 [1871]): *Primitive Culture*. Ed. John Murray. New York: Dover Publications.

World Health Organization (1980): “International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease”. In: *World Health Organization*. Published in Geneva in accordance with resolution WHA 29.35 of the 29th World Health Assembly, May 1976. Internet. Available at https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/41003/9241541261_eng.pdf?sequenc (accessed 2020-01-15).

World Health Organization (1980): “International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH)”. Post updated 2 March 2018. Internet. Available at <http://www.who.int/classifications/ichi/en/>, / (accessed 2020/05/20).

----- (2001): World Health Assembly Resolutions: “Resolution WHA 54.21”. Post made 22 May 2001. Internet. Available at [https:// apps.who.int/gb/archive/pdf_files/WHA54/ea54r21.pdf?ua=1&ua=1&ua=1](https://apps.who.int/gb/archive/pdf_files/WHA54/ea54r21.pdf?ua=1&ua=1&ua=1), (accessed 2020/05/03).

Electronic references

ACAPO, <https://www.lerparaver.com/lpv/historia-acapo>

Aesop’s tales: <http://phonicstest.com/books/aesopset06.htm>

Associação Portuguesa de Deficientes: <https://www.apd.org.pt/>

Centro de Vida Independente: vidaindependente.org/o-que-e-o-centro-de-vida-independente/

King James Bible, <https://www.kingjamesbibleonline.org/>

Pew Research Center, <https://www.pewresearch.org/>

StatisticsPortugal, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000661&contexto=bd&selTab=tab2/

Musical composition

Mabeka, Miriam (1990): *A Luta Continue*. Gallo Music Publishers. Album: Welela

A COLABORAÇÃO DA FILOLOGIA PARA A HISTÓRIA SOCIAL

Antonio Ackel (USP)

ABSTRACT

This article aims to highlight ways that philology can contribute with social history studies. As an example, we present two letters from the beginning of the 20th century written by patients admitted at the Pinel Asylum, in São Paulo. We observe how philological methodologies could lead us to different historical evidences revealed in those letters and how to reflect about the concepts and practices of eugenics in Brazil. By that time, this philosophy was being widely spread among global scientific communities. This work also presents a semi diplomatic transcription of those letters and part of the patients' records. Philology deals with the document and its writing. In this sense, it discusses how to approach material culture as a source for historical knowledge. We mainly want to contribute with the restricted source of philological treated documents for researches of other fields interested in eugenics in Brazil.

Keywords: Social History; Philology; Personal letters; Eugenics.

RESUMO

Este texto busca evidenciar modos de colaboração da filologia para os estudos da história social, utilizando-se, como exemplo, de duas cartas escritas no começo do século XX por pacientes internados no Sanatório Pinel, em São Paulo. São observados apontamentos filológicos que levam a diferentes evidências históricas reveladas por meio desse material e a reflexões acerca dos conceitos e práticas da eugenia no Brasil que, nessa época, estavam sendo amplamente difundidos nas comunidades científicas do mundo. Este trabalho apresenta também uma transcrição semidiplomática de duas cartas e de parte dos prontuários dos pacientes e faz considerações sobre a espécie documental *carta* para os estudos da história social. A filologia ocupa-se do documento e sua escrita, desta maneira, discute seu alcance na cultura material como fonte para o conhecimento histórico. Visa-se a contribuir, especialmente, com o ainda restrito arcabouço documental de fontes, tratado filologicamente para pesquisas do campo da história social sobre o início do pensamento eugenista no Brasil.

Palavras-chave: História Social; Filologia; Cartas pessoais; Eugenia.

Introdução

Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão sobre os modos de contribuição da filologia para a história social. Para tanto, utilizam-se como exemplo estudos de uma edição filológica, compostos por observações codicológicas e uma transcrição semidiplomática, de duas cartas escritas por pessoas que ficaram internadas no sanatório Pinel, em São Paulo, entre os anos de 1929 e 1944 e de parte de seus prontuários médicos. O trabalho que se apresenta pretende colaborar com o escasso número de fontes filológicas para estudos da história social acerca do pensamento eugenista dominante na sociedade brasileira, no começo do século XX.

Deseja-se divulgar, em primeiro lugar, os aspectos codicológicos que ensejaram a produção deste texto. Tais referem-se às características materiais do documento (Ruiz García 1981; Gilissen 1977; Agati 2009) e, neste trabalho, propõem novos olhares sobre os modos de censura pelos quais os pacientes passaram, ao tentarem se comunicar com o mundo externo. Em seguida, apresenta-se uma transcrição semidiplomática, fidedigna, que atende aos critérios científicos estabelecidos pela filologia. Buscou-se uma transcrição que mais se aproximasse do original (Castro e Ramos 1986) e, ao mesmo tempo, que alcançasse maior público. Suas normas serão descritas em seção pertinente. Ao final, fazem-se considerações sobre fatos histórico-sociais investigados nas descrições das cartas e dos prontuários sobre o tema da eugenia no Brasil.

A filologia é uma ciência dedicada à descrição e análise de documentos escritos. Assim, é concebida como uma disciplina capaz de oferecer teoria e metodologia específicas para o estudo de seu objeto, ampliando fontes de pesquisa e oferecendo saberes técnicos para a consolidação de interesses interdisciplinares (Vasconcellos 1928; Elia 1975; Spina 1977).

Atenta a aspectos sociológicos, geográficos, antropológicos e econômicos, a história social serve de base para o conhecimento de representações ideológicas tanto práticas, quanto na formação de ideias e teorias (Burke 1991, 1992; Calmon 2002 [1935]; Hobsbawn 1998; Tilly 1984).

Considerando a história social desse ponto de vista, pode-se pensar num diálogo com a filologia, pois assim dá-se a conhecer mais profundamente a história, a identidade de um manuscrito, as razões que levaram à sua produção e as pessoas que nela se envolveram.

O texto escrito pode ser considerado como uma representação da na-

tureza social, de maneira que o documento passa a ser potencialmente o registro da memória de uma cultura. Os documentos evidenciam a história de uma sociedade envolvida em práticas de letramento. Segundo Higounet (2003: 10), a escrita não se refere apenas a um procedimento destinado a fixar a palavra ou um meio de expressão permanente, mas também ao acesso direto ao mundo das ideias que reproduz a linguagem, “por essência fugidia”, permitindo assim apreender o pensamento, fazendo-o atravessar o tempo e o espaço.

Documentos, como os apresentados neste trabalho, relatam ações e eventos sociais. Pensa-se, assim, inicialmente, sobre as diversas interpretações que podem ser adotadas para a compreensão da história narrada e sobre a diversidade de leituras possíveis. A partir disso, propõem-se tratamentos textuais que levem a compreender as situações históricas de sua produção e, mais especificamente, no caso da documentação aqui selecionada, os cenários de sua circulação e não transmissão.

A produção textual selecionada para este artigo apresenta uma série de informações que se cruzam ao longo dos estudos filológicos. Segundo Hobsbawm (1998: 220), ao investigar a história de um documento, muitas vezes, o pesquisador busca respostas apenas para o que está procurando, e não para o que está disponível para ser descoberto. Muitas fontes da história só foram reconhecidas como tais porque alguém, ao se questionar, “sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – respondê-la.”

A filologia deve valer-se de conhecimentos especializados, que se ligam à história do seu objeto, e buscar compreender a melhor forma de revelar os resultados de sua pesquisa para interpretá-los com diferentes perspectivas.

Para tanto, deve recorrer a disciplinas correlatas ao trabalho filológico que, no caso deste artigo, são: a) a história social, que permite refletir sobre as diversas atividades humanas, não só sobre os novos modos de organização e estrutura política pelas quais passava o país na época, mas também sobre relações sociais dos indivíduos, autores das cartas, seus familiares e seus grupos profissionais; b) a codicologia, que viabiliza a aplicação de seus conceitos e métodos para descrição e análise de características materiais do objeto textual, oferecendo ao estudioso ferramentas com as quais poderá saber sobre a origem, as condições físicas, as etapas de constituição e o manuseio pelo qual passou uma determinada documentação; c) a edição textual, que exige do pesquisador conhecer fenômenos linguísticos, como questões relativas a normas ortográficas e acentuação gráfica, pois, a depender da transcrição de

um texto, busca-se alcançar ao máximo o público leitor, para que a divulgação se converta em reflexões tanto de ordem acadêmica quanto de senso comum.

A aplicação de métodos de ciências afins ao trabalho filológico, neste artigo, visaram a contemplar as várias características de documentos do Sanatório Pinel. Trabalhos como os de Vacaro (2011), Pereira (2016), Ackel (2019), podem ser encontrados sobre outros documentos do Sanatório Pinel, sob outras perspectivas.

Dessa forma, quer-se propor novos olhares críticos para a época e o local em que o material, aqui apresentado, foi elaborado. Busca-se entender a produção dessa documentação a partir da perspectiva eugenista difundida em práticas psiquiátricas em centros de tratamento especializados, no Brasil. Além disso, pretende-se conjecturar razões sobre as condições materiais da carta, observando suas marcas administrativas como anotações, circulação e arquivamento, a exemplo de práticas médicas da Instituição.

1. Eugenia e o sanatório Pinel

Em 1909, Sir Francis Galton (1822-1911) publicou *Essays in Eugenics* [Ensaio sobre eugenia], um extenso relatório à luz de pensamentos eugenistas sobre características humanas que o matemático, antropólogo e médico pesquisou durante suas viagens internacionais. Ao apresentar dados estatísticos, diz que “em se comparando ideias vigentes de diversas épocas e civilizações, pode-se assertar sobre o que se acredita ser nato e permanente e o que se acredita ser adquirido e transitório” no ser humano.¹

Galton (1909: 35) definiu eugenia como “a ciência que lida com todas as influências que melhoram qualidades natas de uma raça”.² Melhorar é considerar apenas os bons comportamentos físicos e mentais de uma pessoa, que são influenciados por sua educação. Não se trata de qualificar uma pessoa como moralmente boa ou má, mas de relacionar suas formas comunicativas de expressão às características da sociedade. Um considerável número de qualidades pode ser facilmente descrito na estrutura do pensamento eugenista, destacam-se: saúde, energia, habilidade, educação, força, disposição.

¹ Tradução de “By comparing the current ideas at widely different epochs and under widely different civilizations we are able to ascertain what part of our convictions is really innate and permanent, and what part has been acquired and is transient.” (Galton 1909: 12, tradução livre)

² Tradução de “Eugenics is the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of race.” (Galton 1909: 35; tradução livre)

Ao longo de sua obra, Galton diz que se fosse aplicada uma prática efetiva da eugenia em seu país, naquele momento, metade da população seria considerada boa. O que revelaria uma sociedade “menos tola, menos frívola, menos impressionável e mais politicamente cuidadosa”.¹

Ao elaborar suas teorias e publicá-las, o autor promoveu, de maneira eficaz, suas ideias sobre a “possibilidade de melhoria da raça humana condicionada às leis e sentimentos existentes”², como a variedade de comportamentos do ser humano, seu grau de instrução formal, união de pessoas com as mesmas características, qualidade de cognição de crianças.

A academia médica de muitos países, ao ter contato com esses pensamentos, concebeu os métodos profiláticos de Galton propostos como ideais para reorganização da sociedade. Tal pensamento difundiu-se por toda a Europa, Estados Unidos, até chegar ao Brasil. Aqui, perdurou por muitos anos. Políticas eugenistas foram aprovadas em projetos de lei, muitos apresentados por Cincinato Braga (1864-1963), por exemplo, em 1921, cujo texto propunha que se evitasse a imigração negra, retomando a lei de 1891, revogada em 1907.³ Conceitos sobre a melhoria da raça podem ser observados, desde a metade do século XIX, com definições de “imigrante ideal”, tais como “branco, camponês, resignado”.

No Brasil, os estudos de aplicação prática da eugenia foram iniciados pela Liga Brasileira de Higiene Mental, uma entidade civil, mantida por contribuições de filantropos e financiamento federal. De acordo com o decreto-lei n. 4.778, de 1925, tornou-se a primeira Associação da Medicina Social da América do Sul. Dividia suas atividades em duas modalidades: “Dentro das primeiras incluem-se todas as sugestões que se destinem a promover a perfeita higidez mental dos indivíduos normais, cabendo às segundas - medidas de ordem propriamente profilática - o combate direto às causas de desarranjo mental”.

Segundo Caldas (1932a), a higiene mental era responsável por equilibrar e manter a ordem das funções psíquicas individuais diante do meio social, evitando, assim, os desequilíbrios que viessem a constituir doenças mentais.

¹ Tradução de “...less foolish, less frivolous, less excitable and politically more provident...” (Galton 1909: 49; tradução livre)

² Tradução de “My subject will be the possible improvement of the human race sob the existing circumstances of law and sentiment.” (Galton 1909: 16; tradução livre)

³ A lei trata, entre outras sanções, de projetos de restrição à entrada de imigrantes negros do Brasil. Pode ser encontrada em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html> (acessado em 30/04/2020).

Olinto (1941) corroborou com essa descrição ao destacar que os problemas que a higiene mental devia resolver eram oriundos de questões de adaptação, de aprendizagem e de ajustamento social. Assim, os serviços de higiene mental restritos aos estabelecimentos de assistência a psicopatas, controlados exclusivamente pelas organizações de saúde pública, nunca produziram os efeitos necessários para uma sociedade desenvolvida e mais saudável.

No início do século XX, São Paulo estava acompanhando a era da modernidade, período em que uma série de invenções foram concebidas, por exemplo, eletrodomésticos, telefone, elevador, veículo automotor, cinema, avião. No entanto, a facilidade que a modernização disponibilizava era somente para “quem podia e não para quem queria, e com ela o próprio desenho da urbe tomava feição mais segregada do que em períodos anteriores” (Toledo 2015: 97).

Se por um lado a vida moderna convidava a novas formas de sociabilidade, por outro excluía aqueles que não podiam vivê-la. Nesse contexto, essa cidade foi palco da diversidade cultural da população, que era composta por uma quantidade expressiva de ex-escravos, trabalhadores pobres, analfabetos, grande número de imigrantes e a elite obcecada em alcançar engrandecimento social e econômico suscitado pelo rápido desenvolvimento.

A medicina passou a acreditar que tantas novas informações sobre o modo de vida na cidade, dependendo de como fossem absorvidas, poderiam desencadear distúrbios mentais (Pacheco e Silva, 1950). Foi nesse momento que a figura do psiquiatra se destacou, examinando as relações do indivíduo como participante do meio social.

A partir do século XX, o desvio comportamental passou a ser tratado como assunto de saúde pública. O Ministério da Educação e Saúde tornou-se responsável por disciplinar, corrigir, curar e eliminar hábitos indesejáveis. Essas práticas de higiene mental atingiram todos os estratos sociais. Numa cidade em pleno desenvolvimento, como São Paulo, não havia liberdade de expressão; qualquer comportamento fora do estabelecido pelo grupo, qualquer desvio, era considerado inadequado e não poderia fazer parte daquele meio (Pereira 2016).

Assim, o pensamento eugenista passou a ser considerado, para uma determinada classe médica como a de Pacheco e Silva (1898-1988) e Vieira de Carvalho (1867-1920), uma medida reguladora para a busca da ordem e do progresso do Brasil por meio de uma raça branca, limpa, forte, útil.

Foi um período em que se discutiam questões ligadas a segregação social, internação compulsória, além dos tratamentos já consolidados de higiene mental como imersão em banhos, remédios, eletroestimulação, todos eles entendidos como métodos de cura.

Tal ideologia considerava doentes mentais aquelas pessoas que se comportavam de modo diferente ao estabelecido, dessa maneira, deviam ser internadas nas casas psiquiátricas do país, o tempo que fosse necessário.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), Antonio Carlos Pacheco e Silva dirigiu o Departamento de Assistência aos Psicopatas, pertencente ao então criado Ministério da Educação e Saúde. Dedicou grande parte de sua carreira a compreender, controlar e curar hábitos e doenças mentais, desempenhando um importante papel na história da psiquiatria brasileira.

Ao regressar de seus estudos em Paris, no final da década de 1920, com a intenção de aplicar o que havia aprendido, fundou, em sociedade com outras organizações, o Hospital Psiquiátrico Pinel, em São Paulo. Até então, pessoas com transtornos mentais eram atendidas em hospitais como o Juquery, Instituto Paulista, Instituto Homem de Mello. Ainda, o Sanatório Pinel deveria atender a superlotação de leitos hospitalares com a qual já sofria a cidade e suprir as necessidades de inovações terapêuticas no país, que só eram possíveis em clínicas bem aparelhadas.

O Sanatório Pinel pode ser entendido como uma resposta ao crescimento da cidade da qual a elite social paulista foi financiadora e um exemplo do esforço eugenista para ordenação do espaço urbano. Na cidade em que residiu, Pacheco e Silva participou da “legitimação de novos padrões sociais em que médicos e juristas destacaram-se na história como orientadores dessa nova sociedade moderna, com a elaboração de discursos reguladores da ordem social” (Toledo 2015: 54).

Inaugurado em 1929, o hospital psiquiátrico Sanatório Pinel foi um projeto arquitetônico do escritório Lindberg Alves e Assumpção, financiado por colegas médicos de Pacheco e Silva, comerciantes, advogados. Modernos pavilhões de inspiração norte-americana comportavam o total de 120 pacientes divididos entre homens, mulheres e suas “moléstias mentais.” Construído em um privilegiado espaço que pertencia à Companhia Armour do Brasil, em Pirituba, região de sítios e grandes áreas verdes, o Pinel foi assim chamado em homenagem ao fundador da psiquiatria científica no século XVIII, Phillipe Pinel (1745-1826).

O sanatório, durante sua administração privada (até 1944), registrou a passagem de mais de 4.500 pacientes, internados por diversas causas,

desde cansaço demasiado, tendências homossexuais, estados depressivos até demonstração de interesse por assuntos que, na época, revelavam desejos de emancipação feminina ou preocupação com vozes que só o paciente ouvia. Comportamentos como esses eram considerados fora dos padrões aceitáveis socialmente na época, por isso configuravam casos de internação médica para tratamento, muitas vezes a pedido da família e contra a vontade do internado.

Durante o tempo em que ficava internado no Pinel, o paciente só poderia sair do sanatório se outra pessoa fosse buscá-lo (normalmente a mesma que o internou). Os familiares que aparecem como destinatários nessas cartas desempenham não só o papel de colaboradores na composição da missiva, mas também de coprodutores do conteúdo, na medida em que estão envolvidos nos relatos. Questionamentos sobre razões da elaboração desse material devem ser feitas para que se esclare o entendimento de tais circunstâncias.

As duas cartas apresentadas neste trabalho contêm pedidos de saída e foram escritas sob condição de isolamento social, contra a vontade do internado. Esse período de reclusão pode revelar uma conjuntura de eventos que circunstanciaram sua elaboração. A primeira carta é de uma mulher cuja vontade de ler livros, divorciar-se, viajar sozinha, emancipar-se socialmente, levou-a à reclusão. A segunda é de um homem que, mesmo sem assumir-se homossexual publicamente, é conduzido pela polícia ao sanatório, a pedido de seu pai porque demonstrava comportamento efeminado. As duas missivas serão comentadas em detalhe.

O contexto político, social e médico que circunstanciou a produção dessa documentação é também apresentado neste artigo, com objetivo de discutir modos de contribuição da filologia para a história social.

Acredita-se que o fazer filológico deva ser motivado também pela divulgação de documentos ainda em estado manuscrito, para que uma história que venha a ser elaborada possa ser confirmada por dados neles contidos. Nesse sentido, reflete-se, a seguir, sobre a adequação de tratamentos filológicos para apresentação do material.

2. O tratamento filológico de documentos históricos: cartas do Sanatório Pinel

O material apresentado pode ser consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob registro de “Fundo Pinel”, e é composto por aproximadamente 4.500 prontuários médicos que foram utilizados para

registrar informações de pacientes entre os anos de 1929 e 1944. São encontradas fichas de internação, relatórios e receitas médicas, consentimentos de terceiros para aplicação de novos tratamentos, documentos elaborados pelos próprios pacientes, como desenhos, contas aritméticas, orações, cartas para os médicos com pedidos de atualização sobre o quadro clínico, registros de pensamentos e cartas para conhecidos.

Dado o arco temporal em que se circunstancia, o objeto documental mostra importância linguística, cultural e histórica, pois contém registros pessoais narrados sob a ótica de pessoas que ficaram internadas em um sanatório psiquiátrico na primeira metade do século XX no Brasil. Período em que a reclusão era tida como prática essencial da higiene mental para correção de comportamentos considerados inadequados pela sociedade.

Desenvolver uma pesquisa filológica que possa colaborar com os estudos da história social depende não só de leitura e seleção do documento com que se trabalha, mas também de análise geral sobre ele e sobre os fatos que abrangem sua produção. Para este trabalho, consideram-se a situação política e econômica no Brasil, eugenia, isolamento social.

Ao empreender um labor filológico e deparar-se com elementos que caracterizam a individualidade de um documento, o pesquisador elabora diferentes conjecturações, por um carimbo no papel, pelo traço tremido do autor, por um fragmento de significado desconhecido ou por outra característica que se destaca nos documentos.

Analisar esses documentos, à luz desse pensamento, permite descobrir características culturais, históricas e sociais que devem ser consideradas na pesquisa. Refere-se a uma proposta de interdisciplinaridade em que a filologia torna-se atividade primeira para dar garantias do que será lido.

Abordagens diferentes sobre o material colhem novas informações, novos dados, requer novos tratamentos, desta forma, não se pode dar a conhecer completamente o conteúdo que uma documentação textual oferece, no entanto, a filologia pode extrair o maior número de informações que visam a responder a variadas questões.

Para se proceder com um tratamento filológico que apresente uma edição fidedigna, e que atenda aos anseios do leitor, o especialista nessa área deve valer-se de um conjunto de outras ciências correlatas à filologia.

As atividades filológicas correspondentes a essas disciplinas buscam no texto e sua escrita diferentes respostas. São elas: a) a codicologia, analisada em detalhes na próxima seção, preocupa-se com o suporte e o instrumento, quer saber acerca da materialidade documental, por exemplo, de que é formado,

com o que foi escrito, como foi disposto o texto na página; b) a paleografia, que entende a letra e seu traço, interessa-lhe decifrar a escrita, observar a firmeza do punho, a fluidez da escrita, a forma da letra;¹ c) a cultura material, que centra-se no patrimônio documental e sua história, mostrando o papel social que nela se representou; d) edição com transcrição fidedigna do texto, que é a atividade que o filólogo desempenha com a intenção de estabelecer relações entre a forma original do manuscrito e o leitor.

A pesquisa filológica ampara-se teoricamente em estudos que, ao longo dos anos, vêm demonstrando o fazer filológico no Brasil com a precisão que lhe é devida, em uma comunidade de especialistas que frequentemente tem analisado os variados elementos de um documento manuscrito para poder dar garantias de que sua edição seja fidedigna (Vasconcellos 1928; Silva Neto 1956; Azevedo 1987; Cambraia 2005).

Buscar uma interdisciplinaridade para se proceder com o estudo de um patrimônio documental é essencial para que o conhecimento filológico seja validado no que diz respeito às características materiais, gráficas e implicações histórico-sociais (Bernardes 2015).

A cada leitura, o filólogo participa de uma narração e concebe fatos que o permitem saber mais sobre o texto e sua escrita. Isso quer dizer que os documentos aqui apresentados também dependem de sua história para se tornar fontes de informação porque, ao serem lidos, revelam circunstâncias históricas que permearam atos humanos do passado. Dentro desse escopo, e por toda a intervenção que houve para sua elaboração, esses documentos são examinados para que se possa resgatar parte de sua história e de seus autores, conjecturar razões de sua produção e inferir sobre o significado de seu conteúdo textual.

A filologia encarrega-se de estabelecer a autenticidade de uma obra escrita com o intuito de recuperar e preservar a memória daquele saber. Além de restituir e reproduzir não somente os textos, preocupa-lhe também toda a produção cultural de um indivíduo, de uma ideologia, de uma língua.

O olhar relançado sobre o material colhe novas informações, novos dados, novo tratamento, desta forma, não se pode dar a conhecer completamente o conteúdo que uma documentação textual oferece.

A partir de seus conhecimentos técnicos, o filólogo é o especialista para, inicialmente, compreender um documento, contextualizá-lo, editá-

¹ Para uma pesquisa à luz do pensamento eugenista, como é o caso desse trabalho, poder-se-ia pensar sobre as diferentes caligrafias elaboradas pelos internos, ao que se poderia atribuir razões como efeitos colaterais de remédios e terapias, problemas de coordenação motora, melhora por algum tratamento ou estado de lucidez.

lo e publicá-lo. Inicialmente porque cada uma das tarefas que realiza pressupõe conhecimento especializado para seu empreendimento. A figura do filólogo só se completa quando ele assume outros papéis, possuidores desses conhecimentos prévios, como o de codicologista ou editor, e aplica tais conhecimentos para entender e apresentar o patrimônio documental.

Na próxima seção, apresentam-se observações codicológicas relevantes à produção documental selecionada para este trabalho, com intuito de se aprofundar o conhecimento sobre ela e sobre parte de sua história.

3. A codicologia como evidências materiais

A codicologia é a disciplina que identifica os elementos materiais de um documento. Por materialidade entende-se toda resposta que se tenha de um documento a partir do contato direto, por exemplo, sentir sua textura e peso, olhar contra a luz, verificar dobras, manchas, rasgos, carimbos, anotações de terceiros (Samaran 1934; Lemaire 1989).

Esse termo é uma definição que nasce da combinação do latim e do grego. Do latim, *codex-icis* que designava tronco de árvore, que se transformava em tábuas que serviam de suporte de escrita, o códice (Agati 2009: 29) e do grego, o sufixo *-logia* (Λόγος) que, de acordo com a *Encyclopaedia Britannica*, é um argumento que busca senso de lógica ou razão de um público (Bentham 2020).

Ao segurar o fólio¹, o codicologista consegue avaliar, por exemplo, a disposição do texto principal (conhecido como mancha), o número total de linhas manuscritas, a utilização ou não de margens e parágrafos na composição textual, destaques de fragmentos como datas tópica e cronológica, vocativo, assinatura, escritos posteriores. O virar de uma página, o aproximar dos olhos ao documento são atividades que ampliam o conhecimento filológico, pois permitem que o pesquisador participe de uma etapa da qual o leitor final, a quem se destina a transcrição, normalmente não compartilha.

Neste trabalho, para além de buscar os elementos materiais presentes nos documentos, buscaram-se particularidades que configuram sua feição, identidade e história. Desta maneira, a codicologia é também responsável por unir ciências de variados campos, mas que se utilizam de um objeto em comum, o documento. Uma vez estabelecidos os critérios de avaliação que serão adotados em um manuscrito, pode-se focar no que se pretende

¹ Nome empregado na filologia para referir-se à folha de um documento. O fólio é constituído de recto (frente) e verso.

descobrir, e de acordo com a perspectiva, mesmo que limitado o campo de atuação na investigação codicológica, serão descobertas diferentes particularidades, cada uma revelando uma técnica própria.

Ao longo de sua circulação, um documento manuscrito revela sinais de alteração em sua constituição. Tais modificações podem ser observadas sob vários aspectos, como: a) material, com alterações no estado físico do suporte, carimbos, rasgos, dobras, corrosões por insetos, umidade; b) substancial, com alterações na composição imagética/estética do documento, anotações nas margens (autorais ou não), datas, vocativos, assinaturas destacadas; c) histórico, com alterações no curso de uma transmissão ou do lugar de pouso, leituras e anotações alheias, manipulação e posse indevida.

O objeto que resulta de cada uma dessas intervenções não tem mais a mesma característica de antes. Nesse sentido, pode-se dizer que o artefato textual é um objeto evolutivo que permite estudos diacrônicos e sincrônicos.

Nessa documentação, produzida pelos pacientes do sanatório, percebem-se evidências de práticas administrativas como rubricas de recebimento e anotações da administração da instituição, localizadas normalmente nas margens superiores das primeiras páginas e seguem padrões do tipo, ‘junte-se à observação de (nome do paciente)’, ‘para arquivar’.

Tais anotações nos levam a pensar no manuseio de um documento como processos de interferência na formação de sua identidade, utilidade, posse, função. Por exemplo, as cartas apresentadas aqui são registros pessoais e estão endereçadas a outra pessoa, pertencem ao destinatário do documento, no entanto, ao serem manuseadas pela administração do sanatório, anotadas e arquivadas, passam a pertencer a essa instituição.

Os autores ou destinatários das cartas deixam de possuí-las. Essas anotações de arquivamento identificam uma arbitrariedade sobre a posse, o manuseio e a destinação do documento. O propósito de uma carta que deveria ser enviada para alguém é impedido e a censura instaurada.

Outro procedimento administrativo que corrobora com a ruptura do trâmite da correspondência refere-se aos furos na lateral das folhas para fixação em fichário. Tais furos comprovam que, ao invés de terem sido encaminhadas para seus destinatários, as cartas eram arquivadas nos prontuários dos remetentes. Bastaria saber se o destinatário soube dessa documentação e se teve a oportunidade de lê-la antes do arquivamento. Fato pouco provável.

Os furos feitos por grampeadores ou furadores encontrados nas margens dos suportes também representam um estágio no percurso do docu-

mento, mas, dessa vez, parece tratar-se de um ponto final em que será de fato incorporado aos registros do paciente. Furar o papel para anexá-lo a um fichário, como são os furos que estão nas cartas utilizadas para este trabalho, mostra tratar-se de um procedimento administrativo de ciência sobre aquele material produzido e que já pode ser arquivado.

Anotações de terceiros, carimbos, furos, rasgos e outras interferências, alheias às condições de conservação, representam “camadas de identidade documental” (Ackel 2019). A cada estágio de modificação material ou substancial do documento, sua identidade se reconfigura e ele passa a possuir diferentes utilidades. A serventia de uma informação é definida a partir do interesse que se tem sobre ela.

Uma narração de um fato que o remetente dá a um destinatário, por exemplo, serve de um tipo de informação para quem a carta foi escrita, outro tipo de informação para os médicos do sanatório e ainda outro tipo de informação para este artigo. No primeiro caso, poderiam ser notícias de um ente; no segundo, dados para análise médica; no terceiro, a constituição de um *cópus* de pesquisa.

Entendendo as cartas dos pacientes como dados de análise médica, as práticas eugenistas de censura à comunicação se mostram bastante transparentes nos modos de administração do sanatório. Pacientes eram privados de comunicar-se com a sociedade externa, incluindo parentes e amigos. Ainda, apesar do grande número de pacientes que estiveram internados durante os 15 anos de atendimento particular do hospital, a quantidade de cartas encontradas no fundo Pinel é bastante pequena, já que o outro modo disponível de comunicação com o mundo exterior era o de visitas, que, pela descrição de tantos outros prontuários, ocorriam com pouca frequência.

Não se pretende aqui pressupor fatos ou conjecturar hipóteses sobre a história dos documentos, quer-se apenas recuperar criticamente a história social que serviu de contexto para sua produção, por meio de uma edição filológica que possa servir de fonte de estudos para outros saberes (Almada, 2014; Bouza, 2001).

Quando se estuda o material utilizado para elaboração de um documento, pode-se estudar também a produção textual e social de sua época. O estudo da materialidade centra-se na ideia de produção social como parte integrante de uma época (Tilly 1984). Entender a materialidade de um documento permite conjecturar suas origens, modos de transmissão, circulação, lugares de pouso, razões de produção e, a partir disso, exceder

o limite de uma descrição física documental para oferecer possibilidades de conjecturações oferecidas pela filologia, desde a utilização de um tipo específico de instrumento para a composição do texto até conseguir percorrer o caminho que o documento fez ao chegar nas mãos do leitor.

O documento, inserido nessa estrutura contextualizadora, pode revelar tais informações, corroborando com a ideia de concebê-lo como fonte escrita para a pesquisa histórica (Lara 2008). A resposta pode ser conjecturada a partir da forma de produção, utilização e destinação do documento. É preciso iniciar-se pelo modo como o documento foi constituído e manuseado para entendê-lo, a partir de suas múltiplas funções (Petrucci, 2008). Essa tarefa é possível quando são pesquisados também os eventos ocorridos diacronicamente à produção do manuscrito e significa avaliar as circunstâncias em que foi elaborado para delas averiguar os dados pertinentes às respostas que se buscam.

4. Acesso aos documentos antigos: a transcrição como tarefa da filologia

Definir a forma de transcrever um texto depende também de fatores alheios à vontade do filólogo, por exemplo, o leitor que se pretende alcançar, o conteúdo a ser revelado, o estudo que dele se objetiva pós-transcrição. Pode parecer tarefa fácil, de modo geral, definir o tipo de transcrição em função de suas qualidades ou compreensão. No entanto, a alguém pode interessar os arcaísmos, a outro, junção de fronteiras de palavras. É bastante diverso o interesse na leitura de uma obra, assim, o filólogo deve decidir pela melhor transcrição. Não caberia personalizá-la de acordo com o propósito de cada leitor, na medida em que apenas uma atividade já consome grande trabalho em quantidade e qualidade, mas deve-se buscar um texto transcrito que reproduza o material original de forma fidedigna e que satisfaça seu leitor.

Num primeiro momento de decisão sobre quais normas de transcrição adotar, o filólogo deve verificar o que o texto tem a oferecer em termos de leitura. Por exemplo, a depender do teor do texto, um leitor especializado pode se interessar não por formas linguísticas do passado, mas por assuntos jurídicos, por exemplo. Nesse caso, é possível que uma transcrição modernizada baste ao leitor (esse tipo de transcrição requer todo o número de observações sobre as interpretações e intervenções realizadas no texto original) (Spaggiari e Perugi 2004).

Não devemos estar muito enganados se dissermos que esta fase inicial do trabalho do editor é a mais espontânea, a mais intuitiva de todas. O editor é movido pelo seu bom senso (aquilo que lhe parece sensato), ou por considerações práticas, ou por preconceitos culturais, estéticos etc., ou pela submissão a modelos alheios, ou por hábitos adquiridos. E, muitas vezes, as decisões assim tomadas são certas e produzem resultados felizes. Mas nem sempre. (Castro e Ramos 1986: 12).

O rigor aplicado na atividade filológica permitiu, neste artigo, uma transcrição bastante conservadora no tocante às interferências editoriais, pois mantém características de escrita da época, como consoantes duplas, abreviaturas, junções vocabulares, ortografia idiossincrática.

Assim, propõe-se uma leitura não só correspondente ao que se pode ler no original, mas também subjetiva, que possibilite pensar a história social, registrada sob a perspectiva de pessoas que viveram isoladas da sociedade, por meio de suas cartas e sob a perspectiva do sanatório, que avaliava o comportamento dos pacientes, por meio dos seus prontuários.

A intenção de se transcrever o material é alcançar o pesquisador que se interessa não só pelo conteúdo textual revelado em linhas manuscritas, mas também pelas situações históricas, políticas e sociais que circunstanciaram sua produção. O labor filológico cumpre o papel de aplicar práticas especializadas, que se ligam à história do seu objeto, e buscam compreender a melhor forma de apresentar os resultados de sua pesquisa para interpretá-los, a partir de diferentes pontos de vista.

O modelo de transcrição aqui empregado busca eliminar intervenções alheias àquilo que o autor escreveu. Como não é possível dissociar completamente o papel de filólogo do papel de autor, uma vez que qualquer transcrição constitui uma interpretação subjetiva, porque é derivada de leitura, buscou-se realizar uma transcrição rigorosamente conservadora. O objetivo é contribuir com a tarefa de decifração, suprir a falta de contato com o original e disponibilizar dados para estudos de outros campos do saber.

Para que se compreendam as intervenções feitas para a transcrição dos documentos, relacionam-se abaixo as normas adotadas:

1. A transcrição será justalinear.
2. Acentuação e ortografia serão copiadas como estão no original.
3. A pontuação será mantida.
4. Intervenções de terceiros no documento original não serão transcritas.

5. Fragmentos com dificuldade de leitura, por comprometimento do estado do papel, serão conjecturados entre colchetes.

6. Os nomes próprios aparecerão abreviados (por questão de confidencialidade de identidade dos pacientes, exigida pelo arquivo público), com exceção dos casos de figuras públicas e funcionários do sanatório.

A escolha de uma transcrição semidiplomática indica que se pretende mostrar o percurso de elaboração textual revelado na maneira de escrita do autor. Estudar os elementos gráficos da forma com que foram produzidos no original (com suas abreviaturas, fronteiras de palavras, pontuação) permite conhecer além do conteúdo do texto, o seu contexto de produção e, assim, entender o documento como fonte de pesquisa. O labor filológico cumprirá uma vez mais seu papel de revelar, aos interessados, todas as possibilidades de significado que um documento pode conter em sua forma original.

5. A carta como evidência de fatos históricos

É certo que contam a sua história, mas quando documentos textuais são estudados apenas por seus escritos, outra grande riqueza de conhecimento, sua história, deixa de ser revelada. Com isso, limita-se o acesso ao objeto, deixando-se de considerá-lo sob outras perspectivas acerca do seu dimensionamento não só linguístico, como também político e cultural. Segundo Gilissen (1981), um documento manuscrito é um artefato histórico e, como tal, deve ser analisado.

Uma carta manuscrita pode, num primeiro momento, revelar-se uma folha de papel com inscrições, carimbos, dobras, tudo com motivos e fins variados, mas o aprofundamento do olhar sobre o objeto pode levar a questionamentos subjacentes àquela elaboração. Sua configuração documental, quer dizer, o registro material, para além de suas características físicas, pode revelar ao observador seu propósito e uso, tanto a partir do momento de sua produção quanto de seu encaminhamento. O estudo dessa configuração adiciona fatos à história do objeto e, assim, permite aprofundar o conhecimento sobre ele.

O estudo de um documento manuscrito deve compreendê-lo em sua característica concreta, material, palpável, corpórea, ou seja, concebê-lo como testemunho da história que conta e entendê-lo como objeto de registro pertencente à época em que foi elaborado. É sob este aspecto que pode o filólogo analisar seu objeto de estudo e conjecturar informações acerca de sua validade, identidade, valor, autenticidade.

Ao serem analisadas as informações impressas pela mão do homem com seu instrumento em um documento, quer sejam escrituras, desenhos, rasuras, o pesquisador é levado a considerar informações gráficas existentes no suporte. O manuscrito pode ser considerado essencialmente como portador de uma mensagem escrita que é transmitida ao longo do tempo, assim deve ser preservado como potencial testemunha de uma época. Como tal, pode ser uma representação de um fenômeno social e cultural, produto de uma atividade intelectual.

É um instrumento condicionado pela função que a ele se atribui e que determina sua circulação à circunstância sob a qual foi originado, porém tal circulação pode ser alterada, a depender do contexto social, cultural e histórico em que se insere, como é o caso das cartas apresentadas neste trabalho.

A cultura material de um documento refere-se aos fatores que levaram à sua produção, ou seja, é entender o documento como uma representação social (Bouza, 2001). Fontes documentais evidenciam maneiras de elaboração do texto e, por essa razão, podem cancelar intervenções necessárias para o estabelecimento de uma edição filológica.

As cartas do fundo Pinel constituem uma valiosa evidência arqueológica para os historiadores. São parte de uma fonte documental que permite acesso informacional a dados que articulavam o ponto de vista pessoal com os acontecimentos sociais e políticos relacionados em seu contexto histórico, entre outros, costumes hierárquicos familiares, práticas médicas eugenistas para idealização de modelos sociais, a principal delas é a censura de comunicação que sofria o internado. O envio de cartas representava o estabelecimento de uma rede de contatos que, no tempo de sua reclusão, pudessem ser um meio de saída.

Manter relação com externo, mesmo sabendo que suas cartas poderiam não chegar ao destinatário¹, era a única esperança e o único meio que os levaria a uma possível saída. Assim, os pacientes documentavam suas ideias sobre fatos narrados do passado e, especialmente do presente, para que pudessem convencer o destinatário da mensagem a agir em seu favor. Tais narrativas nos permitem lançar olhares sobre as relações entre paciente e destinatário, sobre a importância do documento, do seu conteúdo para ambos e, principalmente, levar em consideração o papel social do documento naquele determinado período da história, como se verá, a seguir.

¹ No fundo Pinel, há cartas como o documento n. 035 em que a paciente diz não ter certeza se a carta será transmitida ao destinatário: “Não sei se esta carta chegará às suas mãos porque elles vivem vigiando e occultam a verdade.”

5.1. A primeira carta: a mulher à luz do patriarcado eugenista

Pierre Roussel (1742-1802) foi o primeiro médico iluminista a defender a especificidade no corpo da mulher. No entanto, somente a partir do século XIX, estudos das ciências biológicas como anatomia, fisiologia, começaram a descrever o feminino por meio de sua natureza sexual e não mais por crenças religiosas já ultrapassadas (Peter, 1981). É vasto o material publicado nesse século sobre a mulher, em especial, nas áreas de higiene e psiquiatria (cf. Federici 2018; Priore 1994; Scott 1988).

O interesse foi tamanho que trabalhos acadêmicos passaram também a ser divulgados nas áreas filosóficas, sociais, literárias e, embora cada uma estudasse a mulher sob sua perspectiva, a justificativa sempre se dava pela importância de ela ser a reprodutora da espécie e educadora de filhos, os futuros cidadãos (Araújo, 1883).

Dessa forma, ganham atenção os estudos clínicos da obstetrícia e da ginecologia. Com o objetivo de entender os processos de mudança no corpo da mulher, buscavam saber em que momento ela se tornava apta para o casamento, reprodução e maternidade. Ao mesmo tempo, a sociedade médica desenvolve o que Martins (2004: 44) chama de “pastoral moderna, voltada para a família, em especial para a mulher: corpo e espírito da instituição familiar”. Para além de funções reprodutoras e doenças ginecológicas, a sociedade médica começa a pensar sobre seu ser social, também sob perspectiva eugenista.

Estudos científicos a respeito da organização do corpo feminino, desenvolvidos no fim do século XIX, evidenciaram ligações entre ovários, útero e cérebro. Os resultados obtidos levaram a sociedade médica, à luz daquele pensamento, a interpretar que seu sistema era instável, ou seja, qualquer “excitação periférica poderia levar as mulheres a cometer atos contrários a sua vontade, como o infanticídio e o suicídio” (Baptista 1909: 154).

No Brasil, naquele momento a imagem de nervosa, sensível, instável da mulher contribuiu para restringir sua existência na organização social. Ser humano predisposto mensalmente a doenças (como era concebido o ciclo menstrual) e perturbações mentais não poderia almejar atividades físicas e intelectuais para as quais não tinha condições de exercer (Degler 1974).

No entanto, figuras feministas como a sufragista Leonilda Daltro (1859-1935), lutando na política social em favor do voto; Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), Armanda Álvaro Alberto (1892-1967) formando-se em universidade; outras mulheres alcançando posições no mercado de trabalho

contradisseram os pensamentos dominantes, conscientizando e mobilizando a sociedade feminina de sua época a ocuparem seus espaços.

A sociedade começou a atribuir a responsabilidade das crises familiares a todas aquelas que buscavam por sua emancipação social, assim, passaram a ser elementos desestabilizadores de uma determinada ordem social.

Um dos empreendimentos de maior despontamento entre as mulheres foi a busca pela educação. De acordo com Hahner (1981), até a década de 1880, qualquer jovem brasileira que quisesse fazer faculdade de medicina tinha que viajar ao exterior para alcançar seu objetivo.

Assim, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira (1864-1946) e Maria Augusta Generosa Estrella (1860-1946), a segunda com idade abaixo do permitido, colaram grau, em 1881, no *New York Medical College and Hospital for Woman*.

No mesmo ano, publicaram o periódico n. 4 de *Mulher* (1881), que argumentava que os homens eram injustos pois tinham a percepção de que as mulheres eram incapazes de processar pensamentos complexos. Defendem-se com a prerrogativa de que “apenas a insuficiência de sua educação” (Oliveira e Estrella, 1881: 27) impediu-as de estar no mesmo nível que eles. E continuam:

Se não fora trabalharmos muito pelo estudo, certamente não entraríamos no conhecimento das mais palpitantes questões da vida humana. [...] Portanto recommendamos que as nossas patricias casadas e solteiras, procurem ensinar, as primeiras, aos filhos a necessidade do trabalho, as segundas que se entreguem ao cumprimento do dever do trabalho, porque por delle poderão viver livres e independentes. (Oliveira e Estrella, 1881: 27)

Publicações como essas fizeram com que novas decisões sobre a educação e o trabalho da mulher fossem tomadas, no Brasil. No entanto, mesmo depois do governo ter aberto, nessa época, as instituições de ensino superior do país às mulheres, capacitando-as a ingressar em profissões, apenas um pequeno número de mulheres pôde seguir esse caminho de empregos de prestígio (Hahner, 1981).

No decorrer do século XIX, a mentalidade brasileira acerca da instrução feminina continuava empenhada em desvalorizá-la, principalmente em se tratando de lugares carentes ao qual pertenciam as alunas de escolas públicas. Apesar do problema da formação profissional de professoras ter sempre preocupado governos, a mulher, em geral, não frequentou o ensino, para além da educação básica (Rodrigues, 1962).

O Ato Constitucional de 1834 decretou que cada província do Brasil passasse a legislar sobre a educação pública. Assim, leis de incentivo a professoras foram oferecidas pelo governo, como a n. 9 de 1835, acerca do provimento de cadeiras de ensino de meninas, com proventos de “dois terços do ordenado regulamentar”.¹

Em resposta a essa e outras promulgações do governo, algumas professoras comunicaram ofícios de instrução com suas impressões sobre a educação feminina no Brasil. Em um deles, a mestra Vicentina Adelaide de Vasconcellos (1801-1844) mostrou-se a favor de permitir “castigos moderados quando as penas morais fossem ineficazes [...] às alunas que só frequentavam nas horas em que se ensinavam os trabalhos de costura e bordado”.²

A professora responsável pelo magistério de São Sebastião (1836-1839), Fortunata Rosa d’Oliveira Doria (1809-1842) adverte, em outro ofício, que “apenas aprendidos os rudimentos de leitura e escrita, deixavam de frequentá-las, visto as mães precisarem delas para os serviços caseiros e julgarem um luxo a jovem saber as quatro operações”.³

No começo do século XX, a educação feminina passou a ter uma função na agenda republicana e a servir aos projetos e ideais de modernização. Pretendia-se que as mulheres se tornassem agentes de transformação como as maiores responsáveis pela difusão dos preceitos normativos, eugenistas e grandes mediadoras entre o poder público e a população em geral.

Ainda, nesse período, acreditava-se que o desenvolvimento das cidades desorientava, intimidava, confundia o cidadão que, em meio aos avanços cosmopolitas, deveria adaptar-se a todas as mudanças (Pacheco e Silva, 1948). Quando a mulher começou a frequentar os lugares públicos da cidade moderna, seu comportamento passou a ser observado, analisado e comparado ao dos homens, o que despertou grande interesse nas áreas médicas e sociais, especialmente para a psiquiatria.

Publicações em jornais e revistas ocorriam com maior frequência de textos escritos por mulheres e sobre mulheres (Lutz, 1920; Nazario, 1923; Hirsch, 1935). Com tantos adventos, especialmente o sufrágio, em que a mulher começa a ganhar voz na política, o século XX vê uma derrota na batalha contra o pensamento eugenista, com a emancipação feminina tornando-se cada vez mais assunto abordado.

¹ Lei n. 9 de 24 de março de 1835 – Anais da Assembleia Legislativa Provincial.

² Ofício de Instrução Pública de 28 de maio de 1835, Livro 608, p. 3-8.

³ Reclamações de Instrução Pública da Vila de São Sebastião de 7 de junho de 1836, Livro 32, p. 12.

A reforma do Estado brasileiro, iniciada no governo Getúlio Vargas (1930-1945), pretendia modernizar não só a estrutura social do país, mas também as dimensões mais íntimas das relações sociais, do indivíduo. A partir disso, percebe-se um grande aumento de casos de internação, em casas destinadas a tratamento de doenças mentais, especialmente de mulheres.

Para que se possa proceder com uma análise mais aprofundada, consideram-se os pressupostos teórico-metodológicos da micro-história associados à história social que permitem concentrar-se em um único indivíduo ou comunidade e, por meio de estudo e análise, tenta alcançar a compreensão de questões de ordem mais abrangente (Magnússon e Szjiártó 2013).

Como exemplo, reflete-se a seguir, sobre o caso de DDR, nascida em 1908, na cidade de Santos. Análises em seus registros pessoais permitem enxergar as circunstâncias históricas de forma subjacente à do discurso médico. Isso se dá não só por meio de sua própria narrativa, como em sua carta, apresentada nesta seção, mas por todo o histórico registrado de sua vida, que pode ser consultado em seus arquivos médicos.

Casou-se aos 17 anos e teve 4 filhos. Pelo que se lê em seu prontuário, era “independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sobre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc.” Embora, em sua carta, mencione o fato de a família não “poder pagar o sanatório para sempre”, sabe-se que ela pertencia a uma família abastada, pelos pagamentos antecipados que fazia ao sanatório e por serem comentadas em seus arquivos viagens à Europa.

Até seus 28 anos de idade, conformou-se e comportou-se da forma como seu irmão e marido a concebiam: “vivendo bem com o marido... docil...retraída, toda dedicada aos arranjos do lar e cuidado dos filhos”. Seu pai era “alcoolista” e morreu quando ainda era pequena.

Encontram-se registros sobre a forma como era tratada em sua casa, por exemplo: “Disse que sofreu um aborto provocado, há pouco mais de um ano, por exigência do marido, que sempre a maltratou, mesmo fisicamente. [...] A progenitora da paciente afirma que seu genro sempre foi ótimo marido, só se justificando a atitude atual da filha por um desequilíbrio mental”.

Seu prontuário também registra o fato de ter tentado suicídio por quatro vezes. Nessa época, médicos, amparados em pesquisas fisiológicas e nas informações dos ginecologistas, afirmavam que, devido às transformações físicas e psíquicas proporcionadas pela menstruação, as mulheres, nesse período, poderiam cometer delitos e até mesmo o suicídio (Lombroso e Ferrero 1923).

É possível que tal tenha ocorrido por conta do relacionamento abusivo a que estava submetida, encontrando no ato a única saída.

No entanto, por sua característica vanguardista, tentou seguir os passos de outras mulheres, por meio de leituras, expressões artísticas e o desejo em divorciar-se. Seu marido, com o apoio da família, censurou-a e internou-a no Pinel:

Ha cerca de 6 mēses, toda a familia viu-se alarmada com a mudança radical que se operou no carater da paciente. Esta passou a mostrar-se independente, voluntariosa, lendo volumes e mais volumes sôbre os direitos da mulher, emancipação feminina, etc. Censurada pela progenitora, tomou tal fato como hostilidade, repelindo seus conselhos. Certo dia abandonou o lar, fugindo para o Rio de Janeiro, de onde veio trazida por um irmão. Tanto o marido, como a familia, são concordes em afirmar a mudança por que passou a paciente, contando-nos que a mesma passou a mostrar-se excessivamente vaidosa, tentando, mesmo, seguir carreira artistica, para a qual, aliás, nunca demonstrou aptidões nem vocação. [...] Seus demais parentes, inclusive sua mãe, teriam tomado partido do marido, visto como seus severos princípios de moral, os teriam levado a preferir que éla fosse tomada como louca, antes que menos digna. (Doc. 1126).

Apesar de todas as atribuições, termos, adjetivos que se referem a essa mulher, todas as descrições que o sanatório faz sobre ela são de uma pessoa que não apresenta qualquer tipo de anormalidade física ou psíquica: “Internada neste Sanatório, tem mantido ate agora conduta irrepreensível, apesar de não ter concordado com a internação verberando os parentes que querem faze-la passar por doente”.

O seu prontuário registra duas internações, a primeira, logo após as festas de fim de ano, foi no dia 02 e a segunda, no dia 25 de janeiro, ou seja, a mulher foi internada duas vezes, por duas semanas, no mesmo mês. O Sanatório discorda da retirada da paciente: “Julgamos, porem, que sua saída foi prematura, porquanto o curto tempo que permaneceu em tratamento não é suficiente para um aproveitamento razoavel.”

Todas as descrições sobre o comportamento de DDR estão diretamente ligadas ao discurso eugenista e são auxiliadas pela família com informações detalhadas para que os médicos pudessem chegar a diagnósticos mais precisos.

Ao ser internada, DDR relata a seu irmão O a visita que recebeu de seu marido L. Pelo que se lê, a seguir, seu marido aconselhou-a a suicidar-se, por conta de situações constrangedoras em que se pôs e à sua familia. A mulher pede para que a deixem só para que possa trabalhar e seguir seu caminho.

Com o ideário de mulher de sua época em mente, DDR foi impulsio-

nada por novas formas de pensar, para além da eugenia. Buscou libertar-se das verdades dos homens, do subjugo da inferioridade, das atividades domésticas, das funções reprodutórias. Tentou alcançar condições materiais e econômicas para livrar-se das relações patriarcais opressoras sob as quais vivia.

Abaixo, apresenta-se a transcrição semidiplomática de sua carta, onde se lê “...quero levantar me só, não quero saber de vocês...”. Deixando claro que confiava em sua independência para estabelecer-se como ser social, sem a interferência de homens ou progenitores subordinantes. DDR tentou irromper contra pensamentos eugenistas de seus familiares que poderiam promover atos de censura. Assim, levantou-se em oposição ao *status quo* e assinou seu nome de solteira, DN.

A mulher reafirmou seu desejo de ser só e, embora não tenha se referido propriamente ao termo “desquite”, como consta em seu prontuário, não é possível saber se DDR alcançou sua independência. Sabe-se, no entanto, que foi retirada do sanatório, por seu marido, em 8 de fevereiro de 1936, com a promessa de uma viagem à “Hespanha”, por seu bom comportamento.

Sanatorio Pinel 27-1-1936. O, Desejo que ao receberes esta estejas com saude. Eu estou bem, O, ofim desta, é tratar com voce um assunto, que me tem preocupado muito desde sabbado. Como voce sabe L esteve aqui; elle me deu um conselho que eu não penso seguir, diseme que voces não podiam pagar isto aqui para mim sempre, e como eu me tinha colocado numa situação tão enbaraçoza, que era melhor que eu me suicidase. Sinto muito dizer te mas eu não penso fazer isto, pois com uma cousa destas eu não melhora a situação de ninguem. Eu sei que errei, mas penso reabilitar me, pois ninguem levanta sem cair, e eu sinto me com forças para levantar-me. Agora vou dizer-te que com toda á franqueza, quero levantar me só, não quero saber de voces, pois graças à Deus eu posso trabalhar. Vou pedir ao medico daqui que me deixe ficar com o lugar, de uma das empregadas que vai sahir, pois assim continuarei aqui, sem precisar que voces se sacrifiquem por mim, nem tampouco de matar-me. Si não arranjar este lugar, eu arranjo um emprego em casa de familia, pois como sei trabalhar e tenho saude não me atrapalho. Dia 2 faz um mez que eu entrei por este motivo acho bom vires ate aqui conversar com o medico. Tua irmã DN.

5.2. A segunda carta: o homossexual sob o controle paterno eugenista

Como observado na seção anterior, a conjuntura civilizatória que envolveu a constituição da República levou a normatizações do mercado

de trabalho assalariado para mulheres. Ao mesmo tempo, outras pessoas começaram a figurar no meio social, criando frentes de direitos e liberdades. Dentre eles, ex-escravos, estrangeiros, pessoas que passaram a se perceber como uma comunidade de trabalhadores.

Diante de mudanças profundas estruturais necessárias, os governos empreenderam ações eugenistas voltadas para a vigilância e repressão sobre o liberto, o imigrante, o pobre. A intenção era transformar os tidos degenerados em pessoas capacitadas a viver em sociedade.

De acordo com Castro (1912: 27), em meio aos processos de mudança, o problema dos crimes sexuais transformou-se em um dos maiores problemas para os governantes do Brasil. Eram concebidos como “atentatórios à ordem social por simbolizarem o primado dos instintos sobre a razão e por colocarem a família, justamente a instituição que se pretendia organizar, higienizar e fortalecer, em risco de desagregação”.

Ao envolver-se no processo de normatização dos comportamentos sexuais, o Poder Judiciário, por meio do Código Penal de 1890, listou as penalidades a todo tipo de prática sexual, como não consentida, homossexual e qualquer outra que fugia à regra do “coito vaginal”. Esta última era objeto de pesquisa dos crimes de defloramento e estupro. O Código de 1830 não punia a homossexualidade especificamente, mas, no art. 267, tipificava como criminosa a pessoa que disfarçava o sexo, tomava trajes impróprios do seu e mostrava-se em público dessa forma, além daquele que atentava ao pudor contra pessoa do mesmo sexo.

No começo do século XX, reconhecia-se uma produção intelectual com discurso hierárquico em que um sexo se sobrepunha a outro por meio de abjeções, bestialidades, anormalidades, como nas obras de Albuquerque (1928) e Almeida (1906).

A partir dessa literatura e de preceitos médico-legais, definiu-se o perfil humano antífísico, contrário às leis da natureza, constituído por animalidades, dentre as quais, as relações homoafetivas. Sob esse pensamento, a homossexualidade tornou-se alvo de estudos clínicos (Foucault 1999).

Se, nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* de 1707, as práticas homossexuais eram tidas como “hediondo pecado, ato péssimo e horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até para o próprio Diabo”, o homossexual coetâneo não era mais um pecador, mas um doente que precisava de cura.

Macedo (1902: 43), em seus estudos sobre concupiscência e sodomia, atribuiu valores morais e religiosos ao homoerotismo para explicar os distúrbios

psicológicos e a “falta de escapes normais” dos “penetrados” e “penetradores.” Segundo o médico, esse homens comunicavam-se com linguajares e sinais próprios, muita gesticulação e alto falar, “pouca serenidade e conspeção”.

A partir de estudos sobre os crimes sexuais entre negros sulistas, Lydston (1893: 67) concluiu que manifestações morais e físicas da “perversão sexual” eram interdependentes e oriundas de várias fontes. Em suas publicações preconizava histerectomia, vasectomia, castração, circuncisão como tratamentos para a perversão sexual.

Em *A practical treatise on disorders of the sexual function in the male and female* [Tratado prático sobre distúrbios da função sexual do homem e da mulher], Hühner (1916: 151) atribuiu imunidade ao homem heterossexual às compulsões sexuais: “Satíriase é definida como um impulso venéreo excessivo no homem. Refere-se de forma inversa à ninfomania, da mulher. O fato de um homem casado ter o desejo e a habilidade de manter relações com sua mulher muito frequentemente, não caracteriza a doença”.¹

Há uma literatura do início do século XX que discorre sobre o homossexual (Blays 1996; Higgs 1999; Fry 1985). A cura para a “perversão sexual” era o assunto abordado da época, no Brasil também. Órgãos do Estado e da Saúde se mobilizaram, nos moldes eugenistas, para reagir à homossexualidade, uma patologia social instaurada.

Para Castro (1912: 39), eram homens que “apenas praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição nas ruas”. A imagem dos homens elegantes, sempre bem trajados, “portando camisas bordadas, lenços vermelhos ou azuis e gravatas de seda [...] que perfumavam os cabelos, usavam ruge e maquilagem pérola, berloques...” era vista como “um mundo depravado”.

Foi dessa forma que jovens com modos efeminados e seus declarados inconformismos com as tradições masculinizantes começaram a incomodar os papéis de gênero normativos.

Há que se destacar Carpenter (1995 [1914]), Kertbeny (1871), Ulrichs (1870) dentre as pessoas que defenderam e lutaram por uma sexualidade livre, baseada em companheirismo, que poderia incluir relações homoafetivas entre homens e mulheres. Acreditavam que esta concepção poderia equilibrar as relações entre pessoas, disseminar a democracia e unir as classes sociais.

Havelock Ellis (1926 [1859]) foi um médico eugenista, casado com

¹ Tradução de “Satyriasis is defined as excessive venereal impulse in the male. It is the exact counterpart of nymphomania, which is the same condition in the female. [...] The fact that a married man has the desire and the ability to have intercourse with his wife very frequently, does not constitute the disease.” (Hühner 1916: 151, tradução livre).

a escritora Edith Lees (1860-1916), líder feminista, abertamente lésbica. Dentre seus trabalhos, *Man and woman: a study of secondary and tertiary sexual characteristics* [Homem e mulher: um estudo de características secundárias e terciárias] certamente foi um divisor de águas no pensamento eugenista, pois, além de uma série de elucubrações sobre a sexualidade feminina e masculina que viriam ser adotadas até hoje por psicólogos, como narcisismo e autoerotismo, o médico discorre acerca de pessoas transgêneras. Defendia a sexualidade pelo determinismo biológico e concebia a vontade como impulso sexual natural.

Cumprir notar que essa era uma concepção utópica, nessa época, no Brasil, que muito demoraria para chegar. Cury (1982) elaborou uma pesquisa sobre a literatura nas áreas de psicologia jurídica, psiquiatria forense e medicina legal em que o termo ‘homossexualidade’ sempre era referido como patologia, distúrbio mental, perversão sexual, desvio.

Durante a metade do século XX, o Brasil ainda abrigava uma sociedade hostil que condenava e por vezes punia a homossexualidade mediante o confinamento em instituições mentais. Dentre os 3.800 homens que foram registrados do Sanatório Pinel, 134 foram internados por suas tendências às práticas homossexuais.

Este é o caso de NB, homem de 25 anos, homossexual não assumido, professor, morador de São Paulo, autor da próxima carta apresentada.

No dia 16 de janeiro de 1935, NB foi internado no sanatório Pinel, sob uma situação forçada. Seu pai enviou policiais em seu estabelecimento comercial, uma escola, para conduzi-lo até o sanatório porque dispensou sua irmã de seus trabalhos na escola para atribuí-los ao seu companheiro, JCF.

Além disso, NB apresentava tendências homossexuais, “uma situação deprimente e humilhante”, como se pode ler no fragmento de seu prontuário, abaixo.

Rapaz esforçado e trabalhador, fundou com o auxílio de uma sua irmã, o Liceu Acadêmico Belo Horizonte. Ultimamente, porém, dispensou os serviços de sua irmã, que tanto o auxiliara no início do estabelecimento, para confiá-lo ao Professor JCF, que sobre ele passou a ter domínio absoluto. Abandonou mesmo a casa de sua família para residir em companhia deste último, vivendo ambos no mesmo quarto. A família não se conformando com essa situação, por isso que o mesmo revelava, tendência para práticas homossexuais, havendo indícios evidentes de que a elas se entregava com seu companheiro de quarto. Inúteis foram todos os esforços para fazê-lo mudar de vida, razão porque se viram na contingência de interná-lo neste Sanatório, e fazer cessar uma situação

deprimente e humilhante não só para o paciente como para toda a família. (CO938 – Doc. 467).

Apesar de sua comunicação com o mundo exterior ter sido censurada, segundo o relato da seção Fórum Criminal, do *Diário de São Paulo*, de 19 de fevereiro de 1935, NB conseguiu contratar um advogado para ingressar com pedido de *habeas corpus* para que pudesse sair do sanatório. Durante a sessão de julgamento, Antonio Carlos Pacheco e Silva, o diretor do sanatório Pinel, testemunhou em favor da família e defendeu a necessidade médica de internação de NB.

O juiz indeferiu a petição do paciente, que, assim, permaneceu 14 meses no sanatório. Em sua carta, NB escreve para sua mãe explicando os motivos que o levaram a agir judicialmente contra as decisões de seu pai:

S. Paulo, 20 de Março de 1935. À bondosa mamãe, muitas saudades. Parabens pelo seu aniversario Muito sinto não poder ser-lhe agradavel em resposta a carta que vem com o seu nome. Pois, minha cultura intellectual e moral, graças aos seus esforços, não podem arranjar um sentimentalismo ficticio para fazer com que, simplismente a senhora fique contente. Responder a citada carta seria expor as minhas razões e portanto discordar com certos factos nellas descriptos como: Illusão amigavel. Rotina incerta. Ousadia medica. Truque policial. Papel de icariotes. Declarações fraternal confusas. Separação fraternal mal interpretada ou esquecido os motivos (com desagradavel expressão de expulsão) etc. Detalhar os factos seria aborecel-a e perturbal-a. O que a senhora deve perdoar-me são os meus caprichos e as exigencias limitadas pois aquelles e estas sendo alimentadas por bôa seiva e eu armado de vontade ferrea serei o leme seguro no grande ocean[o] da vida, attingindo assim o no[me] que orgulhara minha familia juizo bastante eu tenho, por is[so] não falharei. A referida carta falla em processo contra papae, porem não é praticamente um processo contra Elle, mas sim um pedido de Habeas-corporis que fiz ao Juiz, que confirma esse debate, uma vez que eu fui preso pela policia e trazido ao Instituto Pinel, cuja internação foi feita em condições desagradaveis e impossiveis de me attrib[ui]r: disturbios mentais e tendencias homo-sexuaes. Essas attribuições não foram inventadas por mim, mas aprovadas nas declarações feitas ao Juiz (Leia o Diario de S. Paulo de 19 e 23 de Fevereiro do corrente anno) a 1a pelo Papae que juntou attestado medico e a 2a pelo Dr. Pacheco Director do Instituto Pinel, que disse que a minha internação foi feita porque eu revelava tendencias homo-sexuaes. Com estas attribuições que não posso admittil-as e que as protesto fiquei até hoje - internado no Pinel incommunicavel. Por isso que em pleno juizo comprehensão e saude é que considerando illegal a minha internação no Sanatorio, (como

aprovou o Promotor Publico Dr. Antonio Nepomuceno) appelei pela justiça. Assim sendo, achei que poderia sahir do Sanatorio com a mesma polidez com que entrei. O que bem se percebe é que ha um certo desconnexo entre as declarações de Papae e do Dr. Pacheco cuja fusão das duas me foram apresentadas com o falso rotulo de repouso explicando-me, de chofre, do meu Lyceu de que era Director e da Presidencia do T. J. Estas declarações (confusas) que divergem e até certo ponto paracem confusas, teriam tido como fonte, falsas ventilações e bem inconstantes; para fazer com que Papae fizesse fugir a analyse sensata das verdades e ser obrigado a proceder da maneira acontecida. Por agora continuo esperar a decisão judicial. O que eu quero é que a senhora permaneça tranquila, bem como todos de casa. Lembranças a todos. Do filho affectuoso, NB.

Considerações finais

Este artigo apresentou diferentes perspectivas adotadas pela filologia que procuram recuperar dados, por meio dos objetos documentais, com a intenção de servirem de fonte de pesquisa para estudos da história social. Utilizando-se como exemplos as duas cartas apresentadas, os olhares filológicos aqui propostos revelaram circunstâncias históricas que permearam a produção dessa documentação.

Numa tentativa de encontrar respostas para várias incógnitas, a filologia procura, por intermédio de seus instrumentos descritivos e analíticos, antes de tudo, interpretar condições de produção original de um documento. Ou seja, como produto artesanal, o manuscrito é único e, como tal, deve ser estudado e avaliado, investigando-se a complexa rede de fatores da qual é resultado não aleatório, mas uma produção cujos fatos materiais devem ser submetidos à história para propor sua explicação.

A proposta da interdisciplinaridade filologia e história busca evidenciar a necessidade da leitura de um material, possível fonte para historiadores, com garantias de se estar o mais próximo possível da produção, circulação e transmissão do documento original. A relação entre a filologia e outras disciplinas é o que permite ampliar o conhecimento sobre o documento. Quanto mais aprofundada a pesquisa sobre determinada característica relacionada ao material textual, maior será a abrangência de sua edição filológica.

A partir dessa premissa, a filologia centra-se em seu objeto de estudo e analisa a forma, o suporte, os instrumentos e todos os procedimentos de fabricação para que o documento manuscrito chegasse a sua realização. Além disso, aborda o manuscrito como objeto cultural e textual, portanto requer

um grau de estudo que não se concentra apenas na descrição material, daí a proposta de seu diálogo com os estudos históricos.

Referências bibliográficas

Ackel, A. (2019): *Cartas pessoais de pacientes do Sanatório Pinel (1929-1944): um estudo filológico*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Agati, M. L. (2009): *Il libro manoscritto da Oriente a Occidente. Per una codicologia comparata*. L'Erma di Bretschneider: Roma.

Albuquerque, J. (1928): *Introdução ao estudo da pathologia sexual*. Rio de Janeiro: Casa Typologica Coelho.

Almeida, P. (1906): *Homossexualismo: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C.

Almada, M. (2014): “Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa”. *Pós: Belo Horizonte*, v. 4, n. 8, p. 134 -147.

Araújo, P. A. N. (1883): *Loucura Puerperal*. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Azevedo Filho, L. (1987): *Iniciação em crítica textual*. São Paulo: EDUSP.

Bentham, Jeremy: “Logos”. In *Encyclopaedia Britannica*. Editado por Brian Duignan. <https://www.britannica.com/topic/logos>. Acessado em 30/04/2020.

Bernardes, J. A. C. (2015): “A Filologia perene e o ideal da bata branca”. In Condé, V. G.; Mongelli, L. M.; Vieira, Y. F. *Carolina Michaelis de Vasconcelos: Uma Homenagem*, São Paulo, FFCH-USP, p. 47-66.

Bleys, R. (1996): *The geography of perversion: male-to-male sexual behavior outside the west and the ethnographic imagination, 1750-1918*. London: Cassell.

Bouza, F. (2001): *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.

Burke, P. (1991): *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

----- (1992): *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

Caldas, M. (1932a): “A Eufrenia – ciência da boa cerebração”. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.29-40.

Calmon, P. (2002 [1935]): *História Social do Brasil. Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes.

Cambraia, C. N. (2005 [1914]): *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

Carpenter, E. (1995): *Intermediate types among primitive folks: a study in social revolution*. Abingdon: Routledge Revivals.

Castro, V. (1912): *Attentados ao pudor. Estudo sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna.

Castro, I. e Ramos M. A. (1986): “Estratégia e tática da transcrição”. *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*. Paris: Centre Culturel Portugais, p. 99-122.

Decreto-Lei n. 4.778. *Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental*. Capítulo I: denominação, organização, sede e fins da Liga. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, v. 1, n. 1, 1925, p. 223-234.

Degler, C. N. (1974): “What ought to be and what was: women’s sexuality in the nineteenth century”. *American Historical Review*, 79, n. 5, Dec., p. 1467-1490.

Ellis, H. (1926 [1859]): *Man and woman: a study of secondary and tertiary sexual characteristics*. London: Sanctuary books.

Elia, S. (1975): “Os estudos filológicos no Brasil”. In: *Ensaio de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: Grifo.

Federici, S. (2018): *Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Foucault, M. (1999): *Historia da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Fry, P. (1985): *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense.

Gilissen, L. (1977): *Prolégomenes a la codicologie. Recherches sur la construction des cahiers et la mise en page des manuscrits médiévaux*. Gand: Story-Scientia.

Hahner, J. E. (1981): *A mulher brasileira e suas lutas sociais políticas*. São Paulo: Brasiliense.

Higgs, D. (1999): *Queer sites: gay urban histories since 1600*. London: Routledge.

Higounet, C. (2003): *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola.

Hirsch, L. (1923): *These new ‘Amazons’*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Hobsbawm, E. (1998): *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra.

Hühner, M. (1916): *A practical treatise on disorders of the sexual function in the male and female*. Boston: Harvard University Press.

Kertbeny, K. (1870): *Schriften zur Homosexualitätsforschung*. Berlim: Bibliothek Rosa Winkel.

Lara, S. H. (2008): “Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39.

Lutz, B. (1920): “A mulher na burocracia e no magistério”. *Nosso Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de abril. Disponível em <http://lhs.unb.br/bertha/> (acessado em 30/04/2020).

Lombroso, C.; Ferrero, G. (1923): *La donna delinquente: la prostituta e la donna normale*. Torino: Fratelli Bocca Editora.

Lydston, F. (1893): *Sexual crimes among the southern negroes*. Louisville: Renz & Henry. <http://www.archive.org/details/sexualcrimesamon00mcgu/> (acessado em 30/04/2020)

Macedo, F. F. (1902): *Os devassos: concupiscentes e sodomitas pathologia e crime*. Lisboa: Papelaris Palhares.

Magnússon, S.; Szijsártó I. (2013): *What is Microhistory? Theory and practice*. Routledge: London and New York.

Nachmann, F. (1994): “Positivism, modernization, and the middle class in

Brazil”. In Herschmann A.; Pereira J. H. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco.

Nazario, D. N. (1923): *Voto feminino e feminismo. Um anno de feminismo entre nós*. São Paulo: Monteiro Lobato e Companhia.

Nunes, V. F. (1928): *Perversões sexuais na medicina legal*. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Direito de São Paulo.

Olinto, P. (1941): *Higiene mental e suas relações com o urbanismo*. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, v. 13, n. 1, p. 17-20.

Oliveira, J. A. F. M.; Estrella, M. A. G. E. (1881): *Mulher*. New York: Tvp. De E. Perez. http://memoria.bn.br/pdf/732907/per732907_1881_00004.pdf (acessado em 30/04/2020).

Pacheco e Silva, A. C. (1948): *A psiquiatria e a vida moderna*. São Paulo: Edigraf.

----- (1950): *Palavras de psiquiatria*. São Paulo: Edigraf.

Pereira, B. B. (2016): *Entre a loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Peter, J. P. (1981): “Les médecins et las femmes”. In Aron, J. P. *Misérable et glorieuse: la femme du XIX^e siècle*. Paris: Fayard.

Petrucci, A. (2008): *Scrivere lettere. Una storia plurimillenaria*. Bari: Editori Laterza.

Priore, M. (1994): *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto.

Ribeiro, L. (1938): *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Ruiz García, (2002): E. *Introducción a la codicologia*. Madrid: Biblioteca del Libro.

Samaran, C. (1934): *Notes manuscrites de son cours de l'année 1934-35 à l'École Pratique des Hautes Etudes*. Paris.

Scott, J. E. (1988): *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.

Silva Neto, S. (1956): *Ensaio de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

Spina, S. (1977): *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poetica, EDUSP.

Toledo, R. P. (2015): *Capital da vertigem. Uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. São Paulo: Objetiva.

Tilly (1984): *Big structures, large processes, huge comparisons*. Philadelphia: Russel Sage Foundation.

Ulrichs, K. (1870): *Uranus*. Leipzig: Gerb'sche Berlagsbuchhandlung.

Vacaro, J. (2011): *A Construção do moderno e da loucura: mulheres no Sanatório Pinel de Pirituba (1929 – 1944)*: Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Vasconcellos, J. L. (1928), *Opúsculos*. v. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade.

DE PORTUGAL PARA O BRASIL: AS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA NA METRÓPOLE ATÉ A CHEGADA DA IMPRESSÃO RÉGIA NA COLÔNIA

Soênia Pacheco (UFPE)

ABSTRACT

This work aims to present part of the history related to the first printing presses in Portugal until the arrival of the Royal Printing in Brazil. The emphasis, at this point, is on didactic elaboration, inserted in a context of educational proposals aimed at both the Metropolis and the colonies. Along this path, works published in Portuguese territory in the 15th century stand out; then, the performance of the first school system that Brazil knew, the Jesuit (1549-1759); next, the emphasis will be on the “Pombaline reforms” of public education (1759-1777); and, finally, with the establishment of the Portuguese royal family in Brazilian lands at the beginning of the 19th century, the benefit of innovative initiatives, in particular the foundation of the Royal Printing, which will make it possible to make documents, maps, books, among other productions, and it will irrevocably transform the Portuguese colony. The connection between knowledge of the Portuguese book tradition and the beginning of typographic production in Brazilian lands is the main contribution exposed here.

Keywords: Historiography; Publication; Educational System; Royal Printing.

RESUMO

No presente trabalho objetiva-se apresentar parte da história relacionada às primeiras publicações tipográficas em Portugal até a chegada da Imprensa Régia ao Brasil. A ênfase, nesse ponto, volta-se à elaboração didática, inserida num contexto de propostas educativas direcionadas tanto à Metrópole quanto às colônias. Nesse percurso, destacam-se trabalhos publicados em território português no século XV; em seguida, realça-se a atuação do primeiro sistema escolar que o Brasil conheceu, o jesuíta (1549-1759); na sequência, o relevo será para as “reformas pombalinas” da instrução pública (1759-1777); e, por fim, com o estabelecimento da família real portuguesa em terras brasileiras em 1808, o benefício de iniciativas inovadoras, em especial a fundação da Imprensa Régia, que possibilitará a confecção de documentos, mapas, livros, dentre outras produções, e transformará irremediavelmente a colônia lusitana. A conexão entre o conhecimento da tradição livresca portuguesa e o início da produção tipográfica em terras brasileiras constitui-se na principal contribuição aqui exposta.

Palavras-Chave: Historiografia; Publicação; Sistema Educacional; Imprensa Régia.

Introdução

Os anos finais do século XV marcaram o término do Medievo e o início da Era Moderna, quando Cristóvão Colombo em 1492, a mando dos reis espanhóis, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, atraca na ilha de Watling ou ilha de San Salvador – na época, conhecida como Guanahani pelo povo lucaiano, originário do lugar (Andrade 1997: 13). Nesse contexto, grandes mudanças estavam sendo traçadas pela ousadia humana em conhecer novas terras e, propositadamente, adquirir mais poder e riquezas. Diante de tamanhos desafios, foi necessário o desenvolvimento ainda mais efetivo de várias áreas do conhecimento, como a Astronomia, a Geografia, a Cartografia, entre outras, o que levou, conseqüentemente, também ao investimento em formas de registro mais eficazes das descobertas em curso.

Segundo Katzenstein (1986: 350), os primeiros impressos europeus são atribuídos ao alemão, nascido em Mogúncia, Johannes Gensfleisch zum Gutenberg (1400-1468) e para o qual também é atribuída a invenção da impressão com tipos móveis na Europa, fato este que ainda é um enigma para historiadores e cientistas ao redor do mundo e esclarece que

Desde que começou a investigação, com o aparecimento dos primeiros impressos, com tipos móveis, a invenção tem sido reivindicada periodicamente por cidadãos de praticamente todos os países europeus. A atribuição a Johann Gutenberg é a mais popular e amplamente reconhecida (Katzenstein 1986: 351).

Quanto aos impressores que realmente vão contribuir para o desenvolvimento da imprensa em Portugal destacam-se os alemães Valentim de Morávia e Nicolau da Saxónia, alguns castelhanos e o impressor português Rodrigo Álvares, como destaca Machado (2014) em entrevista *on-line* (*vide* Anexo).

1. As primeiras impressões em Portugal

Hallewell (2017: 36) afirma que durante o interregno entre a Idade Média e a Era Moderna processa-se a transição entre a tradição dos manuscritos e a nova técnica de impressão na Europa. Machado (2014), através de entrevista *on-line* (Anexo), amplia tal informação ao afirmar que os primeiros livros impressos em língua portuguesa e que apresentaram autêntica expressão social foram: *Sacramental*, obra do espanhol Clemente

Sánchez de Vercial, produzida em Lisboa por impressor anônimo e sobre a qual pairam dúvidas concernentes ao ano exato de sua publicação, visto que não é conhecida sua folha de *colophon*, mas que se acredita ser do ano de 1488; ainda em 1488 foi publicado o primeiro texto, o *Sumário das Graças* (Machado 2014: 3); *Tratado de Confissom*, concluído em 08 de agosto de 1489 em Chaves, cujo impressor é também desconhecido (Alcântara 2014: 1); *Vita Christi* de 1495, que será ressaltado mais adiante; *História de Vespasiano* (1496); *Constituições que fez o senhor Dom Diogo de Sousa Bispo do Porto* de 1497, sendo este o primeiro livro que teria sido impresso por um português, Rodrigo Álvares, em Porto, ainda de acordo com Alcântara (2014: 1); *Evangelhos e Epístolas* (1497), dentre outros títulos.

Hallewell (2017: 38) afirma que a obra *Vita Christi* foi produzida por Valentim Fernandes, impressor nascido na Morávia (Alemanha), em conjunto com outro alemão, Nicolau da Saxónia. Heitlinger (2007: 1) confirma e aprofunda esse dado, explicando que a obra supracitada se destaca por um importante detalhe: foi a primeira obra ilustrada. Os alemães responsáveis foram enviados a terras lusitanas por um nobre primo da rainha Leonor, a Perfeitíssima, a pedido da mesma, cuja intenção era a de produzir a tradução de Nicolau Vieira e Bernardo de Alcobaça da *Vita Christi*, de Ludolfo, o Saxão, sendo esta obra do século XIII. A rainha pretendia presentear seu marido, D. João II, com a obra em tela, por volta de 1495.

Apesar da maioria da população europeia do século XV não saber ler nem escrever, já havia muitos impressos populares circulando, cujos conteúdos variavam, como notícias, orações, romances, entre outros, o que demonstra que a alfabetização já vinha sendo acessível a camadas mais pobres. Esses impressos simples tinham nomes diferenciados, dependendo do país, sendo chamados de *chapbook* pelos ingleses – pequeno livro ou panfleto contendo contos populares, baladas, poemas, etc., comercializado por vendedores ambulantes, os chamados *chapmen* (Ceia & Andrade 2009: 1); de *livre de colportage* pelos franceses; de *literatura de cordel* pelos espanhóis; e de *folheto de feira* pelos portugueses (Hallewell 2017: 47). No Brasil, estes folhetos apareceram, acredita-se, em 1808, quando a prensa tipográfica foi instituída e um dos primeiros a serem publicados e distribuídos foi a *História Verdadeira da Princesa Magalona*, *chapbook* já muito difundido na Europa e na América Espanhola.

2. A atuação do primeiro sistema escolar no Brasil: o jesuíta

Portugal, no contexto histórico do final do século XV, figurava como a maior potência colonial da época (Andrade 1997: 13). Porém, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX, “Portugal nem de longe lembrava a metrópole vibrante dos tempos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral” (Gomes 2014: 51). Enfim, o que gerou este torpor ao longo de séculos? Torpor este que respingará no Brasil sob vários aspectos, mas, em especial, no tocante ao processo educativo, torná-lo-á um país de educação europeizada, aculturadora e discriminatória, ou seja, desconectado com a realidade nacional, restrito fundamentalmente aos filhos dos colonos e sem respeito às tradições educativas nativas, que eram, de modo geral, espontâneas, na qual “cada integrante da tribo assimilava tudo o que era possível assimilar, o que configurava uma educação integral” (Saviani 2013: 38).

A fim de alcançar resposta à pergunta formulada anteriormente, é preciso reportar-se ao sentido da colonização do Brasil e, para isso, Prado Júnior (1994: 41) afirma que Portugal visava transformar a colônia numa simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano, possibilitando vendas com grandes lucros nos mercados europeus, tudo isso sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa, assim sendo, educar efetivamente o povo não fazia parte dos planos.

Quanto à lentidão e, pode-se dizer, descaso do governo português em manter-se em sua caminhada desenvolvimentista, Gomes (2014: 52) atribui duas causas, uma de caráter demográfico e econômico, ou seja, Portugal possuía uma pequena população, conseqüentemente, não dispunha de gente nem de recursos para manter seus domínios; dependia dos escravos para exploração de suas minas de ouro e diamantes e para as lavouras; bem como a cidade de Lisboa era apenas um entreposto comercial de produtos vindos do Brasil para a Inglaterra e outros países; e a segunda causa tinha caráter político e religioso, ou seja, o país mergulhou num conservadorismo gritante, no qual, nobreza e povo eram subordinados aos dogmas católicos, tornando-se avessos a quaisquer iniciativas libertárias, desprezando descobertas científicas revolucionárias. Acredita-se aqui, portanto, que o comodismo português se deveu às facilidades financeiras que usufruíam a partir dos recursos que conquistaram na fase áurea das Grandes Navegações, levando-os a acreditarem que essa riqueza estaria à disposição (quase) infinitamente, especialmente ao manterem o Brasil sem liberdade de ação no mercado ocidental.

Os portugueses estabeleceram imprensas em seus domínios africanos e asiáticos, mas não permitiram o mesmo no Brasil, visto que era a colônia mais produtiva e que precisava ser mais controlada, além disso, naquele primeiro século e meio de colônia, “a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta que a indústria da impressão não era administrativamente necessária nem economicamente possível” (Hallewell 2017: 74).

Resgatando-se um pouco do que foi realizado quanto à educação no Brasil, a mesma se inicia em 1549, a partir da chegada do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, e dos jesuítas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega. Segundo a Constituição Prévia do Estado do Brasil, o Regimento de 17 de dezembro de 1548, o novo Governador estava incumbido de várias funções que, inicialmente, já proclamavam que em nome do rei e de Deus, deveria o dito governante “conservar e enobrecer as Capitânicas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando, para exalçamento da nossa Santa Fé e proveito de meus Reinos e Senhorios”.

Para corroborar esse modelo colonial dominante – econômica e socialmente –, foram enviados para cá também os jesuítas – religiosos da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 –, que se dedicaram “a duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo” (Piletti & Piletti 1988: 166). Ainda de acordo com o Regimento (1548), reforçava-se a necessidade de os gentios serem “doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé”. A parceria entre Igreja e realza tinha por objetivo instruir para a fé católica e, assim, subjugar – em nome de Deus – mais eficientemente, ou seja, a educação no Brasil já se iniciava tendo como base estrutural os interesses econômicos e, em consequência, de poder. Porém, para que o trabalho missionário pudesse surtir os efeitos almejados, fazia-se necessário investir no ensino da leitura e da escrita e como a língua tupi era a mais difundida nos litorais, ela foi usada como instrumento de catequese. Logo, os missionários aprenderam o tupi e organizaram as primeiras gramáticas nesse idioma. José de Anchieta produziu a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil* (Figura 1), que, já em 1556, era utilizada uma versão manuscrita no Colégio da Bahia e que foi impressa em 1595 em Coimbra.

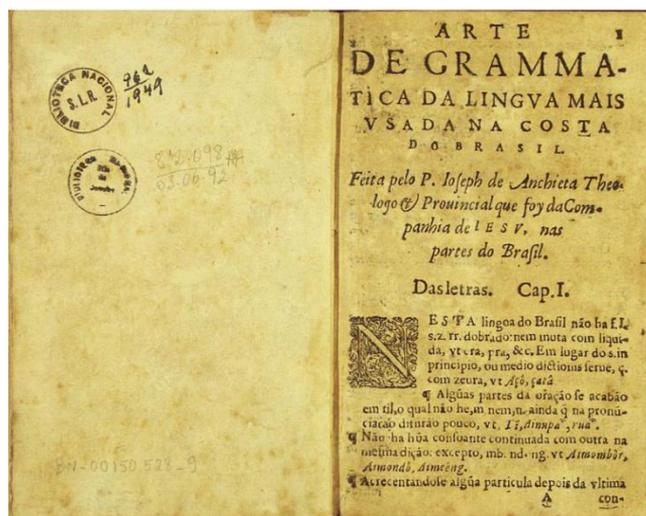


Figura 1: Obra *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*

O panorama educacional do Brasil configura-se da seguinte maneira: de 1500 até 1549 – anos referentes ao “descobrimento” das terras de além-mar e à posse do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, respectivamente – absolutamente nada foi realizado no tocante à instrução da população, pois, na verdade, o fator educação simplesmente não constava na pauta dos colonizadores, conseqüentemente, a impressão de livros e o comércio livresco também não existiam e, como já dito, o Brasil nada mais era que um território de extração de matérias-primas, uma colônia de população dispersa e administração instável.

No período de 1549 a 1759 – quando chegam os jesuítas, pretenciosos em implantar uma “rede escolar” na colônia até a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal –, a educação era altamente direcionada a interesses particulares, especialmente os da Coroa e da Igreja Católica, como se ressaltou anteriormente e, conforme Lima (1976: 23), “os colégios dos jesuítas eram, apenas, centros de recrutamento de futuros ‘soldados’ da Companhia de Jesus...”, assim como a gramática do Anchieta servia como um instrumento da conversão do indígena, então, na verdade, os jesuítas não foram só professores e poetas, mas exerceram o papel também de empresários e políticos a serviço daquelas instituições, reforça Castro (2008: 42). Não se pode esquecer, no entanto, que, mesmo com essa política direcionada e rígida, foram esses religiosos que deram início a um processo educativo estruturado e livresco antes nunca possível no Brasil, além de valorizarem o hábito de

estudar e de terem sido responsáveis por grande parte do registro conhecido sobre a cultura indígena (Castro 2008: 42).

Como exemplo, o donatário Francisco Pereira Coutinho instala-se na Bahia em 1536 e funda a Povoação do Pereira ou Vila do Pereira (Gantois 2014: 1) – antes, Vila Velha –, na qual é edificada, treze anos depois, em abril de 1549, a primeira escola elementar brasileira: a Escola de ABC, do Ir. Vicente Rijo, mais conhecido como Vicente Rodrigues, o mestre desta primeira escola e considerado, historicamente, o primeiro mestre-escola do Brasil, dedicando mais de 50 anos de serviços prestados. Silva (1956: 15) enfatiza que “o primeiro Provincial do Brasil cumpriu, com júbilo e prestimosidade, a recomendação que lhe fizera o seu Mestre Simão Rodrigues: ensinar sem demora o A. B. C. às crianças brasílicas”.

De acordo com Vilhena (1969: 37), quem “deu princípio à povoação primeira da Bahia”, isto é, à Vila Velha, foi “Diogo Álvares Corrêa, conhecido pelo nome de Caramuru”, sendo também a quem o rei D. João III escreveu uma carta avisando-o da chegada ao Brasil de “Tomé de Souza para erigir uma cidade nova em sítio melhor, e mais apropriado, do que o em que se acha assentada Vila Velha” (Vilhena 1969: 38). Então, essa nova cidade era Salvador, distante da Vila Velha cerca de um quarto de légua, e fundada em 29 de março de 1549 com a chegada do Governador Geral. Os jesuítas, chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega, erguem o *Collegio do Salvador da Bahia* ou Colégio do Terreiro de Jesus, em 1553, onde era usada a gramática do Anchieta pelo próprio, já mostrada aqui. Lago e Maciel (2012: 7) complementam que não havia livros – didáticos para os alunos consultarem – nessa época, sendo as lições escritas em cadernos e distribuídas para cada aluno pelo mestre Anchieta, que ensinava os rudimentos das línguas portuguesa, brasileira, latina e espanhola. Havia também o que os autores citam como uma “língua brasileira” e que, segundo Hallewell (2017: 60), tratava-se de um “vernáculo de contato baseado no tupi, a primeira língua indígena que os colonizadores conheceram, foi difundido pelos colonos e pelos missionários por toda a imensa colônia” e ainda reforça “o português só começou a substituir essa *Língua Geral do Brasil* com a grande onda de imigração portuguesa provocada pela corrida do ouro no início do século XVIII” (Hallewell 2005: 60) e também pela própria proibição do tupi pelo Marquês de Pombal em 1757. Essa “Língua Geral” seria um tupi adaptado pelos jesuítas para converter os nativos e falava-se no dia-a-dia, daí a confecção da primeira gramática.

O currículo do Colégio da Bahia estava organizado da seguinte forma: curso elementar, que ensinava a ler, a escrever, a contar e conceitos básicos da

religião Católica (Lago & Maciel 2012: 8), mas também aprendiam a dançar à portuguesa – provavelmente o *Vira* –, a cantar e a ter seu coro de canto e flauta para as suas festas; o curso secundário enfocava o ensino de Letras e Filosofia. Na classe de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica. Na classe de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais; e o curso superior compunha-se de Teologia e Ciências Sagradas, ministrados para a formação de sacerdotes. Foi o primeiro curso de nível superior do Brasil – os Gerais –, que, de acordo com Bacelar (2013: 4), os Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas seguiam os estatutos da Universidade de Évora, a segunda universidade fundada em Portugal (1559), depois da Universidade de Coimbra, e as universidades modernas ocidentais têm origem nas escolas medievais conhecidas como *studia generalia* (estudos gerais ou universais, de onde deriva o termo universidade). Silva (1956: 71), descreve a longa e infrutífera saga dos religiosos dessa instituição de ensino em busca do reconhecimento de seus cursos superiores pela Coroa naquela época. Em relação aos livros utilizados especificamente nos cursos superiores, Barbosa Machado em entrevista *on-line* (Anexo), afirma que

Havia livros, claro. Cada aluno podia ter um ou mais livros impressos. Tinham de certeza uma gramática latina e/ou portuguesa, por onde estudavam ambas as línguas. Tinham também manuais de Filosofia. Quanto a Ciências Naturais, duvido muito que tivessem todos acesso aos livros. Tanto mais que muitos deles eram proibidos e só os mestres poderiam aceder a eles.

E complementa esclarecendo que os alunos também copiavam apontamentos durante as aulas – daquilo que o professor ia ministrando –, passavam à mão (as chamadas *sebentas*) e depois trocavam ou vendiam aos mais novos.

Enfim, antes de 1808 é muito difícil saber com exatidão sobre impressão no Brasil e passados quarenta e nove anos desde a expulsão dos religiosos (1759) até o traslado da Corte, muito pouco se fez, mais uma vez, pela educação dos brasileiros, bem como em relação aos livros, que eram proibidos de serem impressos em território brasileiro até o início do século XIX. Corroborando este lamentável fato, Araújo (1986: 15) diz que até o traslado da corte, o livro não foi estampado entre nós, salvo dois ou três casos “ilegais” de prelos logo sequestrados ou destruídos pela polícia real, porém, havia livros sim, mas que, na verdade, chegavam de Portugal e que, para circularem, eram devidamente autorizados pela fé oficial.

3. A educação no período pombalino e as obras didáticas impressas

O período pombalino, que se estabeleceu de 1750 a 1777, foi regido por Sebastião José de Carvalho e Melo, que exerceu a função de Secretário do Reino – uma espécie de Primeiro-Ministro atualmente – após 1755, obteve o título de Conde de Oeiras em 1759 e em 1770, acumularia o de Marquês de Pombal, ainda suscita controvérsias das quais não há como escapar ao deparar-se com os diversos pontos de vista a respeito de sua influência durante o governo do rei D. José I. Carvalho (1978: 2) afirma que “Pombal é ponto de partida e razão de ser de todos os acontecimentos do reinado de D. José I” e Macedo (1951: 25 *apud* Carvalho 1978: 2) complementa observando que “durante vinte e sete anos Pombal é causa de tudo que sucedeu em Portugal – o bem ou mal conforme as simpatias”. Ele foi a grande figura do despotismo esclarecido da época em Portugal e suas decisões desfavoreceram, de forma mais ampla, o processo educativo, a começar pela expulsão dos jesuítas através do alvará de 28 de junho de 1759, que dá fim às escolas jesuíticas de Portugal e de suas colônias, ou seja, ele destruiu o único sistema escolar com o qual se podia contar, mas, por outro lado, ele tomou posse como Ministro com um conjunto bem formulado de ideias adquiridas em sua experiência diplomática e pelas amizades com eminentes figuras ligadas à ciência, vindo daí a implantação das Aulas Régias, que constavam do mesmo alvará citado.

As Aulas Régias focavam nos estudos menores, divididos em primário – cujas diretrizes não foram traçadas de início – e em secundário, já organizados em Humanidades, especificamente Gramática Latina, Grego e Retórica. Os livros utilizados eram o *Novo Método da Gramática Latina* do padre Antônio Pereira ou a *Arte da Gramática Latina*, reformada por Antônio Félix Mendes e também a *Minerva* de Francisco Sanches para as aulas de Gramática Latina; para as aulas de grego e hebraico, *Epítome do Método de Port-Royal*, *Evangelho de São Lucas* e *Atos dos Apóstolos*; e para as aulas de Retórica, *Instituições Oratórias* de Quintiliano.

Em 06 de julho de 1759, oito dias após a expulsão dos religiosos, o Marquês de Pombal nomeia o Cônego D. Tomás de Almeida para exercer o cargo de Diretor-Geral de Estudos do Reino e Ultramar e em 28 de julho é lançado o edital para quem quisesse e pudesse candidatar-se a uma vaga ao novo magistério. Após análise dos dados referentes à disciplina pretendida e considerando a experiência do candidato, o mesmo seria submetido a exames

de capacitação e de conhecimentos sobre a matéria escolhida (Saviani 2013: 89). Porém, todo o processo de seleção, desde a candidatura até assumir o cargo por parte do docente, levava muito tempo, o que já demonstrava a ineficiência do novo sistema educacional. Saviani (2013: 89) relata que os primeiros professores régios foram nomeados em 15 de agosto, sendo quatro professores para Latim e dois para Retórica, porém, apenas para as cidades de Lisboa, Coimbra, Évora e Porto. No Brasil, o primeiro concurso desse tipo foi realizado no Recife, em 20 de março de 1760, e depois no Rio de Janeiro, em 7 de maio, mas as nomeações eram muito lentas e, após cinco anos do concurso, em 1765, ainda não havia sido nomeado nenhum professor! Assim, D. Tomás de Almeida deixa o cargo em 04 de junho de 1771 e suas atribuições passam a ser exercidas pela Mesa Real Censória, criada pelo alvará de 5 de abril de 1768 e que tinha funções como a fiscalização de todas as publicações e dos concursos para professores; gerir o sistema educacional de Portugal e de suas colônias; e administrar as escolas de Estudos Menores do Reino. Tudo isso financiado pelo chamado Subsídio Literário.

Mas os problemas com a educação continuaram e, especificamente para o Brasil, as Aulas Régias ou aulas avulsas representaram a primeira tentativa de ensino público, entretanto, tal sistema pouco alterou a realidade educacional vigente, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

Com a saída de D. Tomás – junho de 1771 –, encerra-se a primeira fase da reforma pombalina e inicia-se em agosto de 1772 a segunda fase, que se preocupará com os estudos maiores, ou seja, com o nível superior. Para tal, foi criada, já em 23 de dezembro de 1770, a Junta de Providência Literária, cujo objetivo era a elaboração de um novo estatuto para a Universidade de Coimbra. Participaram dessa Junta os irmãos brasileiros Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho e destacaram-se as propostas dos autores de obras que influenciaram os pensamentos e ideias do Marquês e que eram seus amigos durante sua estada diplomática pela Europa, antes de assumir as obrigações de Estado. Tais contribuições, que irão marcar suas decisões no tocante às reformas dos estudos maiores, são os trabalhos de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), como *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734) (Figura 2), no qual esse autor recomenda “aos professores que insistissem não só com o latim, mas também com a geografia, a história, a matemática e o direito” (Maxwell 1997: 11).

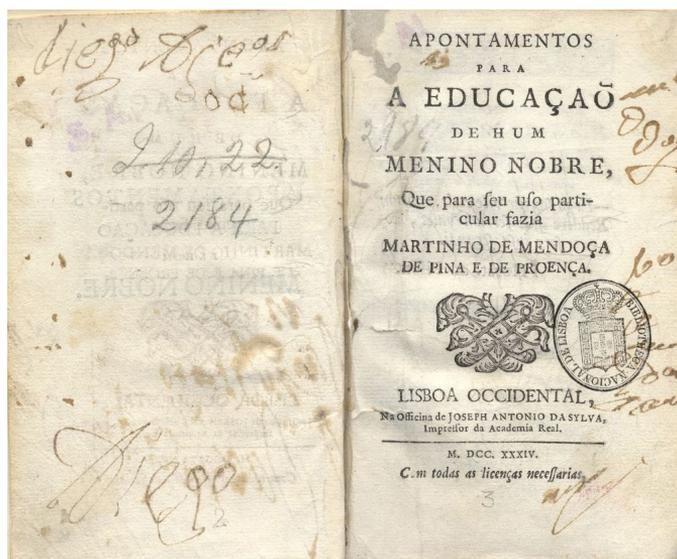


Figura 2: Obra *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*

Também houve muito destaque para o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Vernei (1713-1792); e *Método para Aprender a Medicina e Cartas sobre a Educação da Mocidade* (Figura 3), ambos livros do Dr. Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), para a conclusão dos trabalhos e o aceite dos *Novos Estatutos da Universidade de Coimbra*, que, é importante destacar, tinham “o sentido de orientar a vida cultural portuguesa pela ideologia iluminista” (Saviani 2013: 93).

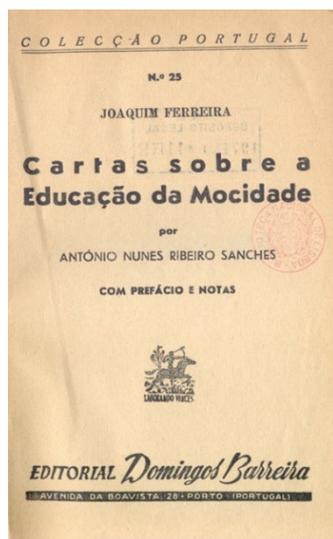


Figura 3: Obra *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*

Houve significativas mudanças na estrutura curricular dos estudos maiores e na utilização de obras literárias valiosas, cabendo destacar que a cultura livresca, baseada em tratados antigos, foi substituída fundamentalmente pelo método experimental, prático, como no caso do Curso de Medicina; e as disputas escolásticas e o ensino verbalístico deram lugar aos estudos históricos nas Faculdades de Teologia, Direito e Cânones, enfim, como afirma Saviani (2013: 93), a reforma “procurou incorporar o progresso das investigações empíricas no campo da medicina, da filosofia e da matemática; e os avanços do método histórico, hermenêutico e crítico no âmbito teológico e jurídico”, mas tudo isso a serviço do Estado português, o que não impossibilitou, no final do processo, a implantação dos ideais iluministas. A Reforma foi implantada entre 22 de setembro e 24 de outubro de 1772.

O Governo pombalino retoma as medidas para ordenar os estudos menores e na Lei de 6 de novembro de 1772 ficam instituídas as regras para a reconstituição das escolas de ler, escrever e contar, porém, a própria lei deixa bastante clara a exclusão de vários indivíduos de classes sociais menos favorecidas, isto é, as diretrizes são totalmente discriminatórias e, conseqüentemente, não abarcavam todos os componentes da sociedade. Nesse Plano, aprovado pelo rei, a Mesa Real Censória organizaria os mapas com a localização das escolas e a nomeação dos mestres, como explica Saviani (2013: 90). Nessa distribuição de aulas e de professores, o Brasil ficou com 43 mestres, sendo que 16 ficaram nas aulas de ler, escrever e contar; 15 para as aulas de latim; 3 para as aulas de grego; 6 em Retórica; e 3 para ensinar Filosofia e todos distribuídos entre o Rio de Janeiro, a Bahia, Pernambuco, Mariana, São Paulo, Vila Rica, São João Del Rei, Pará e Maranhão. Enfim, eram poucos mestres para um território tão vasto! Do total de aulas régias promovidas pela Coroa, Portugal concentrava 88,7%, enquanto que o Brasil vinha em segundo lugar com apenas 5,1%, mais que as outras colônias, que estavam em situação bastante precária.

D. José I falece em 24 de fevereiro de 1777, então, sai de cena o Marquês de Pombal e a educação portuguesa e de suas colônias passa às mãos da rainha D. Maria I, filha, sucessora de D. José I e a primeira mulher a ocupar o trono na história de Portugal (Gomes 2014: 58). Martins (1882: 206) é contundente em afirmar que “a morte do rei condenou o ministro ao exílio, rebentaram do chão os cogumelos, a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou o juízo”, pois ela governa até 1792, quando cai em estado de insanidade mental e é substituída por seu filho, o Príncipe Regente D. João.

Outro fato decisivo é que, como D. Maria I também era extremamente

religiosa, “traria de volta ao poder a parte mais conservadora, piedosa e atrasada da nobreza” (Gomes 2014: 58) e, reforçando, ela era “virtuosa sim, mas também a maior beata que a educação jesuíta creára no decurso de quasi três séculos” (Martins 1882: 206), o que levou a educação aos braços dos religiosos mais uma vez e, àquela altura, ao descaso e à estagnação de um já sofrido processo educacional. A Mesa Real Censória foi extinta em 1787 e em seu lugar foi instituído o Tribunal da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, que funcionou até o ano de 1794.

Apesar de toda essa história conturbada da educação no Brasil, pode-se dizer, havia iniciativas interessantes no tocante à instrução, nas quais foram mescladas as reformas pombalinas de caráter iluminista às diretrizes religiosas, como no caso do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, onde eram ministradas aulas de Filosofia e Teologia (estudos maiores) e de Grego, Hebraico e Retórica (estudos menores) pelos franciscanos, de conformidade com o alvará régio e de acordo com os moldes da Universidade de Coimbra já reformada (Saviani 2013: 108); em Mariana, Minas Gerais, foi fundado o Seminário da Boa Morte, mais conhecido como Seminário de Mariana, em 1750, e que tinha o objetivo de formar padres “naturais da terra” e pessoas com ideais libertários, que culminaram na Inconfidência Mineira de 1789; e o exemplo mais contundente dessa fase, o Seminário de Olinda ou antigo Colégio de Olinda dos jesuítas, fundado em 16 de fevereiro de 1800 pelo bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, que, consoante “os movimentos ideológicos e idéias filosóficas que agitavam Portugal e a Europa” (Alves 1993: 26), propôs que o currículo do colégio visasse ao “preparo ‘de um bom cidadão e de um indagador da Natureza’ que aprenda a ‘procurar a verdade nas suas fontes’ ” (Alves 1993: 27).

4. A Impressão Régia chega ao Brasil

A fuga da família real portuguesa para a sua maior e mais rica colônia extrativista concretizou-se em 29 de novembro de 1807 (Gomes 2014: 61) – sendo esta a data da partida de Lisboa, ilustrada pela lendária frase de D. Maria I: “Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo” (Schwarcz 2002: 215) – e que se deveu à pressão inevitável exercida por Napoleão Bonaparte sobre o príncipe regente D. João (Gomes 2014: 39). O “Filho da Revolução”, como se intitulava o próprio Napoleão (Gomes 2014: 37), tendo subjogado a maioria dos reinos europeus, com exceção do britânico, aliado de Portugal, partiu para a ofensiva e decretou o chamado Bloqueio

Continental, que consistia no fechamento dos portos europeus ao comércio de mercadorias britânicas.

D. João, representante máximo de Portugal e parceiro econômico da Inglaterra, encontrou-se em situação desesperadora frente às exigências do imperador francês, daí a difícil – e tantas vezes protelada – decisão de abandonar seu território e seu povo às tropas de Junot, que já marchavam em direção às terras lusitanas no ano de 1807. Porém, condicionada à oferta dos ingleses de proteção até o Brasil, estava associada a concessão àqueles de medidas políticas e econômicas libertárias, que colocariam o mercado brasileiro à disposição da Coroa Inglesa. Primeiro, a abertura dos portos às nações amigas, ou seja, à Inglaterra, seis dias após a chegada do Príncipe Regente D. João e sua corte a Salvador em 22 de janeiro de 1808; depois a instalação do novo aparelho de Estado no Rio de Janeiro, aonde D. João chegou a 07 de março daquele ano, e que era composto pela Justiça, Fazenda, Imprensa e Impressão (Schwarcz 2002: 247).

Especificamente no tocante à Impressão Régia, instituída em maio, realça-se que, consoante novos acontecimentos políticos surgiam, a Impressão foi sendo rebatizada: em 1815, ano da constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e do Algarve, passou a chamar-se Régia Oficina Tipográfica e em 1818, quando D. João foi aclamado rei, “a oficina mudou o nome para Tipografia Real” (Schwarcz 2002: 249); organização do Arquivo Central no mês de abril, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas; em setembro, o surgimento da *Gazeta do Rio de Janeiro* (Figura 4), primeiro jornal impresso no Brasil, que tinha, como uma de suas funções, divulgar atos governamentais (Mitchell 2013: 1).

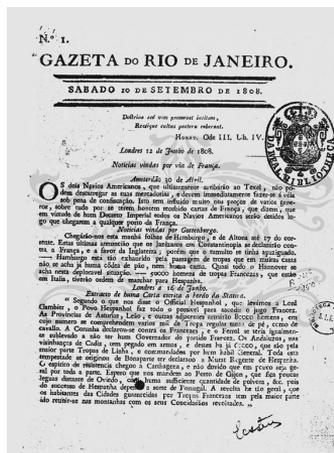


Figura 4: Primeiro jornal impresso no Brasil

Vale a pena destacar que, ao mudar-se para o Brasil, D. João trouxe objetos preciosos, milhares de pessoas, mas acabou deixando para trás – além de seu triste povo – um acervo preciosíssimo pertencente à Biblioteca Real do Paço da Ajuda, que, devido ao momento do conturbado embarque, foi deixado no porto em caixas que continham os milhares de livros – e mais outros artefatos valiosos –, que só chegariam ao Brasil em 1810 e 1811. Esse material era o resultado do trabalho conjunto do rei D. José I, do Marquês de Pombal, do padre José Caetano de Almeida, do abade e bibliófilo Diogo Barbosa Machado e de várias outras pessoas, cuja contribuição para a montagem da citada biblioteca foi crucial (Schwarcz 2002: 262).

Na verdade, a Biblioteca Real do Paço da Ajuda foi organizada para substituir a Biblioteca Real, que havia sido o resultado do empenho de reis portugueses desde o século XIV e que havia sido destruída por ocasião das consequências do terremoto ocorrido em Lisboa em 1º de novembro de 1755, causando a destruição de prédios, provocando incêndios, maremoto e muitas mortes. Schwarcz (2002: 79) informa que na Biblioteca da Ajuda, portanto, estavam reunidas duas coleções diferentes: a Livraria Real, que era privativa dos monarcas e contava com obras de temas variados, como religião, história, filosofia, belas-artes e ciências naturais, assim como atlas, obras impressas e manuscritas, partituras de música, desenhos, cartas geográficas, gravuras, estampas, algumas obras de arte, instrumentos de medição, moedas e medalhas; e a do Infantado, especializada na formação dos príncipes reais, ou seja, cuidava da educação dos futuros monarcas e compreendia uma série de livros, como os compêndios de história e de geografia, os primeiros livros de ciências, gramáticas e outras tantas obras que contribuíam para a educação dos herdeiros reais (Schwarcz 2002: 266).

Quanto às produções geradas em terras brasileiras, também se destacam documentos, mapas, livros das mais variadas naturezas, iniciando-se, dessa feita, um novo horizonte político, econômico, literário e artístico ao Brasil. Então, permitindo-se proceder a uma *décalage* temporal, que se julga pertinente neste momento, traz-se a lume um exemplo significativo dessa inovadora e promissora fase, que foi a publicação daquele que é considerado o mais famoso manual didático, *Primeiras Lições de Coisas* (Figura 5) de 1861, escrito pelo norte-americano Norman Allison Calkins, traduzido para o português em 1881 pelo intelectual baiano Ruy Barbosa e, posteriormente, publicado no Brasil em 1886.

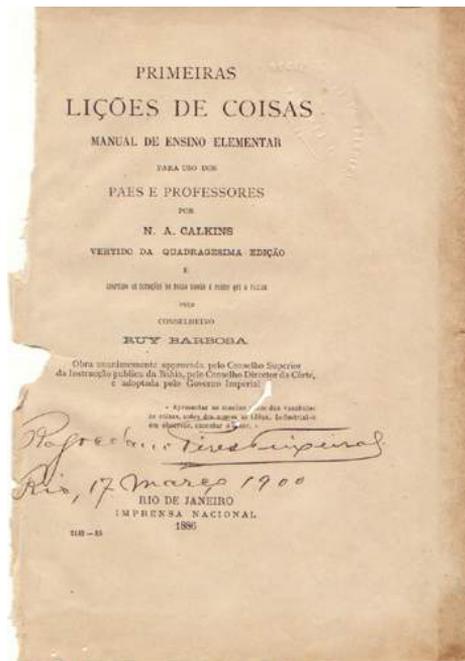


Figura 5: Obra *Primeiras Lições de Coisas*

Considerações Finais

A tradição livresca em Portugal e o posterior legado tipográfico trazido ao Brasil constituem o elo motivador da construção deste trabalho. Muito, destarte, há para ser discutido, uma vez que a História dessa relação entre Metrópole e Colônia é colossal em suas nuances.

A contribuição almejada inicia-se no resgate da produção impressa em terras portuguesas, que traz em seu cerne detalhes singulares, muito pouco conhecidos em especial pelo público do Brasil e que gestaram, em terras brasileiras, forte herança literária. Esta, por sua vez, esteve – e está – intrinsecamente ligada à produção didática e, conseqüentemente, à educação, que aqui apresenta-se contextualizada pelas iniciativas pedagógicas dos jesuítas e do período pombalino. Por fim, com o estabelecimento da Real Família Portuguesa no além-mar e as inovações por aquela oportunizadas, instala-se o arcabouço primordial para mudanças significativas que, especificamente consoante às impressões, abrem caminhos até então inacessíveis ao povo brasileiro.

Em última análise, buscou-se resgatar, valorizar e divulgar um dos elos históricos que uniu Portugal e Brasil ao longo de considerável e intenso

período: o do desenvolvimento de um novo paradigma, consubstanciado pelo alcance à in(formação) através das produções impressas. Assim, acredita-se que trazer a lume tais nuances pretéritas contribuirá tanto para o conhecimento desse momento histórico em si, como para que também se compreenda o quão determinante e diversificado foram os laços que interligaram os dois países no passado e que ainda permanecem no presente, como atesta o *Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal* de 1954.

Referências Bibliográficas

- Alcântara, L. (2014): *Breve Notícia do Primeiro Livro Impresso em Linguagem*. Disponível em: < http://lucioalc.blogspot.com/2014/07/breve-noticia-do-primeiro-livro_24.html >. Acesso em: 13 set. 2014 e 16 jul. 2020.
- Alves, G. L. (1993): *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga, SP: Humanidades.
- Anchieta, J. (1595): *Arte de Grammatica da Língua mais Usada na Costa do Brasil*. Coimbra. Disponível em: < <http://tupi.fflch.usp.br/textos-complementares> >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Andrade, M. C. (1997): *Tordesilhas: Um Marco Geopolítico*. Recife: Massangana.
- Araújo, E. (1986): *A Construção do Livro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL.
- Bacelar, J. (2013): *Primeira Universidade do Brasil*. Disponível em: < <https://www.guiageografico.com/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Calkins, N. A. (1886): *Primeiras Lições de Coisas* Tradução de Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/txt_html/mem/obj/obj_a/r_016_mem.html >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Carvalho, L. R. (1978): *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Saraiva.
- Castro, F. (2008): *Em Nome do Pai*. 65.^a ed., p. 42-47. São Paulo: Revista Aventura na História: Para Viajar no Tempo.
- Ceia, C.; Andrade, S. (2009): *Chapbook*. Disponível em: < <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/chapbook/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Gantois, E. (2014): *465 Anos da Cidade do Salvador*. Disponível em: < <https://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com/> >. Acesso em: 16 jul. 2020.
- Gazeta do Rio de Janeiro (1808): Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/web/guest/inicio> >. Acesso em: 21 jul. 2020.
- Gomes, L. (2014): *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 3.^a ed. rev. ampl. São Paulo: Globo.

Hallewell, L. (2017): *O Livro no Brasil: Sua História*. 3.^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Heitlinger, P. (2007): *Valentim Fernandes (? – 1519)*. Disponível em: < <http://www.tipografos.net/historia/fernandes-valentim.html> >. Acesso em: 16 jul. 2020.

Katzenstein, U. E. (1986): *A Origem do Livro: Da Idade da Pedra ao Advento da Impressão Tipográfica no Ocidente*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória.

Lago, C. F.; Maciel, M. F. (2012): *A Tecnologia Utilizada na Educação pelos Padres Jesuítas no Brasil Colonial*. Disponível em: < <http://www.celso.lago.nom.br> >. Acesso em: 18 set. 2014.

Lima, L. O. (1976): *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Brasília.

Machado, J. B. (2014): *Os Dois Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa*. n.º 8. Braga: Revista Portuguesa de Humanidades. Disponível em: < <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/machad18.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2014.

Martins, J. P. O. (1882): *História de Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Bertrand. Disponível em: < <http://purl.pt/217> >. Acesso em: 29 set. 2014.

Maxwell, K. (1997): *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mitchell, J. (2013): *As 7 Publicações Impressas mais Antigas do Brasil e do Mundo*. Disponível em: < <http://super.abril.com.br> >. Acesso em: 26 set. 2014.

Piletti, C; Piletti, N. (1988): *Filosofia e História da Educação*. 7.^a ed. Ática: São Paulo.

Prado Júnior, C. (1994): *História Econômica do Brasil*. 42.^a ed. São Paulo: Brasiliense.

Proença, M. M. P. (1734): *Apontamentos para a Educação de hum Menino Nobre*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva. Disponível em: < <http://purl.pt/129/6/#/5> > Acesso em: 21 jul. 2020.

Sanches, A. N. R. (19--): *Cartas sobre a Educação da Mocidade*. Porto: Domingos Barreira. Disponível em: < <http://purl.pt/148/4/#/5> >. Acesso em: 21 jul. 2020.

Saviani, D. (2013): *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 4.^a ed. Campinas: Autores Associados.

Schwarcz, L. M. (2002): *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Silva, A. (1956): *Raízes Históricas da Universidade da Bahia*. Salvador: Progresso/ Universidade da Bahia.

Vilhena, L. S. (1969): *A Bahia no Século XVIII*. v. 1. Salvador: Coleção Baiana.

ANEXO

ENTREVISTA ON-LINE COM O PROF. JOSÉ BARBOSA MACHADO (2014)

1. Quais são os precursores na arte da impressão que atuaram em território português?

Os impressores que realmente vão contribuir para o desenvolvimento da imprensa em Portugal são os alemães Valentim de Morávia e Nicolau da Saxónia, alguns castelhanos e o impressor português Rodrigo Álvares.

2. A primeira universidade do Brasil foi instalada em Salvador, na Bahia, era jesuíta e espelhava-se na Universidade de Évora. Mas, quais os livros utilizados por professores e alunos? Os livros eram manuscritos e/ou impressos? Ou os alunos só copiavam o que o professor dizia? E como eram as aulas?

Havia livros, claro. Cada aluno podia ter um ou mais livros impressos. Tinham de certeza uma gramática latina e/ou portuguesa, por onde estudavam ambas as línguas. Tinham também manuais de Filosofia. Quanto a Ciências Naturais, duvido muito que tivessem todos acesso aos livros. Tanto mais que muitos deles eram proibidos e só os mestres poderiam aceder a eles. De resto, tiravam apontamentos nas aulas daquilo que o professor ia dizendo. Aliás como no tempo em que eu era estudante. Não havia fotocópias, mas havia alunos que passavam à mão as chamadas sebentas, que depois trocavam ou vendiam aos mais novos. Pelo menos na Universidade de Coimbra era assim.

3. Todos os autores e estudiosos que consultei afirmam que a primeira impressão oficial (Imprensa Régia) feita no Brasil foi em 13 de maio de 1808 e intitulava-se *Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos annos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia*. Porém, também encontrei o próprio decreto que institui a Imprensa Régia (impresso, é claro) e ele também data de 13 de maio de 1808 Pergunto: Qual foi impresso primeiro? Bem, o lógico é que seja o próprio

decreto que liberou tudo, mas, se assim for, então, considera-se a “Relação dos Despachos” como a primeira por ser uma obra mais ampla?

Essa questão fez lembrar aquela de qual veio primeiro: se a galinha se o ovo. Uma vez que os dois textos foram impressos no mesmo dia, é impossível estabelecer uma ordem. O que pode fazer é distinguir entre um livro, Relação dos despachos publicados na Corte (se é que é um livro), e um pequeno texto, o decreto que institui a Imprensa Régia. Em Portugal, o primeiro texto impresso em língua portuguesa é de 1488 e intitula-se Sumário das Graças. Mas o primeiro livro é o Sacramental, impresso no mesmo ano.

MULHERES, DIREITOS E CULTURA: LEITURAS DA CONDIÇÃO FEMININA EM MIA COUTO

Orquídea Moreira Ribeiro (UTAD)

ABSTRACT

The issue of women and their status in society continues to be addressed and discussed globally. African women have been and are associated with oppression, marginalization and discrimination. In this article, the intention is to bring to the discussion the importance of the written text in the fight against discrimination and awareness of difference, specifically in Mozambique, through the work of the writer Mia Couto. Mozambique presents a society with a mosaic of peoples and cultures, which contributes to social tensions due to the great diversity of cultural traditions. The experiences of Portuguese colonialization, independence, civil war and the importance that local communities and patriarchy still hold, contribute to and define the status of Mozambican women. The aim here is to analyze the various strategies of Mozambican women to respond to and react to the situations of discrimination and annulment that they suffer and how the works in question portray the condition of women in Mozambique. Mia Couto's works testify to the rebirth of the female characters and alert to situations of continuous submission, while sensitizing the difference of gender, race, ethnicity, culture and others. In this text the feminine figures in the narratives/novels *Um Rio Chamado Tempo*, *Uma Casa Chamada Terra* (2002), *Jesusalém* (2009) and *A Confissão da Leoa* (2012) will be analyzed, but without excluding the possibility of resorting to other narratives that will enrich this analysis.

Keywords: female condition; Mozambique; patriarchal power; discrimination; subalternization; silence.

RESUMO

A questão da mulher e da sua condição na sociedade continua a ser abordada e discutida a nível global. A mulher africana tem sido e é associada à opressão, marginalização e discriminação. Neste trabalho pretende-se trazer à discussão a importância do texto escrito no combate à discriminação e na sensibilização para a diferença, especificamente em Moçambique, através da obra do escritor Mia Couto. Moçambique apresenta uma sociedade com um mosaico de povos e culturas, o que contribui para tensões sociais devido a uma tão grande diversidade de tradições culturais. As experiências vividas durante a colonização portuguesa, a independência,

a guerra civil e a importância que comunidades locais e o patriarcado ainda detêm, contribuem para definir a condição da mulher moçambicana.

Pretende-se aqui analisar as várias estratégias das mulheres moçambicanas para responder e reagir às situações de discriminação e anulação de que são alvo e como é que as obras em questão retratam a condição da mulher em Moçambique. As obras de Mía Couto testemunham o renascer das personagens femininas, assim como alertam para situações de contínua submissão, enquanto sensibilizam para a diferença de género, raça, etnia, cultura, entre outras. Neste trabalho serão analisadas figuras femininas nas obras *Um Rio Chamado Tempo*, *Uma Casa Chamada Terra* (2002), *Jesusalém* (2009) e *A Confissão da Leoa* (2012), mas sem excluir a possibilidade de recorrer a outras narrativas que permitam enriquecer esta análise.

Palavras-chave: condição feminina; Moçambique; poder patriarcal; discriminação; subalternização; silêncio.

Na pressa de ver preconceitos somente nos outros, não somos capazes de ver os nossos próprios racismos e xenofobias (Couto 2009: 210).

– *Ninguém é de uma raça. As raças* – disse [Sivestre Vitálicio] – *são fardas que vestimos.* (Couto 2009: 15).

Gender, sexual, racial, and other social and political categories are created and sustained by historical determinisms, and therefore must be taken into account in considering the formation of individual and collective identities (Azodo e Eke 2007: 5).

Introdução

A questão da mulher e da sua condição na sociedade continua a ser abordada e discutida a nível global. A mulher africana tem sido e é associada à opressão, marginalização e discriminação. Neste texto pretende-se trazer à discussão e analisar a importância do texto escrito no combate à discriminação e na sensibilização para a diferença, especificamente em Moçambique, através da obra do escritor Mia Couto.

A sociedade moçambicana é composta por um mosaico de povos e culturas, o que contribui para tensões sociais devido a uma tão grande diversidade de tradições culturais. As experiências vividas durante a colonização portuguesa, a independência, a guerra civil e a importância que comunidades locais e o patriarcado ainda detêm, contribuem para definir a condição da mulher moçambicana. Através das leituras das obras de Mia Couto *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra* (2002), *Jesusalém* (2009) e *A Confissão da Leoa* (2012), pretende-se refletir sobre a condição feminina em Moçambique ao analisar as várias estratégias das mulheres moçambicanas para responder e reagir às situações de discriminação, silenciamento e anulação de que são alvo.

Do conjunto das obras de Mia Couto foram selecionadas as que apresentam e retratam personagens femininas, vítimas de subalternização, marginalização e até de anulação, devido às condições existentes nas suas comunidades, associadas às culturas tradicionais e ainda influenciadas pelos períodos do colonialismo e pós-independência.

A metodologia utilizada foi de carácter qualitativo, baseada em pesquisa documental e análise de documentos selecionados. Tendo-se conhecimento

da totalidade da obra do escritor moçambicano e da sua preocupação em influenciar/educar positivamente o seu público, especialmente em relação à forma como a mulher é vista (ignorada) na sociedade moçambicana e africana, procedeu-se à escolha e análise dos textos deste autor mais adequados e exemplificativos da situação que se pretendia abordar.

O enquadramento da condição da mulher em África foi o ponto de partida da para contextualizar a temática e estabelecer uma breve revisão da literatura sobre a condição da mulher em África – recorreu-se a Amina Mama, Ada Uzoamaka Azodo e Maureen Ngozi Eke, Ketu H. Katrak e a Gayatri Spivak – e, mais especificamente, em Moçambique, focando a importância das narrativas de Mia Couto selecionadas na constatação das falhas na aplicação dos direitos culturais e no retrato que o autor apresenta da mulher moçambicana na sociedade contemporânea. *A Constituição da República de Moçambique* e a *Declaração de Friburg* foram recursos úteis para verificar a condição feminina no esforço da afirmação da identidade cultural moçambicana.

A análise de conteúdo foi feita a partir do objetivo inicialmente proposto – estabelecer a importância do texto escrito de Mia Couto no combate à discriminação e na sensibilização para a diferença da situação da mulher em Moçambique –, sintetizando a informação disponível, e interpretando a forma como as personagens femininas, vítimas de subalternização, marginalização e até de anulação, reagem a e combatem a violência física e psicológica exercida contra a mulher, apresentando contributos para o esclarecimento e a construção de uma identidade cultural (alternativa) da mulher moçambicana. A análise de conteúdo foi assim organizada com base em categorias predeterminadas – personagens femininas, vítimas de subalternização, marginalização e anulação – para garantir a objetividade e a adequabilidade da pertinência dos conteúdos e constatar que é possível a transição da subalternização à consciência e autoconfiança, construindo uma nova realidade que combate os silêncios instituídos

1. A condição da mulher em África: breve enquadramento

Olga Iglésias, em “Na entrada do novo milénio em África, que perspectivas para a mulher moçambicana?” (2018), debruça-se sobre a situação da mulher africana e moçambicana, afirmando que “A questão da mulher, do seu papel e lugar na sociedade continua em aceso debate em todos os fóruns internacionais [...], sendo sublinhado em importantes documentos

[...]. Constata-se ainda a situação de opressão e de marginalização em que se encontra a mulher africana de hoje” (Iglésias 2018: 136). A autora explica ainda que a “sociedade moçambicana [...] é tão complexa, mosaico de povos e de culturas, tão cheia de tensões sociais, tão plena de obstáculos à participação da mulher.” (Iglésias 2018: 136).

Na mesma senda vem a reflexão de Amina Mama sobre a condição da mulher em África no artigo “Sheroes and Villains: Conceptualizing Colonial and Contemporary Violence Against Women in Africa” (1997). Esta autora refere que a questão da “violência contra as mulheres tem sido uma preocupação central do movimento internacional das mulheres”¹ e que “em muitos países o abuso violento tem sido a manifestação mais saliente e imediata da opressão das mulheres pelos homens”; salienta ainda que “em África a violência generalizada contra as mulheres é agora provavelmente a manifestação mais direta e inequívoca do estatuto oprimido das mulheres”, referindo que a “violação e a violência doméstica têm provocado indignação pública” (Mama 1997: 46), ou algum desconforto em termos sociais e até políticos mas sem consequências visíveis.

Mama menciona a ocupação colonial como um processo violento para as mulheres africanas, tendo aproveitado divisões sociais pré-existentes nas culturas africanas; referindo-se especificamente à questão de género, a autora explica que o período colonial aumentou a vulnerabilidade das mulheres africanas, expondo-as a várias formas de violência. Na Europa dos séculos XVIII e XIX, a desigualdade de género, raça e classe influenciou as questões nos territórios africanos, sendo as mulheres africanas mais facilmente vítimas de violência sexual e degradação, especialmente quando havia resistência – e neste caso a violação e abuso sexual eram o castigo ou a represália (Mama 1997: 47-51). Ada Uzoamaka Azodo e Maureen Ngozi Eke complementam Amina Mama, constatando a existência da “objetificação de homens e mulheres por funcionários coloniais brancos para satisfazerem os seus desejos sexuais” (Azodo e Eke 2007: 19).

Nesta linha de reflexão, Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?*, explica:

se o discurso do subalterno é obliterado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição mais periférica pelos problemas de género. Se no contexto da produção colonial, o sujeito não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (2010: 82-83).

¹ As traduções para português dos textos em inglês são da responsabilidade da autora deste texto.

A par da análise de Spivak, é necessário ter em conta a importância da mulher na sociedade africana nos dias de hoje, tal como adverte Irene Dias de Oliveira:

Na família africana, a mulher ocupa um lugar essencial, ainda que não reconhecido oficialmente: - elas são o ponto focal da família, a base do clã e da comunidade, as mestras, as que providenciam os cuidados primários; formam as crianças, especialmente nos primeiros cinco anos; - são curandeiras, parteiras e transmissoras dos valores e crenças tradicionais; são mediadoras dos espíritos (2002: 150).

Tânia Macedo confirma a afirmação de Oliveira ao referir-se à representação da mulher moçambicana (na obra de Paulina Chiziane) e à posição que ocupa na sociedade, salientando que “podemos situar, adequadamente, as personagens femininas [...] profundamente vinculadas à tradição, sofrendo-lhes as consequências (como é o costume ancestral do lobolo ou da poligamia), mas obtendo, a partir da narrativa, a possibilidade de fazerem audível uma fala que, muitas vezes, lhes é negada” (2010: 11).

De uma forma geral e apesar da *Constituição da República de Moçambique* acautelar a igualdade de género, a reflexão em torno da mulher moçambicana afigura-se necessária dado que a Constituição não é valorizada em comunidades em que prevalecem os valores e as práticas tradicionais.

2. Mulheres e direitos culturais em Moçambique

A *Declaração de Friburgo* (2007) sobre os Direitos Culturais refere que “os direitos enunciados na presente Declaração são essenciais à dignidade humana” e que

estes direitos são garantidos sem discriminação de qualquer tipo, nomeadamente baseada na cor, no sexo, na idade, na língua, na religião, nas convicções, na ascendência, na origem nacional ou étnica, na origem ou condição social, no nascimento ou em qualquer outra situação com base na qual uma pessoa construa a sua identidade cultural (*Declaração de Friburgo*, artigo 1, alínea a).

A Declaração foi redigida e assinada com a convicção de que “a diversidade cultural não pode ser verdadeiramente protegida sem uma efetiva realização dos direitos culturais” e que “o respeito pela diversidade e pelos direitos culturais é um fator determinante para a legitimidade e a coerência

de um desenvolvimento sustentável baseado na indivisibilidade dos direitos humanos.” (Preâmbulo da *Declaração de Friburgo*).

A *Constituição da República de Moçambique* (2004) apresenta como um dos objetivos fundamentais do estado moçambicano “a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócio-culturais” (Artigo 11, alínea i).

O Artigo 36 (Princípio da igualdade do género) explicita que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.”, sendo reforçado pelo Artigo 122 (Mulher) em que se pode ler o seguinte: “1. O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade, em todas as esferas da actividade política, económica, social e cultural do país. 2. O Estado reconhece e valoriza a participação da mulher na luta de libertação nacional, pela defesa da soberania e pela democracia.”

Contudo, e porque a realidade e a lei são muito diferentes, a *Constituição da República de Moçambique* inclui no artigo 118, uma indicação em que refere o reconhecimento de uma “autoridade tradicional”, nos seguintes termos:

1. O Estado reconhece e valoriza a autoridade tradicional legitimada pelas populações e segundo o direito consuetudinário. 2. O Estado define o relacionamento da autoridade tradicional com as demais instituições e enquadra a sua participação na vida económica, social e cultural do país, nos termos da lei.

Ora, a cultura tradicional moçambicana aparece na obra de Mia Couto em diversas situações como um obstáculo ao cumprimento do exposto na *Constituição da República de Moçambique* e na *Declaração de Friburgo*. A estrutura social tradicional, que engloba comunidades culturais, não se mostra muito aberta a mudanças/alterações, alegando que as memórias do passado não podem ser apagadas nem esquecidas. Numa entrevista concedida a Letícia Mendes, Mia Couto, aludindo ao universo moçambicano, afirma que “as mulheres rurais são vistas como entidades marginais, sem voz, sem outra história senão aquela a quem os homens lhes emprestam.” (Couto 2012^b, s/p). Veja-se, como exemplo, em *A Varanda de Frangipani* (1996), o caso de Nãozinha, a qual explica que as mulheres em África “est[ão] sempre sob a sombra da lâmina: impedidas de viver enquanto novas; acusadas de não morrer quando já velhas” (Couto 1996: 82). Esta personagem, cujo nome remete para ser diminuto e para negação, traz à discussão uma outra realidade das mulheres nas culturas tradicionais africanas, isto é, a possível

expulsão por associação à feitiçaria: “eu fui expulsa de casa. Me acusaram de feitiçaria. Na tradição, lá nas nossas aldeias, uma velha sempre arrisca a ser olhada como feiticeira.” (Couto 1996: 82) Nãozinha foi também vítima de incesto e abuso sexual por parte do pai: “Sim, eu fui mulher de meu pai. Me entenda bem. Não fui eu que dormi com ele. Ele é que dormiu-me” (Couto 1996: 82); o abuso sexual foi “prescrito” pelo feiticeiro para garantir o “sossego da abundância” e evitar a morte (Couto 1996: 83).

3. A mulher em Mia Couto

A escrita de Mia Couto é um contributo para retratar a condição da mulher (urbana e rural) em Moçambique. Através de contos, histórias, ensaios e romances, o autor leva o leitor numa viagem pela vida das suas personagens femininas que lutam contra a subalternização, marginalização e exclusão na sociedade que ainda tem que aprender a encarar/ver a mulher como cidadã de pleno direito.

A posição de Mia Couto tem sido a de valorização da mulher, mostrando as várias estratégias das mulheres moçambicanas para responder e reagir às situações de discriminação de que são alvo; as suas obras são o testemunho do renascimento das personagens femininas, e alertam para situações de contínua submissão, enquanto sensibilizam para a diferença de género, raça, etnia, cultura entre outras. O combate à intolerância é permanente nas narrativas do escritor moçambicano.

Ketu H. Katrak, na obra *Politics of the Female Body* (2006), argumenta que “o corpo feminino está num estado de exílio, incluindo o autoexílio e autocensura, estranheza [outsiderness], e despertença a si próprio dentro dum patriarcado indígena” e que este exílio é consequência das “ratoeiras da tradição cultural, tanto colonial como local” (2006: 2). A experiência deste exílio interiorizado [...] provocaria colisão com o domínio masculino, levando a que as personagens femininas atingissem “um estado liminar de consciencialização” (2006: 2) para “resistir à objetificação patriarcal” (2006: 9).

Neste trabalho, o foco de análise da condição feminina recai sobre as narrativas *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra* (2002), *A Confissão da Leoa* (2012) e *Jesusalém* (2009) (no Brasil publicado com o título *Antes de Nascer o Mundo*). Comum aos romances selecionados é a “condenação” do domínio do patriarcado nas comunidades e a subalternização da mulher remetida para o silêncio e esquecimento. A mulher aparece no espaço doméstico e na comunidade, vítima silenciada e esquecida de “formas

de violência oculta” (Couto 2009^a: 149) que a exilam da sua identidade; a tradição é uma ratoeira cultural, onde o abuso sexual e psicológico é encarado com naturalidade.

Em outras narrativas e em contos como “O cesto” (2004) e “A saia almarrotada” (2004) e “Rosalinda, a nenhuma” (1990), Mia Couto mostra mulheres que se mantêm fiéis à tradição, impossibilitadas de romper os laços invisíveis que as “prendem” e que não se conseguem ou não se querem libertar da opressão, vivendo na sombra, na passividade das rotinas criadas para e por elas, sem identidade, a executar tarefas “de mulher” cujo único objetivo é assegurar o bem-estar do homem (marido, pai, tio, irmão) e da casa (casa, não lar). A desigualdade e exclusão social estão ligadas à questão da (não) identidade; estas mulheres estão simbolicamente presas à sociedade dominada por homens que seguem uma tradição cultural patriarcal.

A temática da condição feminina em contos e romances é reforçada, por exemplo, numa entrevista à *Série Nova África*, em que Mia Couto reflete sobre o universo feminino e a questão da subalternidade da mulher em Moçambique e confirma que os “homens [...] t[ê]m o poder” e “há uma certa relutância em admitir que nos domínios da sexualidade, da intimidade, [...] o espaço que [a mulher] ocupa no lar, na família [...] [n]isso, nós estamos muito, muito atrasados.” (Couto 2009^b, s/p).

Elio Sousa e Regilane Macedo em “A representação feminina em *Antes de Nascer o Mundo, de Mia Couto*” (2017)¹, mencionam que a continua subalternização da mulher moçambicana tem uma leitura:

a opressão à mulher sobreviveu às tradições de regimes e sistemas políticos. Permanece, no pós-utopia de libertação, a mesma dinâmica dos acordos entre colonizado e colonizador que subjugam a mulher com vista a uma hierarquização: a mulher é dominada pelo homem africano antes de ser submetida ao domínio do branco europeu. Essa dupla colonização causou a objetificação da mulher africana (2017: 2).

Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra, A Confissão da Leoa e Jesusalém / Antes de Nascer o Mundo apresentam figuras femininas que se destacam pelo que representam, por exporem vivências, por se revoltarem contra a subalternização que lhes é imposta. A violência sexual sobre as mulheres atravessa as obras, que apresentam uma sociedade onde este crime é ignorado (ou nem sequer é considerado, em concordância com ditames da

¹ O livro é designado *Jesusalém* em Portugal e Moçambique e *Antes de Nascer o Mundo* no Brasil

“autoridade tradicional”), a que se associa a falta de consideração e respeito, o silêncio, a opressão, o apagamento da existência.

4. Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra

Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra (2002) comprova que Mia Couto resgata vozes femininas do silêncio quando as coloca nos seus textos ficcionais para contarem as suas histórias, fazendo emergir as vozes das mulheres africanas que vivem enclausuradas nas tradições ancestrais. Cinco figuras femininas habitam a narrativa – avó Dulcineusa, a tia Admiração, Mariavilhosa, Miserinha e Nyembeti – e são vítimas do silenciamento imposto pela sociedade patriarcal.

A casa Nyumba-Kaya, símbolo da família dos Malilanes/Marianos, é agora, após a morte do patriarca Mariano, habitada por mulheres e identifica-se como espaço feminino, sendo a matriarca, a avó Dulcineusa, a que melhor traduz e transmite a ligação com a casa, assim como os dilemas culturais e sociais associados a esta e à família que a habita.

Mariavilhosa, a mãe adotiva do narrador Marianinho, foi violada por um colono português e engravidou, tendo abortado a criança indesejada (Couto 2002: 104). A segunda gravidez produziu um nado-morto. A impossibilidade de ser mãe, de cumprir a sua função reprodutora, devido à infertilidade provocada pela violação e aborto, contribuiu para o processo de loucura e para o desespero que leva ao seu suicídio por afogamento nas águas do rio Madzimi. Marianinho sente-se “um insuficiente filho, que não havia bastado como realização materna” (Couto 2002: 105). A avó Dulcineusa tem uma leitura do acontecimento que se enquadra no realismo mágico:

Afogada era um modo de dizer. [...] Não seria suicídio, também. O que ela fez, uma certa tarde, foi desatar a entrar pelo rio até desaparecer, engolida pela corrente. Morrerá? Duvidava-se. Talvez se tivesse transformado nesses espíritos da água que, anos depois, reaparecem com poderes sobre os viventes. [...] à medida que ia submergindo, Mariavilhosa se ia convertendo em água (Couto 2002: 105).

No decorrer da narrativa é desvendado o mistério que embrulha a morte de Mariavilhosa numa maternidade incompleta: Marianinho não é seu filho natural; é filho do velho/avô Mariano e de Admiração, irmã mais nova da avó Dulcineusa, que também habita em Nyumba-Kaya; a criança recém-nascida foi entregue a Mariavilhosa por Mariano após um estado de

gravidez fictício acordado entre ambos e sem que Fulano Malta, o marido daquela, suspeitasse.

Miserinha é viúva do irmão de Dulcineusa. Após a morte do marido de Miserinha, e em concordância com a tradição, apareceram “familiares que [...] nunca tinha visto. Levaram-lhe tudo, os bens, as terras. Até a casa.” Miserinha ficou desamparada; a cunhada colocou-a “num pequeno casebre” e ali [Miserinha] se deixou ficar, em desleixo de si mesma” (Couto 2002: 131). A tradição patriarcal é dura e injusta com as mulheres. O estado de viuvez torna-se numa situação de miséria, de falta de dignidade, pois a família do marido não lhe reconhece direito a nada.

É uma situação semelhante a esta que Dulcineusa quer a todo o custo evitar, insistindo com Marianinho para seja responsável pelas chaves e que tome o lugar do avô na casa e na família porque é assim que está destinado: “- *Você é quem Mariano escolheu. Para me defender, para defender as mulheres, para defender a Nyumba-Kaya*” (Couto 2002: 34). Dulcineusa conhece a tradição e está consciente das consequências da condição de ser mulher e viúva, pois essa condição permitirá que outros familiares venham “disputar os bens, reclamar heranças, abutrear riquezas [...] Virão buscar as coisas, disputar os dinheiros” (Couto 2002: 33)¹. Tal como em *A Varanda do Frangipani*, também nesta obra a condição feminina na velhice é vista com desconfiança: “Ser-se velha e viúva é ser merecedora de culpas. Suspeitariam, certamente, que a Avó seria autora de feitiços. [...] De repente, a Avó se converteria numa estranha, intrusa e rival” (Couto 2002: 34). Ser apontada como feiteiceira seria a anulação total de Dulcineusa.

Nyembeti é a mulher silêncio, que se protege sem falas e que “*diz coisas sem falar nada*” (Couto 2002: 251); ela é indicada como a “coveira”, que ficará a cuidar do cemitério após a partida do irmão. Nyembeti, em toda a sua estranheza, beleza, sensualidade e silêncio, “era Luar-do-Chão” (Couto 2002: 253), a Ilha de onde originou o clã dos Malilanes (Couto 2002: 18), a metáfora para a nação moçambicana.

5. *Jesusalém*

Em *Jesusalém* (2009), as personagens Dordalma, Marta, Noci e até Jezibela (a burra) representam e denunciam a condição da mulher em

¹ Ver o documento Direitos das mulheres em Moçambique - Pôr fim às práticas ilegais (2007). Federação Internacional de Direitos Humanos e Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, p.11. [Acesso 2019 abr 18] Disponível em <https://www.fidh.org/IMG/pdf/Mozambique300408portug.pdf>.

Moçambique. Através de três livros/partes decorre a “viagem” que leva os homens ao exílio e os devolve à sociedade após Silvestre ter sido mordido por uma cobra e ficar “num estado de semiconsciência” (Couto 2009^a: 226). O estado de saúde de Silvestre é o motivo proposto por Aproximado para deixarem Jesusalém: “Vamos aproveitar para o levar para a cidade [...] este homem tem que entrar num hospital” (Couto 2009^a: 228)

Dordalma é a personagem feminina (ausente) que percorre todo o romance; ela é a razão do exílio “voluntário” dos cinco homens para o espaço rural afastado da cidade a que designam por Jesusalém – o desejo de Silvestre Vitalício era apagar a memória após a morte de Dordalma, vivendo com os dois filhos, Mwanito e Ntunzi, num mundo sem mulheres. Acompanham-no também nesta mudança (Tio) Aproximado, seu cunhado, e Zacaria Kalash, antigo militar e serviçal. Para Silvestre, a esposa era a culpada pela violação a que foi sujeita por doze homens; não teve nem tem capacidade para assimilar e entender o sofrimento da esposa, antes e depois da violação. Antes “Dordalma nunca era mais do que cinza, apagada e fria. Os anos de solidão e descrença a habilitaram a ser ninguém, simplesmente indígena do silêncio” (Couto 2009^a: 257); depois era para ele a causa de “vexame”:

[Silvestre] chorava por despeito, Suicídio de mulher casada é o vexame maior para qualquer marido. Não era ele o legítimo proprietário da vida dela? Então, como admitir aquela humilhante desobediência? Dordalma não abdicara de viver: perdida a posse da sua própria vida, ela atirara na cara do teu pai o espectáculo da sua própria morte (Couto 2009^a: 261).

Dordalma tem um nome expressivo, que é a representação da sua existência; para ela o espaço doméstico não significava conforto e a violação coletiva foi o culminar da humilhação a que era sujeita – a sua identidade foi totalmente apagada, pois “quase nunca falava” (Couto 2009^a: 19), e devia permanecer “quieta e muda” (Couto 2009^a: 259), levando a que “de tão calada, ela deixara de existir” (Couto 2009^a: 16). A sua (não) existência é o fio da narrativa e a verbalização da(s) sua(s) história(s) é o caminho para a eliminação da “fronteira entre lembrança e mentira” (Couto 2009^a: 291). Silvestre afasta-se ainda mais da vida em Jesusalém com a morte da burra Jezibela; passivamente permite “de olhos embevecidos” (Couto 2009^a: 222) que a víbora lhe cravasse os dentes, fazendo-lhe “desfilar as restantes memórias, rastejantes e viscosas como serpentes”; a chegada à coutada anos antes tinha sido um retiro forçado após a morte de Dordalma, porque “Mesmo antes de chegar a morrer, já tinha posto cobro à vida” (Couto 2009^a: 224).

Silvestre Vitalício é claro quanto à sua opinião em relação às mulheres; ao defini-las como “putas”, demonstra a sua posição de macho ferido no seu orgulho, demonstrando e incitando ao ódio e irracionalidade:

– Não quero essa conversa. Aqui não entram mulheres, nem quero ouvir falar a palavra...

– Calma, pai, estava apenas a querer saber...

– Não há falas dessas em Jesusalém. As mulheres são todas... todas umas putas. Nunca lhe tínhamos escutado tal palavra. Mas foi como se tivesse desatado um nó. A partir de então, o termo “puta” passou a ser, entre nós, uma outra forma de dizer “mulher”. (Couto 2009^a: 37-38).

Marta é a mulher branca, europeia, que chega a Jesusalém à procura do marido; ela é uma espécie de “enviada” (Couto 2009^a: 157) que enfrenta Silvestre e causa desassossego porque conhece a história deste e de Dordalma; de facto, a portuguesa “desmonta” o espaço e faz surgir desejos vários nos habitantes de Jesusalém. Com o seu aparecimento Marta proporciona o regresso à identidade aos moradores exilados – perturba Silvestre ao falar-lhe sem receio; é vista por Mwanito, o filho mais novo de Silvestre, como mãe e como possibilidade de recuperar alguma infância, e, finalmente, “Ntunzi [o filho mais velho de Silvestre] a sonhava como mulher” (Couto 2009^a: 163), despertando para os desejos eróticos. Marta escreve a carta a Mwanito, explicando a história de Dordalma e do pai; com isso devolve-lhe a infância que fora interrompida com a ida para Jesusalém. O regresso à cidade fará o menino concluir que “ao iniciar esta viagem [de regresso] eu deixara de ser criança” (Couto 2009^a: 230), ainda que tenha que cuidar do pai do alto dos seus onze anos.

Noci é a personagem feminina (africana, moçambicana e negra) que exemplifica a subjugação às figuras masculinas e que se submete a abusos sexuais de um homem negro, o Tio Aproximado, para sobreviver. Noci revela ser a mulher com quem Marcelo, marido da portuguesa e branca Marta se tinha envolvido; no entanto, também foi abandonada por este, restando-lhe procurar emprego, o que a tornou em amante de Aproximado – “Obtivera emprego demitindo-se de si mesma” (Couto 2009^a: 179). A traição de Marcelo aproxima as mulheres, pois Marta sente que “De repente, eu já não era mais a que foi traída. E nos convertíamos as duas desconhecidas em antigas parentes, partilhando um mesmo abandono. [...] E rimo-nos, como se fôssemos antigas amigas. Juntara-nos a mentira de um homem. O que nos unia era a verdade de duas vidas” (Couto 2009^a: 177, 180). Noci revela

perseverança e resistência ao libertar-se da condição de mulher-subjugada, sujeita a abusos, quando denuncia Aproximado (Couto 2009^a: 271) e participa em manifestações públicas que pediam o fim da violência contra as mulheres (Couto 2009^a: 247)

De forma sintética, Marta e Noci traçam um retrato da condição da mulher em Moçambique, que será comum às três obras aqui em análise:

Uma mulher não pode existir sozinha, sob o risco de deixar de ser mulher. Ou se converte, para tranquilidade de todos, numa outra coisa: numa louca, numa velha, numa feiticeira. Ou, como diria Silvestre, numa puta. Tudo menos mulher. Foi isto que [...] [Marta] disse a Noci: neste mundo só somos alguém se formos esposa. É o que agora sou, mesmo sendo viúva. Sou a esposa de um morto (Couto 2009^a: 263-264).

Por estas razões, *Jesusalém / Antes de Nascer o Mundo*, obra que pode ser lida como denúncia de um sistema patriarcal e machista, é um contributo para esclarecer, conhecer e acompanhar o percurso da condição feminina em Moçambique que será reforçado por outras obras de Mia Couto como, por exemplo, *A Confissão da Leoa*.

6. *A Confissão da Leoa*

A Confissão da Leoa (2012) apresenta quatro figuras femininas que se destacam na narrativa, Mariamar, Hanifa, Naftalinda e, pelo destino que teve e pelo que representa para a condição da mulher, Tandi, a empregada.

Num tempo pós-guerra civil, em 2008 (Couto 2012^a: 57), o espaço geográfico da narrativa é Kulumani, uma aldeia em que o “presente era feito de passado”, “um lugar fechado, cercado pela geografia e atrofiado pelo medo” (Couto 2012^a: 18: 24).

O episódio que inspirou esta narrativa e como é apontado na “Explicação inicial” ao livro – leões a atacarem e a devorarem seres humanos num aldeia – baseia-se “em factos e acontecimentos reais” (Couto 2012^a: 10); segundo vários relatos, desde os comedores de homens de Tsavo no Quênia, em 1898, até aos do sul da Tanzânia entre 1932 e 1947, é uma situação que acontece com alguma frequência em zonas rurais em que os animais invadem o espaço humano à procura de alimento.

Filha de Genito e Hanifa, Mariamar é a narradora, a autora dos capítulos que constituem a “Versão de Mariamar,” e a personagem feminina central. Visitada por sonhos, o papel dela é a de tradutora de silêncios e

opressões: vítima de abuso sexual por parte do pai, tal como a irmã Silência, Mariamar acaba por ser agredida fisicamente pela mãe que se recusa a aceitar a verdade – “Hanifa Assulua, minha mãe, sempre fez de conta que nada sabia. Que era invenção dos vizinhos, delírio de quem queria esconder as suas próprias mazelas” (Couto 2012^a: 200) –, e a culpabiliza pelo abuso a que foi sujeita: “Sem qualquer reação, fitei-a saltando sobre mim, agredindo-me com socos e pontapés, insultando-me na sua língua materna. O que ela dizia, entre babas e cuspos, era que a culpa era minha. Toda a culpa apenas minha [...] era eu que provocava o seu homem” (Couto 2012^a: 201).

Para Mariamar, a escrita – Versão de Mariamar – apresenta-se como fuga do exílio existencial a que está condenada em Kulumani, permitindo-lhe recuperar a voz e atingir o tal “estado liminar de consciencialização” para “resistir à objetificação patriarcal” (Katrak 2006: 2, 9). Observadora das realidades, Mariamar é a voz que se recusa a ser silenciada. Sobreviveu à violência do incesto e às “malévolas intenções” do polícia local, Maliqueto Próprio que, tal como o pai, tentou utilizar a sua posição de poder para abusar dela (Couto 2012^a: 57). A sua “salvação” de um destino mais recheado de violência foi o facto de ter sido resguardada pelo (tio) avô Adjiru Kapitamoro, que a protegeu com a mentira da infertilidade que a tornava desinteressante para os homens, em acordo com a tradição ancestral (Couto 2012^a: 255).

Hanifa é a mãe de Mariamar e de Silência, “a última vítima dos leões” (Couto 2012^a: 16). Hanifa representa a mulher submissa e procriadora – “Este mundo que obrigava uma mulher como Hanifa a ter filhos, mas que não a deixava ser mãe” (Couto 2012^a: 204) – e a força do trabalho feminino: “Todas as madrugadas a nossa mãe se antecipava ao Sol: colhia lenha, buscava água, acendia o fogo, preparava o comer, laborava na machamba, avivava o barro, tudo isso ela fazia sozinha” (Couto 2012^a: 25). Hanifa executa as tarefas domésticas em silêncio, e Arcanjo Baleiro, o caçador de leões contratado, compara-a a uma sombra: “Desde manhã cedo, uma mulher chamada Hanifa Assula está varrendo, lavando, limpando, aquecendo água sem nunca não pronunciar palavra. A sua presença tem a discrição de uma sombra.” (Couto 2012^a: 111).

Arcanjo Baleiro, narrador do “Diário do Caçador” (8 capítulos), esteve em Kulumani dezasseis anos antes para caçar um crocodilo (Couto 2012^a: 111). Mariamar fora então “caçada” pelo Caçador – “Não há, neste mundo, rio que me liberte dessa armadilha” (Couto 2012^a: 57, 56). Arcanjo ganhou o concurso para caçar os leões e acabar com os ataques.

Também Naftalinda, a voluptuosa mulher do administrador, expõe a

condição feminina que permanece submissa e anulada face à tradição; ela é a voz que aponta a violência contra as mulheres (Couto 2012^a: 209). Ao desafiar o poder (masculino) instituído, Naftalinda “esperava que as demais mulheres a seguissem naquele convite à revolta. Mas elas encolhem os ombros e afastam-se, uma por uma” (Couto 2012^a: 210). A primeira-dama esforça-se por desmistificar o papel da mulher no sistema patriarcal de Kulumani, tentando recuperar alguma dignidade para as suas congéneres e justiça para Tandi, a sua empregada que foi violada por vários homens, por ter invadido um espaço de exclusividade masculina. A Tandi foi-lhe recusado tratamento médico e a queixa feita nas autoridades distritais não teve consequências, situação comum em países africanos em que o poder patriarcal anula a importância da mulher: “A moça foi conduzida ao posto de saúde local, mas o enfermeiro não aceitou tratar dela. Tinha medo de retaliação. As autoridades distritais receberam queixa, nada fizeram. Quem, em Kulumani, tem coragem de se erguer contra a tradição?” (Couto 2012^a: 161).

Tandi, “exposta e solitária”, suicida-se, “entreg[ando-se] à voracidade dos leões” ao deambular pela aldeia à noite (Couto 2012^a: 189). Naftalinda solicita para que “a inércia de Florindo [marido dela e administrador] perante a violação de Tandi” seja denunciada ao governo central, enquanto Hanifa informa o escritor Gustavo Regalo, contratado para fazer “a reportagem da caçada” (Couto 2012^a: 70), “que o marido, Genito Mpepe, foi quem comandou o grupo dos violadores” (Couto 2012^a: 214).

Naftalinda insinua que as ameaças em Kulumani não são as feras, mas os homens. Ao tomar a decisão de se expor às feras, a mulher do administrador desafia o marido a tomar a atitude correta no assunto de Tandi e desafia as mulheres a reforçar o controlo sobre os seus corpos. Naftalinda, cujo nome remete para marcas do passado, é uma personagem que encarna o presente, desafiando as leis ancestrais.

Mariamar revela os seus segredos na sua Versão 8 – perde a faculdade de falar e identifica-se como “a vingativa leoa” que não só matou as irmãs gémeas para as poupar ao destino que as esperava, como também conduziu Silência à morte; mas, como afirma, na realidade não matou ninguém porque “todas essas mulheres já estavam mortas. Não falavam, não pensavam, não amavam, não sonhavam. De que valia viverem se não podiam ser felizes” (Couto 2012^a: 259).

Numa entrevista em 2012, Mia Couto em diálogo com a jornalista Letícia Mendes sobre *A Confissão da Leoa*, explica que “quis retratar no livro a condição histórica e social das mulheres rurais de Moçambique.” Por

isso, “incorpor[ou] uma dessas mulheres e contar a história da sua condição histórica e social. As mulheres rurais de Moçambique há muito que estão sendo devoradas por um sistema de patriarcado que as condena a uma situação marginal e de insuportável submissão.” (Couto 2012^b: s/p), ou seja, o autor pretende sensibilizar o leitor para a realidade moçambicana ao “continu[ar] escrevendo sobre aqueles a quem a vida atirou para a margem” (Couto 2012^b: s/p).

Considerações finais

As três obras em análise são denúncias da violência física e psicológica exercida contra a mulher e contributos para o esclarecimento e a construção de uma identidade cultural (alternativa) da mulher moçambicana; por essa via, Mia Couto confere voz às personagens marginalizadas, oprimidas e silenciadas pelas comunidades patriarcais tradicionais, numa denúncia que abrange os períodos colonial e pós-independência.

Contrariando a afirmação de Azodo e Eke (2007: 20) de que “mulheres africanas tradicionais fortes não estão representadas” nas narrativas aqui abordadas, como ficou provado, Mia Couto apresenta várias mulheres que, na sua vulnerabilidade, invisibilidade e inferioridade, apresentam e representam um universo feminino com capacidade de renovação e superação. A polifonia de vozes femininas presente no espaço narrativo de Mia Couto permite constatar que as mulheres passam do silêncio, da ignorância, da subalternização à consciência e autoconfiança, ou, se se quiser, os estados de silêncio, ignorância e subserviência são, a dado momento, o primeiro sinal de resistência no feminino.

Moçambique tem um território vasto, e é, conforme informa Couto um “país [que] tem diversos países dentro, profundamente divididos entre universos culturais e sociais variados” (Couto 2009^b: 123), uma realidade que se deve ter em conta na análise da complexidade que envolve a figura feminina na sociedade moçambicana.

Considerando esta premissa, é uma evidência que as obras aqui analisadas resgatam memórias e denunciam silenciamentos, demonstrando que razões ancestrais se sobrepõem às leis que regem a sociedade atual. É um facto que a obra de Mia Couto está circunscrita a Moçambique, mas, a partir da sua vertente local, ela representa a universalidade do retrato da invisibilidade dos crimes contra as mulheres e da desigualdade social e de género.

Referências bibliográficas

Azodo, Ada Uzoamaka & Ngozi, Eke Maureen (ed.) (2007): *Gender & Sexuality in African Literature and Film*. Trenton, NJ: African World Press, Inc.

Constituição da República de Moçambique (2004), Internet. Disponível em <http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Constituicao-da-Republica> (Consultado 2020-04-06).

Couto, Mia (1990): *Cada homem é uma raça. Estórias*. Lisboa: Caminho.

----- (2002): *Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra*. Lisboa: Caminho.

----- (2004): *O Fio das Missangas*. Lisboa: Caminho.

----- (2009^a): *Jesusalém*. Lisboa: Caminho.

----- (2009^b): *E se Obama fosse Africano? E outras Interinvenções*. Lisboa: Caminho.

----- (2012^a): *A Confissão da Leoa*. Lisboa: Caminho.

----- (2012^b): “No livro *A Confissão da Leoa*, Mia Couto retrata o drama das mulheres rurais de Moçambique. Entrevista a Letícia Mendes”. São Paulo: UOL (05/11/2012). Internet. Disponível em <http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/05/no-livro-a-confissao-da-leoa-mia-couto-retrata-o-drama-das-mulheres-rurais-de-mocambique.htm> (Consultado 2020-04-16).

----- (2009): “Íntegra da entrevista com o escritor moçambicano Mia Couto para a Série Nova África”. São Paulo. junho. Internet. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1ebOHl8Dj-J1RzlcOpxTdC7-H8TZp8l9JGSoWiqUqdkw/edit>. (Consultado 2020-04-12).

Direitos Culturais: Declaração de Friburgo (2007): Internet. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declfriburgo.pdf>. (Consultado 2019-04-11).

“Direitos das mulheres em Moçambique – Pôr fim às práticas ilegais” (2007), Federação Internacional de Direitos Humanos e Liga Moçambicana dos Direitos Humanos. Internet. Disponível em <https://www.fidh.org/IMG/pdf/Mozambique300408portug.pdf>. (Consultado 2019-05-02).

Iglésias, Olga (2018): “Na entrada do novo milénio em África, que perspectivas para a mulher moçambicana?” In: Mata, Inocência e Padilha, Laura Cavalcante (org.). *A Mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 135-154.

Katrak, Ketu H. (2006): *Politics of the Female Body. Postcolonial Women Writers of the Third World*. New Brunswick: Rutgers University Press.

Macedo, T. (2010): “Da voz quase silenciada à consciência da subalternidade: a literatura de autoria feminina em países africanos de Língua Oficial Portuguesa.” In: *Revista Mulemba*. Rio de Janeiro: UFRJ. V.2, n. 2: 4-13. Internet. Disponível

em <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/4682/3441>. (Consultado 2019-04-21).

Mama, A. (1997): “Sheroes and Villains: Conceptualizing Colonial and Contemporary Violence Against Women in Africa”. In: Alexander, M. Jacqui e Mohanty, Chandra Talpade (eds.). *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. New York and London: Routledge.

Oliveira, Irene Dias de (2002): *Identidade negada e o rosto desfigurado do povo africano (Os Tsongas)*. São Paulo: Universidade Católica de Goiás, Annablume.

Sousa, Elio Ferreira de e Maceno, Regilane Barbosa (2017), “A representação feminina em *Antes de nascer o mundo*, de Mia Couto.” In: *Anais da 69ª Reunião Anual da SBPC*. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: 1-8. Internet. Disponível em http://www.sbpcnet.org.br/livro/69ra/resumos/resumos/2065_15eb24f6fbb0ace5c171266576914765f.pdf. (Consultado 2019-02-06).

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010): *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

A VARANDA DO FRANGIPANI DE MIA COUTO: LEITURA PELO SOFTWARE IRaMuTeQ

Maria Salete Gomes da Costa da Cunha (UTAD)
Orquídea Moreira Ribeiro (UTAD)

ABSTRACT

This paper presents a qualitative analysis of the work *A Varanda do Frangipani*, by the Mozambican writer Mia Couto, published in 1996, using the IRaMuTeQ Software, which allows for generic lexical analyses. After reading and observing specific material about the Software, despite some hesitation, the decision was taken to use it for the analysis, especially to demonstrate its functionality and applicability in the area of Cultural Studies. With this, from the multivariate resources at its disposal, viable results were made possible in the analyses submitted to the software. This analysis of the work will allow the lexical corpus to be analysed, highlighting aspects of identity centered on recognition and values of Mozambican culture. There are many words present in the narrative that can help to determine the Mozambican social and cultural characteristics, and to explore the divergences and/or appearances of a masked reality such as that of Mozambique. Mia Couto's lexical creativity is unlimited, proving that language is a cultural factor that transmits the cultural identity and collective memory of a group or community.

Keywords: Mia Couto; Mozambique; IRaMuTeQ; culture; tradition; identity.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise qualitativa da obra *A Varanda do Frangipani*, do escritor moçambicano Mia Couto, publicada em 1996, utilizando o *Software* IRaMuTeQ que permite a execução de análises lexicais genéricas. Após a leitura e observação do material específico sobre o *Software*, optou-se, apesar de algumas hesitações, por o utilizar para a análise, especialmente na demonstração da sua funcionalidade e aplicabilidade na área dos Estudos Culturais. Viabilizou-se, com isso, a partir dos recursos multivariados que dispõe, resultados viáveis nas análises que lhe foram submetidas. Esta análise da obra permitirá radiografar o *corpus* lexical, destacando aspetos identitários centrados em reconhecimento e valores da cultura moçambicana. São muitas as palavras presentes na narrativa que podem ajudar a determinar as características sociais e culturais moçambicanas, e a explorar as divergências e/ou aparências duma realidade mascarada, como a de Moçambique. A criatividade lexical de Mia Couto é ilimitada, provando que a língua é um fator cultural que transmite a identidade cultural e memória coletiva de um grupo ou comunidade.

Palavras-chave: Mia Couto; Moçambique; IRaMuTeQ; cultura; tradição; identidade.

Introdução

A necessidade de análise de um grande volume de textos tem sido um dos motivos que leva alguns investigadores a recorrer a softwares específicos. O programa informático IRaMuTeQ, acrónimo de *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), permite a execução de análises lexicais genéricas.

A escolha do *software* IRaMuTeQ, como instrumento da análise textual da narrativa *A Varanda do Frangipani* (2006)¹ de Mia Couto surgiu pelo facto de não ter sido identificado nenhum trabalho que tenha recorrido à utilização deste software para análise desta obra. Viabiliza-se assim, uma investigação partindo de um recurso informático que permite explorar e analisar questões culturais a partir das características da escrita e de expressões trilhadas pelo escritor moçambicano Mia Couto.

Desse modo, este trabalho apoiado na utilização do referido *software* está dividido em seis partes: a primeira parte faz uma breve abordagem a Mia Couto e ao contexto cultural de Moçambique. A segunda parte descreve a metodologia utilizada para a análise textual da narrativa *A Varanda do Frangipani* (2006) de Mia Couto. A terceira parte expõe como foi realizado o tratamento dos dados utilizados na pesquisa. A quarta parte exhibe os resultados da análise exploratória da narrativa fornecidos pelo IRaMuTeQ, seguindo-se a quinta parte com a interpretação dos resultados obtidos. Por fim, na última parte, expõe-se uma breve conclusão do descrito em toda a pesquisa.

De salientar que este trabalho de investigação tem um carácter muito mais metodológico e de tratamento dos dados do que de análise cultural profunda sobre o conteúdo da narrativa de Mia Couto.

1. O autor e o contexto cultural

A presença de elementos da cultura tradicional oral na obra de Mia Couto proporcionou o delineamento do objeto de estudo deste trabalho. Nesta perspetiva, torna-se essencial abordar a questão da língua como transmissor cultural que, apesar de assumir um lugar comum em todos os discursos, também é um fenómeno de identidade e um produto social que envolve um inventário aberto ao longo do tempo. A língua é um elemento

¹ Neste trabalho usa-se a edição de 2006.

essencial da cultura e como tal, é um fator significativo na identificação de um grupo porque transmite a cultura desse mesmo grupo. Neste sentido, importa identificar as marcas de moçambicanidade na análise textual da narrativa de Mia Couto.

De acordo com Gilberto Matusse em *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa* (1998), os autores moçambicanos estão “inseridos num sistema primariamente gerado numa tradição literária portuguesa em contexto de semiose colonial, movidos por um desejo de afirmar uma identidade própria” (1998: 64) e “produzem estratégias textuais que representam uma atitude de ruptura” (1998: 64) numa procura deliberada pela liberdade e afirmação. Mia Couto privilegia um entrelaçamento entre a tradição e a modernidade nas suas narrativas, dando voz à oralidade como uma forma de afirmação identitária, resistência e sobrevivência da cultura e tradição moçambicana. É nessa encruzilhada, onde a cultura oral africana encontra a escrita contemporânea, que surge nas suas narrativas as estórias, os mitos, as crenças, os ritos, as tradições e os provérbios que foram passados de geração em geração.

Numa entrevista concedida a Vera Maquêa, Mia Couto refere que se considera uma espécie de tradutor daquilo que não se pode perder, do que tem sido desvalorizado:

Moçambique deve caminhar pela via da escrita. Entramos no mundo pela porta da escrita, de uma escrita contaminada (ou melhor fertilizada) pela oralidade [...]. No fundo o meu próprio trabalho literário é um bocadinho esse resgate daquilo que se pode perder, não porque seja frágil, mas porque é desvalorizado num mundo de trocas culturais que se processam de forma desigual. Temos aqui um país que está a viver basicamente na oralidade. Noventa por cento existem na oralidade, moram na oralidade, pensam e amam nesse universo. Aí eu funciono muito como tradutor. Tradutor não de línguas, mas desses universos (Couto 2005: 208).

Os mitos, lendas, estórias, provérbios, enigmas, contos, canções e ainda as práticas rituais da tradição africana têm impressos elementos importantes da religião e da cultura. São fundamentais “na transmissão e conservação de ideias, costumes e práticas” (Rodrigues 2011: 294) e “abarcam todos os aspectos da vida e fixou no tempo as respostas às interrogações dos homens” (Altuna 2014: 38). Aqueles ensinam sobre ética, moralidade e crenças desde a infância e ajudam a responder a grandes interrogações (que

são comuns a todos os homens). Neste domínio, a “memória histórica”, assim cunhada por Maurice Halbwachs, tem como suporte a linguagem e possibilita a (re)construção, a transmissão e a recordação de memórias, consentindo a contemporização de narrativas do passado. É também um fator de autopreservação da identidade cultural e “fator de coesão” da mesma (Rodrigues 2011: 295).

De acordo com Ngugi Wa Thiong’o em *Moving to the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms* (1993) existem três tradições que ainda se mantêm na literatura africana: a tradição oral, a escrita em línguas europeias (em particular na língua do colonizador) e a escrita em línguas africanas. No caso da literatura de tradição oral e da escrita em línguas africanas, o autor refere que eram utilizadas como forma de resistência ao colonialismo; alguns autores foram torturados e presos e viram as suas obras destruídas. Thiong’o esclarece que “All the small presses publishing in African languages were closed down. All these books of poetry and songs were lost (...) Writers of the banned books were imprisoned (...) without trial for a month, badly tortured” (1993: 107).

As narrativas orais são ainda um veículo fundamental da transmissão do saber. Além do seu papel didático e moral, revelam igualmente uma face da recuperação simbólica de um estado anterior à escrita, isto é, anterior ao colonialismo.

Assente numa recuperação do imaginário e dos valores tradicionais, assim como num passado pré-colonial e colonial, Mia Couto revaloriza as culturas autóctones, vítimas de um processo de subalternização, descaracterização, desestruturação e alinação. Neste contexto, as suas obras são um espaço privilegiado da (re)construção de memórias coletivas que alimentam o leitor, sobretudo do imaginário tradicional, onde a conceção do universo e do ser humano é caracterizado pelo mito, onde todos os seres, visíveis ou invisíveis, caminham de mãos dadas, num convívio que é naturalmente acolhido por personagens que vivem no limiar da vida e da morte, da luz e da sombra, do desânimo e da esperança, do pesadelo e do sonho. Na sua escrita, “sujeita às contaminações e às inferências linguísticas, estruturais e discursivas de matriz oral” (Brugioni 2009: 109), o autor ergue uma ponte entre a tradição e modernidade, entre o passado e o presente, revelando aspetos de moçambicanidade. O autor dá assim um mergulho nas profundezas do inconsciente coletivo, entre as margens do espaço e do tempo, recolhendo a existência recusada e tão crucial para a (re)construção identitária da realidade moçambicana.

Através da escrita embebida na oralidade, Mia Couto funda um contradiscurso ao estabelecer uma relação entre a tradição e a modernidade numa mistura original feita de “pedaços de línguas”. Ao hospedar a pluridiscursividade e recuperar memórias, o autor dá um sentido renovado de identidade e autovalorização a Moçambique. Lado a lado com um real empírico marcado pela guerra, fome, tragédia e pela morte, as suas obras gravam as crenças, mitos, rituais e cultos aos antepassados, numa autêntica exploração metafórica e simbólica onde a alteridade verbal é característica assente. O “eu” renasce a partir da libertação de memórias cimentadas pela colonização.

2. O percurso da análise

Neste trabalho optou-se por uma pesquisa exploratória, qualitativa, fundamentada em recolha bibliográfica, com os dados a serem sistematizados e analisados pelo *software* IRaMuTeQ, de acordo com as orientações da metodologia de análise propostos por Roque Moraes (1999) e com base no manual para uso do *software* de análise textual IRaMuTeQ.

Na sequência apresentada de seguida, baseada no artigo “A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados: uma investigação a partir de exemplos”, de Nunes *et al.* (2017), estão explicitadas a abordagem e as etapas metodológicas que compõem a pesquisa. As etapas da pesquisa foram as seguintes: (i) Pesquisa bibliográfica sobre o programa de *software*; (ii) Pesquisa documental; (iii) Leitura de bibliografia sobre Mia Couto; (iv) Análise da narrativa *A Varanda do Frangipani* (2006) realizada com base nos manuais de Roque Moraes (1999) e Brígido Vizeu Camargo e Ana Maria Justo (2013^a) e (2013^b). Esta análise foi estruturada nas seguintes etapas: (a) Leitura dos manuais para identificar e compreender quais as contribuições do uso do *software* para a análise dos dados; (b) Síntese das principais etapas das análises; (c) Cruzamento de dados obtidos na análise e o no referencial teórico.

A análise de dados qualitativos tem como núcleo central a recolha de informação e a preparação da mesma tendo em vista uma análise textual. O primeiro foco a ter em conta, na análise qualitativa, assenta no desenvolvimento de uma série de atividades adequadas ao tipo de dados e ao seu volume, no sentido de os codificar. A codificação envolve a identificação e o registo dos textos que exemplificam a mesma ideia teórica, estabelecendo assim, uma categorização temática. O processo seguinte consiste em reler os textos para posteriormente identificar as unidades de análise (unitarização), que podem

ser palavras, frases, assuntos ou mesmo os documentos na íntegra. Tal estratégia depende do problema a ser investigado, dos objetivos da pesquisa e dos tipos de materiais a analisar. Após identificação das unidades de análise, atribuem-se-lhes códigos adicionais, associados ao sistema de identificação elaborado na etapa anterior. Em seguida, cada uma das unidades de análise deve ser isolada, considerando que será posteriormente classificada. Este processo de fragmentação vem acompanhado da reescrita ou reelaboração, para que tenham significado mesmo fora do seu contexto original. Depois de identificadas e codificadas as unidades de análise, é necessário agrupar as mesmas em categorias:

A categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. (Moraes 1999: 6).

Na etapa seguinte, a descrição é o momento da apresentação dos resultados obtidos do decorrer da análise, assim como da validação dos mesmos. Após este primeiro momento da comunicação de dados, segue-se a etapa final do processo: a interpretação que, de acordo com Roque Moraes (1999), é feita através de uma exploração dos significados expressos nas categorias da análise de forma a atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens.

A metodologia de análise de textos tem vindo a ser muito explorada pelo uso de *softwares* específicos para análise de dados textuais e está cada vez mais presente em estudos da área de Ciências Humanas e Sociais, especialmente em estudos em que o *corpus*¹ a ser analisado é bastante volumoso. De destacar que o *corpus* a analisar, neste trabalho, é a narrativa *A Varanda do Frangipani* de Mia Couto. Tendo em consideração o volume da narrativa em questão, efetuou-se um trabalho de “poda” antes de o submeter ao programa informático IRaMuTeQ. Transposto o crivo da classificação, através de uma espécie de gavetas classificatórias, e procurando informações complementares através de uma codificação, que permitisse a eclosão de novas perspetivas que não eram visíveis numa primeira abordagem, efetuou-se uma análise que foi muito além do exercício de leitura.

¹ Conjunto de textos (ou texto) selecionados pelo investigador e que formam o objeto de análise.

3. Procedimentos do tratamento dos dados

3.1. Configuração do *corpus* textual

Antes de proceder à análise qualitativa da narrativa no IRaMuTeQ, foi necessário preparar o texto, uma vez que o *software* utiliza uma formatação própria. O *corpus* em estudo foi previamente tratado com um editor de texto do *Windows* (neste caso utilizou-se o Bloco de Notas), sendo necessário retirar itálicos, negritos, sublinhados, a justificação e os parágrafos nas 152 páginas da obra. Em relação às siglas presentes no texto, foi imprescindível uma convenção (neste caso optou-se por escrever por extenso com um traço do tipo *underline* entre palavras). Também todas as palavras compostas foram separadas por *underline*, pois o hífen é entendido com espaço em branco pelo software. Tendo em vista que o dicionário do *software* não compreende as flexões verbais, por isso os pronomes não podem ser utilizados depois dos verbos, por exemplo: “procurei-lhe” deve ser substituído por “lhe procurei”. Os números devem ser apresentados em forma de algoritmo e devem-se evitar os seguintes caracteres: aspas, apóstrofo, percentagem, cifrão, hífen, reticências e asterisco. Todo o tratamento de texto foi realizado cuidadosamente de forma a que o processamento aproveitasse o maior número de palavras do *corpus*. Cabe salientar que o software não possui recursos de verificação. Depois de “limpos”, os textos foram codificados num único editor de texto, em que: **** *n_01, corresponde à narrativa de *A Varanda do Frangipani*.

Existem diferentes tipos de análises textuais que o IRaMuTeQ processa: Estatísticas Textuais; Especificidades e Análise Fatorial por Correspondência (AFC), Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude e Nuvem de Palavras, tendo cada uma características e reflexões específicas.

3.2. Análise estatística textual

As palavras presentes no *corpus* são as responsáveis para obtenção de sentido e significado, mas o fundamental é a interpretação do investigador. A partir da exploração diversificada de significados que possibilitam na sua base um conjunto de significantes é possível ultrapassar o superficial e ir de encontro à realidade do autor. Os contextos histórico-temporais, a geografia e a cultura serão elementos relevantes no decorrer da análise de dados.

Seguidamente e, a partir da Análise das Estatísticas Textuais que permitem estimar o número de ocorrência das palavras, a frequência média de palavras, bem como a de formas, obtém-se uma representação gráfica através de um diagrama de Zipf¹ (Tabela II), que ilustra no eixo das abcissas os logaritmos das frequências das palavras por ordem decrescente e no eixo das ordenadas o das frequências das formas.

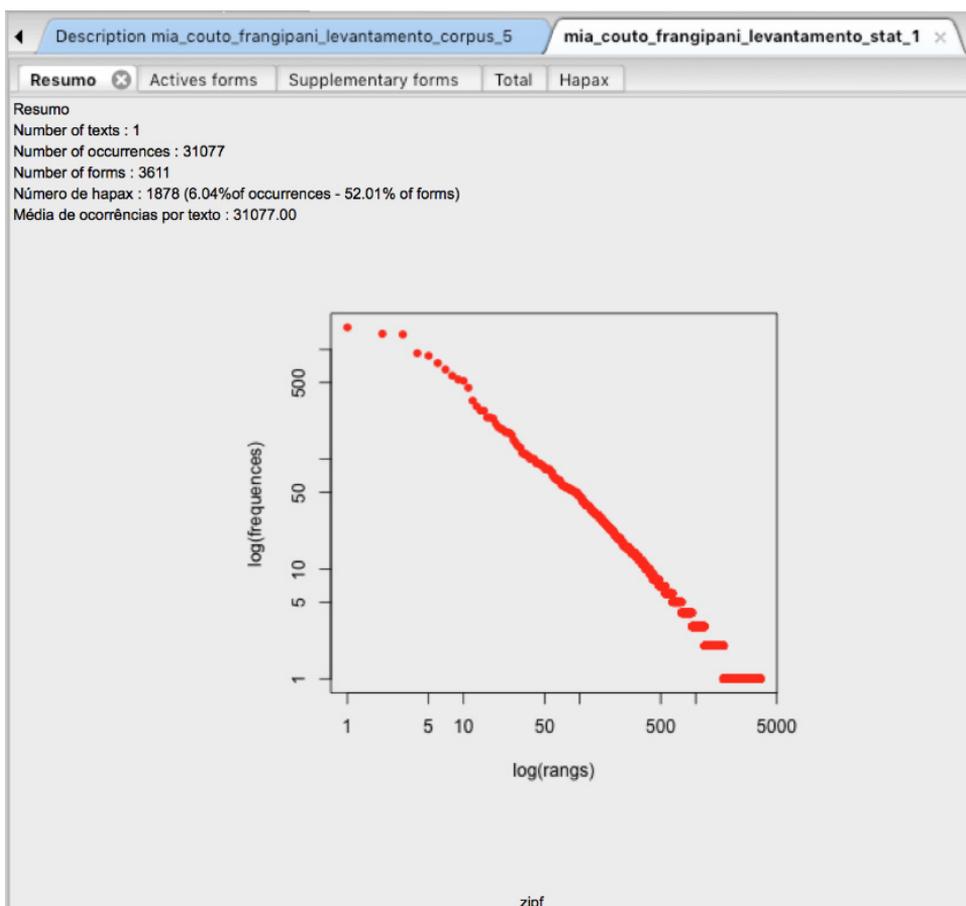


Tabela II – Diagrama de Zipf

Na janela *Actives Forms* estão listadas todas as palavras principais por ordem de ocorrência. A lista contém as palavras ativas (coluna Forma) com sua frequência de ocorrência (coluna Frequência) e suas categorias gramaticais coluna Tipo, com verbos, adjetivos, advérbios e substantivos (conforme Tabela III).

¹ Lei de potências que rege a importância, frequência e dimensão de elementos.

| Forma | Freq. | Tipos |
|-----------|-------|-------|
| velho | 185 | adj |
| saber | 150 | ver |
| ficar | 114 | ver |
| dizer | 112 | ver |
| querer | 108 | ver |
| mesmo | 99 | adj |
| só | 91 | adj |
| corpo | 83 | nom |
| deixar | 81 | ver |
| falar | 81 | ver |
| mão | 76 | nom |
| noite | 69 | nom |
| dar | 66 | ver |
| chegar | 65 | ver |
| vir | 65 | ver |
| morrer | 64 | ver |
| coisa | 60 | nom |
| polícia | 59 | nom |
| vida | 59 | nom |
| inspector | 57 | nom |
| izidine | 57 | nr |
| mundo | 57 | nom |
| marta | 56 | nom |
| nhonhoso | 56 | nr |
| mulher | 54 | nom |
| terra | 54 | nom |
| homem | 53 | nom |
| parecer | 53 | ver |
| vasto | 53 | adj |
| dia | 52 | nom |
| passar | 52 | ver |
| mar | 51 | nom |
| nãozinha | 50 | nr |
| olho | 50 | nom |

Tabela III – Formas ativas, frequência e tipos (parcial)

Na janela *Supplementary Forms* estão listadas por ordem de ocorrência todas as palavras suplementares encontradas no *corpus* (conforme tabela IV).

| Description mia_couto_frangipani_levantamento_corpus_5 | | | |
|--|---------------|---------------------|-------|
| Resumo | Actives forms | Supplementary forms | Total |
| Forma | Freq. | Tipos | Hapax |
| ser | 752 | ver_sup | |
| ir | 342 | ver_sup | |
| ter | 278 | ver_sup | |
| estar | 235 | ver_sup | |
| fazer | 129 | ver_sup | |
| ver | 112 | ver_sup | |
| haver | 101 | ver_sup | |
| poder | 101 | ver_sup | |
| tempo | 89 | nom_sup | |
| primeiro | 32 | adj_num | |
| dois | 24 | adj_num | |
| fim | 19 | nom_sup | |
| estado | 12 | nom_sup | |
| nome | 12 | nom_sup | |
| hora | 11 | nom_sup | |
| parte | 9 | nom_sup | |
| cima | 8 | nom_sup | |
| segundo | 7 | adj_num | |
| tentar | 7 | ver_sup | |
| ambos | 6 | adj_num | |
| eh | 6 | ono | |
| mil | 5 | adj_num | |
| trabalho | 5 | nom_sup | |
| seis | 3 | adj_num | |
| três | 3 | adj_num | |
| milhão | 2 | adj_num | |

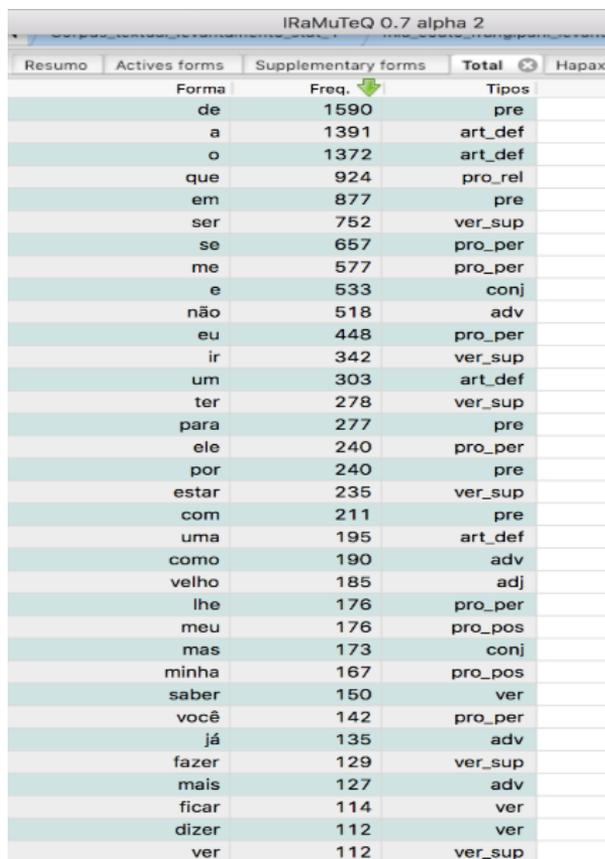
Tabela IV – Lista das Formas Suplementares (parcial)

Na janela *Hapax* estão todas as formas cuja frequência é igual a 1 (conforme tabela V).

| Forma | Freq. | Tipos |
|----------------|-------|-------|
| falecimento | 1 | nom |
| falatório | 1 | nom |
| face | 1 | nom |
| exílio | 1 | nom |
| expectativa | 1 | nom |
| exigência | 1 | nom |
| excesso | 1 | nom |
| eventualidade | 1 | nom |
| evento | 1 | nom |
| europa | 1 | nom |
| etnia | 1 | nom |
| estória | 1 | nom |
| estupefaciente | 1 | nom |
| estridência | 1 | nom |
| estremecimento | 1 | nom |
| estreia | 1 | nom |
| estranheza | 1 | nom |
| estrago | 1 | nom |
| estrada | 1 | nom |
| estimação | 1 | nom |
| esqueleto | 1 | nom |
| esquecimento | 1 | nom |

Tabela V – Lista Hapax (parcial)

Na janela *Total* aparecem todas as formas encontradas no *corpus*.



| Forma | Freq. | Tipos |
|-------|-------|---------|
| de | 1590 | pre |
| a | 1391 | art_def |
| o | 1372 | art_def |
| que | 924 | pro_rel |
| em | 877 | pre |
| ser | 752 | ver_sup |
| se | 657 | pro_per |
| me | 577 | pro_per |
| e | 533 | conj |
| não | 518 | adv |
| eu | 448 | pro_per |
| ir | 342 | ver_sup |
| um | 303 | art_def |
| ter | 278 | ver_sup |
| para | 277 | pre |
| ele | 240 | pro_per |
| por | 240 | pre |
| estar | 235 | ver_sup |
| com | 211 | pre |
| uma | 195 | art_def |
| como | 190 | adv |
| velho | 185 | adj |
| lhe | 176 | pro_per |
| meu | 176 | pro_pos |
| mas | 173 | conj |
| minha | 167 | pro_pos |
| saber | 150 | ver |
| você | 142 | pro_per |
| já | 135 | adv |
| fazer | 129 | ver_sup |
| mais | 127 | adv |
| ficar | 114 | ver |
| dizer | 112 | ver |
| ver | 112 | ver_sup |

Tabela VI – Lista Total Hapax (parcial)

De referir que na janela *Hapax*, que lista todas as formas cuja frequência foi igual a 1, estão presentes algumas “brinciações”¹ de palavras, um aspeto criativo e característico da escrita do autor moçambicano. O facto de certas palavras, mais concretamente os neologismos, aparecerem apenas uma vez na narrativa é indicador de que o autor tenta preservar a originalidade da sua linguagem, evitando a sua banalização.

O processo de criação e renovação do léxico, que surge por extensão ou reconfiguração de traços semânticos do léxico primitivo, é bastante extenso em *A Varanda do Frangipani*. Destarte, apenas se mencionam os mais significativos que consistem na associação de palavras aparentemente

¹ Brinciação (Couto 1996: 100, 123, 1553). A palavra “brinciação” surge pela primeira vez em *Terra Sonâmbula* (1996) de Mia Couto e é um dos inúmeros exemplos de recriação linguística do autor moçambicano.

distantes e sem aparente relação. Na tabela VII apresentam-se alguns exemplos de neologismos cuja frequência na narrativa é igual a 1 (*Hapax*).

| <i>Neologismo</i> | <i>Formação</i> | <i>A Varanda do Frangipani</i> |
|-------------------------|----------------------|---|
| Atarantonto | Atarantado+-tonto | Corri ao quarto de Izidine e o chamei. – Depressa, venha por aqui! Eles já aí estão. O homem, primeiro, me desconfiou, atarantonto .– Quem é você?(Couto 2006:148) |
| Tristonto | Triste+tonto | Até que engravidei. [...] [...] Me abri, honesta como um diário de adolescente. E lhe disse: – Vou tirar esta criança. [...] [...] Ela simplesmente se ajoelhou e encostou a palma da mão no meu ventre. [...] [...] Depois, tristonta , ela implorou: – Me entregue esse menino. (Couto 2006: 132-3) |
| Atrapalhaço | Atrapalhado+palhaço | De necessitado eu passava a necessário. Por isso me covavam o cemitério, bem fundo no quintal da fortaleza. Quando percebi até fiquei atrapalhaço . (Couto 2006: 14) |
| Esparramorto | Esparramado+morto | O certo é que os do helicóptero deram com o corpo de Excelência esparramorto nas rochas da barreira. Viram-no quando o aparelho se aproximava da fortaleza. (Couto 2006: 23-24) |
| Escorregatinhoso | Escorregar+gatinhoso | Há muito tempo, antes de vir para este asilo, fui enviada para um campo de reeducação. Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, escorregatinhosa em homens e garrafas.(Couto 2006: 130) |
| Inebrilhante | Inebriante+brilhante | A enfermeira dava corpo à visitadora de minhas noites na cubata. [...] [...] Marta me recordava essa visão inebrilhante . Como um bicho subterrâneo, a lembrança me cavava no peito um outro coração. (Couto 2006: 124) |
| Inesperado | Inesperado+parado | O mulato prosseguiu, sempre me abestinhando: Não tenha medo, velho rezingão. Amanhã já vou daqui embora. Fiquei surpreso, inesperado : o sacana nos deixava, assim? E de que maneira ele se retirava? Não acredita? (Couto 2006: 52) |
| Inflamejar | Inflamar+flamejar | - Estou quase para morrer, Nhonhoso. [...] [...] Estremeci ao escutar estas palavras. Aquele branco tinha sido tão companheiro dos últimos anos que eu me imaginava sem a existência dele. [...] [...] Mas não eram apenas receios que me assaltaram. Eu estava triste de inflamejar os olhos (Couto 2006: 65-6) |
| Crepuscalada | Crepúsculo+calada | Sobrei ali, crepuscalada , sem saber o que pensar. A quem eu, afinal, haveria de obedecer? [...] [...] Confusa, incapaz de tomar decisão fui dando andamento à minha barriga (Couto 2006: 135) |

Tabela VII – Exemplos de neologismos encontrados no *corpus* textual em *Hapax*

Conforme se pode verificar, a formação de novas palavras permite o alargamento do significado das mesmas assim como a possibilidade de diversos percursos para diferentes interpretações. A “escrevivência” de Mia Couto comunga assim com um “discurso novo, cuja novidade advém fundamentalmente da conjugação de aspetos como: o léxico (re)recriado [...] que traduz uma ruptura fundamental na legibilidade da língua e que orienta a leitura e governa a interpretação do texto” (Cavacas 2015: 131). Além da (re)criação de léxico, Fernanda Cavacas refere, em *Mia Couto: Um moçambicano que diz Moçambique em Português* (2015), que o autor recorre a uma utilização constante de elementos da tradição oral, ou seja, apoia-se “sistematicamente (...) [na] seiva fecundadora da(s) cultura(s) da terra da infância, procurando [...] a unidade e reconhecimento característicos da identidade” (Cavacas 2015: 133).

O autor dá especial relevo à flora local na narrativa aqui em estudo, nomeadamente ao: canhoeiro, frangipani, hacata, mafurreira e à *nkakana* (herbácea); e à fauna moçambicana, principalmente ao *muchém* (termiteira) e o *halakavuma* (pangolim). A sua escrita, mediadora de mundos, permite desvendar universos desconhecidos através da incorporação de palavras oriundas das outras línguas que compõem o seu mosaico linguístico. Atravessadas por um passaporte e empurradas para outros “aléns,” vão possibilitando o alcance de outras margens.

A título de exemplo, a tabela VIII apresenta algumas palavras que veiculam a cultura e identidade moçambicanas.

| <i>Palavras de origem moçambicana</i> | <i>A Varanda do Frangipani</i> | <i>Significado</i> |
|---------------------------------------|--|--|
| Xipoco | - “fiquei em estado de xipoco, essas almas que vagueiam de paradeiro em desparadeiro” (Couto 2006: 12) - “Mas um xipoco que reocupa o seu antigo corpo arrisca perigos muito mortais” (Couto 2006: 15) - “Você irá exercer-se como um xipoco” (Couto 2006: 16) | - Fantasma |
| Xicuembo | - “Não ascenderei nunca ao estado de xicuembo, que são os defuntos definitivos, com direito a serem chamados e amados pelos vivos” (Couto 2006: 12) | - Antepassado |
| Halakavuma | - “Há alguém que desconheça os poderes deste bicho de escamas, o nosso halakavuma?” (Couto 2006: 15) | - Animal coberto de escamas (pangolim) |
| Machamba | - “Agora que o país era uma machamba de ruínas” (Couto 2006: 15) | - Terreno de cultivo |

| | | |
|---------|--|----------------------|
| Muchém | - “meu corpo assentava sobre areia que haviam retirado de um morro de muchém” (Couto 2006: 17) | - Formigas, termitas |
| Cacimbo | - “o luto se estendia por todas as aldeias como um cacimbo espesso” (Couto 2006: 18) | - Neblina espessa |

Tabela VIII – Exemplo de palavras de origem moçambicana mencionadas em *A Varanda do Frangipani*

No glossário da narrativa o autor explica o significado destas e de outras palavras, exteriorizando que Moçambique tem “uma identidade própria entre identidades múltiplas” (Couto 2009: 25).

Tendo em vista a exploração da análise já realizada, apresenta-se uma Análise Estatística Textual Suplementar, de forma a obter mais informação sobre a estatística executada anteriormente.

3.3. Análise estatística textual suplementar

Um menu de opções suplementares (formas associadas e concordância) fica visível a partir de um clique com o botão do lado direito do rato. Esta análise suplementar permite verificar os termos que estão associados a cada palavra e ainda constatar onde cada palavra ocorre dentro dos segmentos de texto (concordância). A título de exemplo, escolheu-se a palavra “morte”.

A palavra “morte”, aparece no *corpus* 46 vezes e está associada às palavras morte (singular) e mortes (plural), conforme exemplificado na Tabela IX – Formas associadas a palavras relacionadas com morte. Uma característica que merece ser salientada é que este *software* se baseia na técnica de pesquisa de palavras, “lemas”, ignorando tempos verbais, género, plural e afins. Nesta opção, o *software* IRaMuTeQ projeta diversas variações para uma mesma palavra nas execuções a que for submetido. Os adjetivos, substantivos e verbos são reduzidos às suas raízes a partir da execução dos recursos disponibilizados pelo *software* em questão.

| <i>Palavras relacionadas com morte</i> | <i>Frequência</i> | <i>Formas Associadas</i> | <i>Frequência</i> | <i>Concordância Segmentos texto (*)</i> | <i>Total</i> |
|--|-------------------|--------------------------|-------------------|---|--------------|
| Morte | 41 | Mortes | 5 | - aqui em diante vou dormir mais quieto que a morte - me custa ir cumprindo tantas pequenas mortes essas que apenas nós notamos na íntima obscuridade de nós | 46 |

| | | | | | |
|--------------|----|--|------------------------|---|-----|
| Morto | 18 | Mortos Morta Mortas | 17 2 1 | - sou o morto se eu tivesse cruz ou mármore neles estaria escrito Ermelindo_Mucanga - os mortos devem ter a discrição de ocupar pouca terra - um bafo de coisa morta com uma das mãos fez parar - depois de mortas se reduzem a ínfima ninharia | 38 |
| Matar | 12 | Matou Matei Matara Mataram Matamos | 10 3 3 2 1 | - o verdadeiro crime que está a ser cometido aqui é que estão a matar o antigamente - quem matou o director foi o velho português - porque eu mesma matei o mulato - pensavam que matara meu pai para ficar com o marido - mataram um grande lá no asilo - assassinei o director do asilo [...] nunca sabemos o motivo quando matamos por paixão | 31 |
| Sepultar | | Sepultaram Sepultados | 2 1 | - no lugar onde o sepultaram se escutam zumbidos de moscas vindos das profundezas da terra - as minhas lembranças são seres morridos sepultados não em terra mas em água | 3 |
| Falecido | 7 | Falecidos | 5 | - até eu falecido veterano conto sabedoria pelos dedos - nesse tempo era interdito às crianças verem os falecidos | 12 |
| Tumba | 2 | ----- | ----- | - me sepultaram com minha serra e o martelo não o deviam ter feito nunca se deixa entrar em tumba nenhuns metais os ferros demoram mais a apodrecer que os ossos do falecido | 2 |
| Total | | | | | 252 |

Tabela IX – Formas associadas a palavras relacionadas com “morte”¹ (parcial)

¹ e alguns dos segmentos de texto onde as mesmas se inserem. Os segmentos de texto foram transcritos tal como aparecem no programa (sem pontuação) e com os vocábulos realçados na cor vermelha; apenas foi transcrito um segmento (incompleto) de texto por palavra para evitar uma tabela muito extensa.

(*) Havendo grande quantidade de ST em algumas palavras, apenas se inseriu aleatoriamente um ST na tabela.

Nesta amostra representativa de 252 ST (segmentos de texto), da narrativa de Mia Couto, é possível observar que o tema da morte é hegemónico. A presença da morte na narrativa é reflexo do contexto histórico e social africano, marcado por desastres naturais, pelo colonialismo, por sucessivas guerras, momentos de crise e da poluição individual e coletiva. Também reflete a cosmovisão tradicional moçambicana, que tem no seu centro a crença que os mortos estão omnipresentes na vida dos vivos, orientando-os nas decisões diárias, desde que sejam cumpridos todos os rituais. A interação entre os vivos e os mortos tem uma dupla dimensão, é também representativa do diálogo entre o presente e o passado e a modernidade e tradição.

3.4. Classificação hierárquica descendente (Chd)

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma análise que visa obter classes de segmentos de texto (ST) que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si. O *software* organiza a análise de dados do *corpus* num dendograma da CHD, que apresenta as partições que foram feitas no *corpus* e ilustra as relações entre as classes. Esta análise é baseada na proximidade léxica e na ideia que as palavras usadas em contexto semelhante estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou de representação. Este tipo de análise também permite a visualização dos segmentos de texto de cada classe, identificando-os pelas cores das classes.

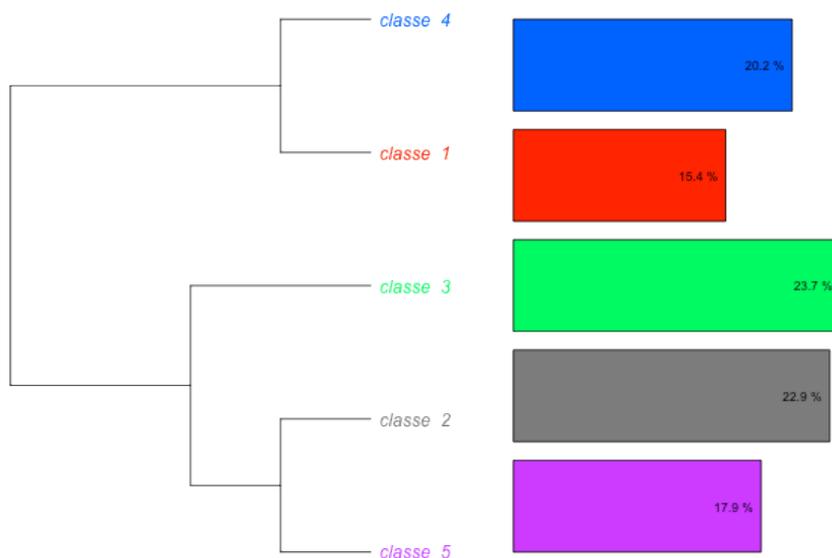


Tabela X – Dendograma da CHD d'*A Varanda do Frangipani*

Na interface de resultados aparece (ao fim de dez segundos) a classificação do corpus na CHD. Observa-se no canto superior do ecrã a seguinte classificação: 904 Segmentos de Texto (ST), 31077 ocorrências, 6020 formas, um total de 6311 lemas¹ e 5 clusters/classes. A quantidade de segmentos de texto (ST) classificados representam 69,14% de um total de 904 ST, isto é, foram aproveitados para esta análise um total de 625 ST.

De acordo com Alcione Bueno, em *Uma análise por meio do software iramuteq de teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2017 com a temática filmes comerciais no ensino de ciências* (2018), “para a análise de CHD, é necessário ter um percentual de aproveitamento de no mínimo 70% de ST pelo IRaMuTeQ, tendo em vista que se a retenção for menor que esta, o *corpus* não é representativo para este tipo de análise, ou que o conteúdo do corpus é muito diversificado, não permitindo hierarquizá-los” (2018: 63). Neste sentido, e de acordo com a afirmação de Bueno (2018), a análise CHD de *A Varanda do Frangipani* (2006) está dentro da percentagem que é aceitável no aproveitamento de ST.

A partir do *software* ainda é possível extrair as palavras que formam cada Classe e, a partir delas, investigar quais ST formam a Classe, permitindo investigar e inferir proposições entre elas, bem como interpretar as relações existentes entre os ST e o *corpus* total.

O dendograma da Tabela X é representativo do número de classes constituídas (clusters) a partir do corpus e deve ser lido da esquerda para a direita. Observa-se, assim, uma partição em 2 subcorpus obtendo-se a classe 3 (verde) com 23,7% de ST e num segundo momento um subcorpus dividido em dois, dando origem às classes 2 (cinzento) com 22,9% de ST e 5 (roxo) com 17,9% de ST de um lado e, do outro, as classes 4 (azul) com 20,2% ST e 1 (vermelho) com 15,4% ST. O IRaMuTeQ organiza os ST dentro das classes de acordo com a relevância que os vocábulos têm para essa classe.

A Tabela XI, que a seguir se apresenta, mostra a classificação segundo a distribuição do vocabulário. Nesta tabela é possível visualizar as palavras que obtiveram maior percentagem quanto à frequência média entre si. No sentido de compreender cada grupo para depois o analisar e nominar foram necessárias algumas releituras. Só depois da análise e extração de significados é que foi possível observar que a classe 3 (verde) é composta por algum léxico característico de Moçambique (ver tabela VII). As palavras “voz”, “escrever”, “carta”, “escutar” e “palavra” referem-se ao facto de a oralidade andar de mãos dadas com a escrita, conforme já foi referido anteriormente.

¹ Palavras na forma reduzida. Une as flexões do verbo.

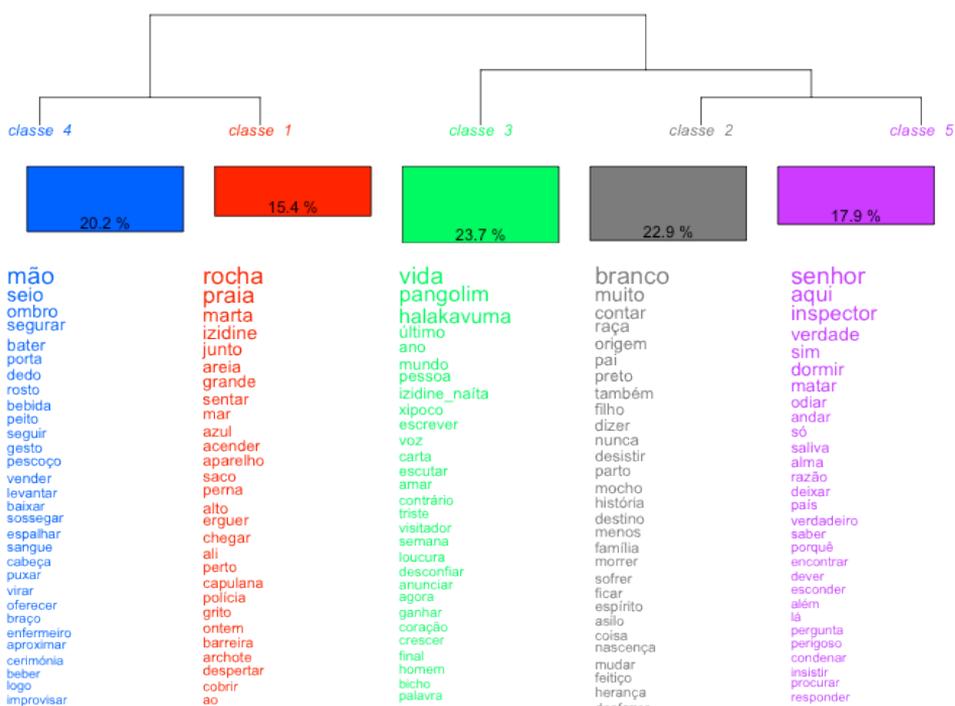


Tabela XI – Dendograma da narrativa segundo distribuição do vocabulário

A escrita é um exercício de memória que permite viajar entre mundos e, ao preservar os valores da oralidade, assume uma forma de resistência à modernidade, mantendo as tradições vivas. A este cluster, o mais significativo dos apresentados (23,7%), atribui-se o nome de “Tradição Viva”, pelo facto do autor recorrer a uma intensificação da oralidade como forma de manifestação da moçambicanidade. Mia Couto recorre à língua portuguesa mesclando-a com vocábulos e expressões das línguas locais moçambicanas (tendo a origem bantu como fonte principal) para evitar o apagamento da cultura e tradição africanas.

À classe 2 poder-se-ia chamar de “Heranças Coloniais”. A palavra “branco” (o colonizador, o outro, o estranho) domina na primeira linha, em detrimento do (dominado) “preto” (indígena, colonizado). A questão de raça, imposta pelo colonialismo, está evidente nas palavras “sofrer”; “desistir”; “história”; “destino” e “herança”. De referir que a luta e denúncia contra as chagas da guerra (colonial e civil) “que engole os mortos e devora os sobreviventes” (Couto 2006: 127) e a perda de respeito pela tradição (nomeadamente a ancestralidade) são temas predominantes da narrativa de Mia Couto.

A classe 4 é composta pelas palavras “mão”; “seio”; “ombro”; “dedo”;

“gesto”; “pescoço”; “cabeça”; “braço” entre outras, representativas da linguagem corporal. A este cluster foi dado o nome de “Práticas da Cultura Corporal”, pois são observâncias possuidoras de sentidos e significados próprios dentro de cada cultura. Pode-se ainda indicar que durante a leitura da obra aparecem descritos indícios de gestos desconfiados, de olhares enviesados, de pedidos de atenção, de desafio, entre outros, em que a descrição dessa linguagem corporal/gestual intimida mais do que a própria palavra.

A classe 5 revela, no seu conjunto de palavras, embates de pensamentos na procura incessante pelos direitos e valores negados. “Memórias Sociais”, o nome escolhido para esta classe que representa um aglomerado de emoções de diversa natureza, sendo muitas delas contraditórias. As palavras “encontrar”, “esconder”; “verdade”; “razão”; “saber”; “matar” e “odiar” estão intimamente relacionadas com emoções e lembranças (espontâneas, impostas ou retidas no passado).

Pode-se verificar que a narrativa do escritor moçambicano é apoiada em memórias calcadas pela afirmação de identidade; a partir delas as personagens apresentam acontecimentos e descrevem a paisagem cultural e social de Moçambique, principalmente os encontros culturais da colonização, guerra e corrupção (negócio de armas).

Por fim, a classe 1 ilustra, a partir do léxico apresentado, o espaço/local/território onde a ação decorre. A esta classe poder-se-á chamar de “Moçambique.” A projeção do espaço geopolítico de Moçambique torna-se evidente através do uso de metáforas ao longo de toda a narrativa. A varanda, o frangipani, a Fortaleza, a velhice, o asilo, são símbolos que permeiam toda a narrativa. A varanda, que nomeia a narrativa, é um espaço da paisagem que por sua vez interceta o interno do externo, propiciando uma vista e vislumbre do horizonte, como um olhar de esperança para o futuro, já que para o autor “minha nação é uma varanda” (Couto 2006: 50). A árvore frangipani evoca a ideia de ciclo, do passar do tempo, a queda da folha (morte), florescer (renascer), um símbolo do renascimento, o útero da vida e esperança. A Fortaleza de São Nicolau é um espaço que foi erguido pelos portugueses durante a colonização e que mais tarde foi utilizada como “prisão que encarcerava os que combatiam contra os portugueses” (Couto 2006: 13). Com a independência, o local foi transformado num asilo para velhos, rodeado de minas, tornando-se numa “fracaleza” (Couto 2006: 22) decadente e abandonada, tal como a sociedade moçambicana. A velhice simboliza a sabedoria, o acúmulo de experiências e é representativa da tradição e cultura porque os idosos são o “chão desse mundo” de memórias (Couto 2006: 78).

A narrativa assenta numa dimensão plurissignificativa onde o forte é o asilo que é uma prisão (rodeada de minas e cercada pelo mar), a árvore é o morrer e renascer, o galpão do asilo que foi capela transformou-se em caverna de morcegos e depois metamorfoseou-se em “buraco sem fundo, um vão no vazio, um oco dentro do nada” (Couto 2006: 143). Estas pluri-significâncias entre o real e o ficcional ajudam a compreender o mundo particular que é Moçambique.

3.5. Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) é um recurso adicional fornecido pelo *Software* IRaMuTeQ que ilustra uma representação gráfica num plano cartesiano. Esta análise apresenta a distância e proximidade das classes e do vocabulário e cada plano é apresentado em concordância com a percentagem de cada classe/cluster (ver percentagens na tabela anterior).

Na Tabela XII é possível observar as palavras que compõem cada classe e a sua relevância (maior tamanho mais relevância) dentro de cada classe do *corpus*, assim como a proximidade/distância entre elas. Através das classes provenientes da CHD é possível analisar a inter e intrarelacão de cada classe no plano cartesiano, assim como a sua incidência no *corpus*. Evidencia-se, ainda, que cada uma das classes se encontra num plano cartesiano diferente, mantendo-se apenas no mesmo plano a classe 2 e a classe 5, o que significa que esta última, referente às “Memórias Sociais” está intimamente ligada à classe 2, referente às “Heranças Coloniais”. A classe 5 também perpassa e adentra para os outros planos das outras classes, mostrando que os conteúdos das classes estão próximos. O cruzamento das classes e do vocabulário no gráfico permite verificar que a classe 3, referente à “Tradição Viva”, apesar de conter mais ST (23,7%), demonstra que a narrativa gira em torno da tradição, apesar de ser a que mais se afasta do eixo e se ramifica para pontos mais periféricos, simboliza os valores tradicionais que se têm vindo a afastar / perder.

Cultura e tradição convergem em *A Varanda do Frangipani*, obra publicada em 1996, sob os auspícios de uma paz imperfeita. A obra é construída em torno da procura da verdade sobre a morte misteriosa de Vasto Excelência, diretor do asilo situado na Fortaleza de São Nicolau, em Moçambique, no período após a guerra civil. A morte por explicar é, ao mesmo tempo, a morte da própria cultura da nação moçambicana que corre o risco de desaparecer no esquecimento, ou seja, o grande crime a ser desvendado é, na realidade, o da ameaça à cultura (tradicional) moçambicana, cujos valores correm o risco de ser silenciados e apagados pelas novas gerações influenciadas pela globalização.

Ermelindo Mucanga, um carpinteiro falecido em 1975¹, é um dos narradores de *A Varanda do Frangipani*. Por estar longe da sua terra, não recebeu as devidas cerimónias fúnebres, sendo enterrado perto de uma árvore, longe da sua família e da sua comunidade: “Sem ter sido cerimoniado acabei um morto desconhecido da sua morte. Não ascenderei nunca ao estado de xicumbo, que são os defuntos definitivos, com direito a serem chamados e amados pelos vivos. Sou desses mortos a quem não cortaram o cordão desumbilical. Faço parte daqueles que não são lembrados.” (Couto 2006: 12). Num estado de “xipoco” (fantasma) recebeu conselhos do *Halakavuma*², animal mítico, considerado um mensageiro dos mortos, capaz de prever o futuro, para “remorrer”. Ermelindo assume com naturalidade a sua relação com o pangolim:

Que poderia eu fazer, fantasma sem lei nem respeito? Ainda pensei reaparecer no meu corpo de quando eu era vivo, moço e felizão. Me retroverteria pelo umbigo e surgiria, do outro lado, fantasma palpável, com voz entre os mortais. Mas um xipoco que reocupa o seu antigo corpo arrisca perigos muito mortais: tocar ou ser tocado basta para descambalhotar corações e semear fatalidades. Consultei o pangolim, meu animal de estimação. Há alguém que desconheça os poderes deste bicho de escamas, o nosso halakavuma? Pois este mamífero mora com os falecidos. Desce dos céus aquando das chuvadas. Tomba na terra para entregar novidades ao mundo, as proveniências do porvir. Eu tenho um pangolim comigo, como em vida tive um cão. Ele se enrosca a meus pés e faço-lhe uso como almofada. Perguntei ao meu halakavuma o que devia fazer (Couto 2006: 15).

¹ Moçambique tornou-se independente em 25 de junho de 1975.

² O pangolim possui um valor sociocultural elevado, sendo associado a mitos diversos na cultura moçambicana.

Neste sentido, teria de se “instalar” no corpo de um “vivente”, no inspetor da polícia, Izidine Naíta, que vinha da capital para investigar a morte do diretor de um asilo de idosos situado na Fortaleza de São Nicolau. De referir que Izidine é uma personagem representativa do mundo moderno, foi educado segundo padrões ocidentais, que se foram afastando dos valores tradicionais moçambicanos.

A guerra civil na presença do fantasma “xipoco” é a grande responsável, que apesar de já ter terminado, ainda permanece viva na memória coletiva do povo. Neste contexto, Mia Couto refere-se à descaracterização e ao vazio cultural imposto pela colonização e pela guerra civil, assim como pelas ideias importadas pela via da globalização que levaram ao atual confronto entre a tradição e a modernidade. Entre os diferentes níveis de registos de escrita e dinâmicas linguísticas inéditas, contaminadas pela oralidade e alguma carnavalesca de circunstâncias, o autor procura resgatar as raízes culturais e cimentar o sentimento de pertença, de identidade cultural nacional.

A escolha da designação dos cinco *clusters*, “Tradição Viva”, “Herança Colonial”, “Práticas da Cultura Corporal”, “Moçambique”, “Memórias Sociais” baseou-se na leitura do dendograma da narrativa e na informação recolhida sobre esta obra de Mia Couto, nomeadamente as interpretações possíveis em torno dos “temas” que se destacam na narrativa e na escrita do autor.

A espiritualidade é um tema que aparece retratado em *A Varanda do Frangipani* de Mia Couto. No início da narrativa, a personagem Ermelindo Mucanga explica como acabou morto e desencontrado com a morte: “Como não me apropriaram funeral fiquei em estado de xipoco, essas almas que vagueiam de paradeiro em desparadeiro. Sem ter sido cerimoniado acabei um morto desencontrado da sua morte. Não ascenderei nunca ao estado de xicuembo, que são os defuntos definitivos, com direito a serem chamados e amados pelos vivos” (Couto 2006: 12).

O sobrenatural, omnipresente nas narrativas de Mia Couto, reflete as crenças e valores das comunidades tradicionais. É nessa lógica “às avessas” assente num “contexto onírico em que o maravilhoso e a fantasia tomam as rédeas da narrativa um universo mágico recuperando um imaginário tradicional que, afinal, não está irremediavelmente morto, e cobrindo os acontecimentos de um manto diáfano que permite a sua interpretação simbólica e metafórica” (Ferreira 2007: 103) que fica evidente, e de forma pertinente, na fuga dum quotidiano retratado como trágico e desumano. Através do imaginário, o escritor transcende a realidade trágica tornando-a

suportável. O desembrulhar de memórias asfixiadas é uma forma de as trazer para o presente e futuro, edificando identidades outrora silenciadas.

De um lado da margem estão os mortos, o passado, a tradição, a oralidade e o esquecimento aliado à descaracterização identitária; do outro estão os vivos, o presente, a modernidade, a escrita e as memórias. Mia Couto dá a conhecer que uma nação só se constrói com conhecimento na herança cultural que faz a ligação do passado com o presente e o futuro.

São muitas as palavras presentes na narrativa que podem ajudar a determinar as características sociais e culturais moçambicanas, e a explorar as divergências e/ou aparências numa realidade mascarada, como a de Moçambique. A criatividade lexical de Mia Couto é quase ilimitada e reflete a língua como veículo que permite a identificação de um grupo com a sua cultura. O autor utiliza um discurso híbrido, misturando o português europeu com o português de Moçambique e outras palavras de línguas locais moçambicanas, acrescentando-se a isto a criatividade linguística que se manifesta na formação de novas palavras e de novos significados, mas que enriquecem a escrita com novas “escrevivências”¹.

Considerações finais

Pode-se inferir que o uso do *software* IRaMuTeQ, como apoio à análise de informação qualitativa, pode facilitar a organização e a análise dos dados, bem como a elaboração dos resultados de pesquisa relacionando-os por semelhança ou analogia. O resultado, no entanto, é influenciado pela leitura do investigador, do conhecimento que possui do assunto em análise e da forma como utiliza o *software*. De referir ainda que este tipo de análise oferece vantagens, sobretudo na otimização do tempo de gestão de uma grande quantidade de dados, mas também porque permite enriquecer a leitura e interpretação da obra a partir da associação de palavras disponíveis nas nuvens dos clusters formados.

Esta análise da obra permitiu radiografar o *corpus* lexical, destacando aspetos identitários centrados em reconhecimento e valores da cultura moçambicana. São muitas as palavras presentes na narrativa que podem ajudar a determinar as características sociais e culturais moçambicanas, e a explorar as divergências e/ou aparências numa realidade mascarada, como a de Moçambique. A criatividade lexical de Mia Couto é ilimitada, provando

¹ Termo cunhado por Conceição Evaristo (2008) para descrever a sua experiência literária em que “a escrita e o viver se con(fundem)” (Evaristo 2009: s/p).

que a língua é um fator cultural que transmite a identidade cultural e memória coletiva de um grupo ou comunidade.

A partir dos resultados apresentados, foram-se adaptando e cruzando as referências teóricas conforme as necessidades de validação de cada resultado. Neste processo, as representações visuais geradas pelo software foram de grande valia, pois proporcionam a observação das relações entre o diferente vocabulário da narrativa e os segmentos de texto nele inserido, facilitando assim a organização, interpretação e análise dos dados e, conseqüentemente, a inferência de resultados.

As palavras-chave identificadas durante a análise levaram à criação de uma nuvem de palavras para cada um dos cinco *clusters* criados: “Tradição Viva”, “Herança Colonial”, “Práticas da Cultura Corporal”, “Moçambique”, “Memórias Sociais”. Os cinco clusters representam temas recorrentes na obra em análise, e foram construídos a partir das palavras que mais se evidenciaram. As nuvens permitem ver quais os vocábulos que se destacam e a ligação entre os mesmos, facilitando as leituras da obra e realçando as palavras-chave dos *clusters*. As palavras variam de tamanho reforçando as ideias chave, ou seja, quanto maior a palavra mais se reforça o que ela representa no contexto da obra. Isso fica evidente nos diferentes clusters, com a nuvem a reforçar de forma mais ilustrativa o que é apresentado anteriormente no dendograma da narrativa com a distribuição do vocabulário.

Pode-se assim concluir que, ao longo da narrativa, Mia Couto vai mostrando a necessidade de dar a conhecer um país que acredita na ancestralidade, na sua magia, e que na presença desse mundo estão as raízes e acontecimentos que definem Moçambique. Demonstrou-se que essa redescoberta se faz pela recuperação de memórias, através da escrita apoiada na oralidade, que o autor procura e que partilha com os seus leitores de forma a dar a conhecer a tradição, integrando-os na construção do presente e do futuro. A escrita representativa da modernidade, aliada à oralidade (tradição), assume uma função didática e moralizadora da narrativa, simbolizando a união entre as diferentes culturas que habitam o mesmo espaço. A análise mostra a conciliação entre os diferentes mosaicos culturais, entre o passado e o presente, a tradição e a modernidade, o visível e o invisível, abrindo as portas da realidade moçambicana ao hibridismo e diversidade cultural que caracteriza essa sociedade.

O único meio de resgatar a existência da miséria, do desenraizamento e da fragmentação identitária é sair da sombra da opressão colonial, é ganhar voz e construir um futuro.

No caso d'A Varanda do Frangipani, o morto que regressa à vida noutra corpo pressupõe a sobrevivência, a recuperação da identidade, que durante anos foi ignorada e silenciada por discursos dominantes. A procura da verdade (sobre quem matou o diretor do asilo) é representativo da procura da verdadeira essência da moçambicanidade. No entanto, a morte dos idosos, simboliza a morte de uma cultura, de uma tradição. A própria sobrevivência da comunidade, no que refere à perda de identidade, fica ameaçada. Por consequência, o tratamento das crenças africanas sobre a morte constitui, em Mia Couto, uma forma de afirmação de identidade que tem como ponto de partida a recuperação do passado e dos modos de vida tradicionais.

De referir ainda que os velhos da narrativa, que pela lei da vida já se encontram mais perto da morte, podem ser considerados como os “vivos mortos”, esquecidos, desconsiderados, abandonados e marginalizados pela sociedade. Mas são estes “vivos mortos” que são os guardiões do conhecimento tradicional histórico, os tradutores de heranças culturais, que podem ajudar a reerguer e reconstruir a identidade de uma nação que sofreu um desmembramento cultural.

Por ser um *software* com pouca divulgação e alguma complexidade, ainda há pouca recorrência ao mesmo, principalmente no que refere a trabalhos académicos, não tendo sido encontrada nenhuma investigação no âmbito dos Estudos Culturais durante a pesquisa documental efetuada para este trabalho. A utilização do software no âmbito deste trabalho permitiu cruzar os resultados obtidos com a bibliografia consultada para uma leitura da obra à luz dos clusters e seus conteúdos.

Referências bibliográficas

Altuna, Raul Ruiz de Asúa (2014): *Cultura Tradicional Bantu*. Prior Velho: Paulinas Editora.

Brugioni, Elena (2009): *Mia Couto, o contador de estórias ou a travessia da interpretação da Tradição*. Tese de Doutoramento. Instituto de Letras e Ciências Humanas: Universidade do Minho. Internet. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9514/4/tese%20final.pdf> (consultado em 15.11.2019).

Bueno, Alcione (2018): *Uma análise por meio do software iramuteq de teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2017 com a temática filmes comerciais no ensino de ciências*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Internet. Disponível em <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2748/4/Alcione%20Jose.pdf> (consultado em 20.11.2019).

Camargo, Brigido & Justo, Ana (2013^a): “IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais”. In: *Temas em Psicologia*. Vol. 21, nº 2. 513-518. Internet. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf> (consultado em 12.11.2019).

----- (2013^b): *IRaMuTeQ: Tutorial para uso do software de análise textual*. Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil. Internet. Disponível em <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais> (consultado em 12.11.2019).

Cavacas, Fernanda (2015): *Mia Couto - Um moçambicano que diz Moçambique em Português*. Lisboa: Clássica Editora.

Couto, Mía (2005): “Entrevista com Mía Couto”. Entrevista concedida Vera Maquêa. In: *Via Atlântica*. Nº 8 dezembro. Moçambique: Maputo: 205-217. Internet. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/291600330_ENTREVISTA_COM_MIA_COUTO(consultado em 20.11.2019).

Couto, Mía (2006): *A Varanda do Frangipani*. Lisboa: Editorial Caminho.

----- (2009): *E se Obama fosse africano? Interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho.

----- (1996): *Terra Sonâmbula*. Lisboa: Editorial Caminho.

Evaristo, Conceição (2009): “Conceição Evaristo por Conceição Evaristo”. Depoimento no I Colóquio de Escritoras Mineiras. Belo Horizonte, maio de 2009. Internet. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/%E2%80%A6/188-conceicao-evaristo> (consultado em 02.03.2021).

Evaristo, Conceição (2008): “Escrivências da afro-brasilidade: história e memória”. *Revista Releitura*, Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, n. 23, novembro.

Ferreira, Ana Maria (2007): *Traduzindo mundos: Os mortos na narrativa de Mia Couto*. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro. Internet. Disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/2869/1/2007001353.pdf> (consultado em 20.11.2019).

Hall, Stuart (2003): *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Matusse, Gilberto (1998): *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba kA Khosa*. Tese de doutoramento. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Moraes, Roque (1999): *Análise de conteúdo*. In: *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37.7-32. Internet. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf (consultado em 28.11.2019).

Neumann, Birgit (2016): “A representação literária da memória”. In: Fernanda Mota Alves, Luísa Afonso Soares, Cristiana Vasconcelos Rodrigues (orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e análise Cultural*. Ribeirão: Edições Húmus: 267-278.

Nunes, Juliane Vargas, Woloszyn, Maíra, Gonçalves, Berenice Santos e Pinto,

Marli Dias de Souza (2017): “A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados: uma investigação a partir de exemplos”. In: *Revista Fronteiras – Estudos Mediáticos*. 19 (2). maio/agosto. Unisinos:233-244. Internet. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2017.192.08> (consultado em 25.11.2019).

Nunning, Ansgar (2016): “A ‘verdade da memória’ e o ‘frágil poder da memória’: A literatura como meio de explorar ficções e enquadramentos de memória”. In: Fernanda Mota Alves, Luísa Afonso Soares, Cristiana Vasconcelos Rodrigues (orgs.). *Estudos de Memória: Teoria e análise cultural*. Ribeirão: Edições Húmus: 219-244.

Rodrigues, Casimiro (2011): “Várias Educações, Múltiplas Representações”. In: *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura Séculos XV a XXI. Centro de História Além-Mar (CHAM)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa e Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 291-308.

Thiong’o, Ngũgĩ Wa (1993): *Moving to the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms* Nairobi, Kenya: English Press Lda.

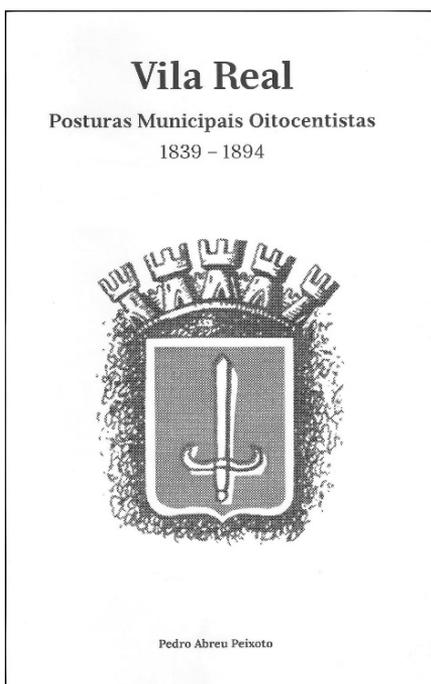
RECENSÕES

Pedro Abreu Peixoto: *Vila Real. Posturas Municipais Oitocentistas – 1839-1894*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, janeiro de 2015, 208 pp.

Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD)

“Que o português médio conhece mal a sua terra – inclusive aquela que habita e tem por sua em sentido próprio – é um facto que releva de um mais genérico comportamento nacional, o de viver mais a sua *existência* do que *compreendê-la* [...] esse comportamento é responsável pelo penoso e já antigo sentimento que no século XIX foi quase lugar-comum dos seus homens mais ilustres, de que estamos ausentes da nossa própria realidade.”

Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, 1978



Num tempo de novas políticas – o triunfo do Liberalismo e o início da Monarquia Constitucional – assiste-se a mudanças profundas e, particularmente, a sucessivas reformas da administração pública, motivadas pelas oscilações políticas e pelo ambiente económico.

A monarquia constitucional fundou novas bases administrativas no país, em particular a organização de competências e tutelas, bem como o tecido jurídico civil e criminal.

De facto, seria no século XIX que se reformaria o *Regimento dos Ofícios das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos*, de 1504, ordenado depois nas Ordenações Manuelinas e Filipinas.

Por toda a Época Moderna, os concelhos eram geridos por juízes ordinários, segundo previsto no Regimento de 1504, com competências alargadas que iam dos caminhos, fontes, chafarizes, calçadas, paços ou baldios até à aprovação de posturas, taxas ou realização de despesas.

O Estado Liberal vai proceder a alterações profundas no que tange o exercício do poder nos municípios, seguindo uma lógica centralizadora – os poderes municipais serão progressivamente submetidos ao poder central – que várias reformas legislativas vão regulamentar.

A Constituição de 1822 (27 de julho), revolucionária, entregou o governo municipal a vereadores eleitos (o mais votado presidia) e a um procurador e escrivão que tinham a responsabilidade em termos de elaboração das posturas municipais, a saber, promoção da agricultura, comércio, indústria, saúde pública, feiras e mercados, ensino primário, hospitais, obras particulares, obras públicas e gestão das contribuições dos munícipes.

Em 1832 (Decreto nº 23 de 16 de maio), Mouzinho da Silveira, seguindo o modelo francês, vai alterar radicalmente a governança do país:

- províncias: dirigidas por prefeitos
- comarcas: dirigidas por subprefeitos
- concelhos: provedores de nomeação régia

Junto dos provedores funcionavam as câmaras municipais e os eleitos, agora transformados em órgãos meramente consultivos, já que o poder executivo cabia àquela. A reforma de Mouzinho da Silveira instituirá a obrigatoriedade de documentação escrita, que circulará entre os vários poderes.

Durou pouco esta reforma administrativa; logo em 1835, o provedor será substituído por um administrador do concelho, com redução da sua carga executiva e, em 1836, (com o Setembrismo) Passos Manuel foi o responsável por nova reforma administrativa que dividia (pela primeira vez) o país em distritos (com os seus administradores gerais e juntas administrativas), concelhos (com administradores e Câmara Municipal) e freguesias (com um regedor, paróquia e junta de freguesia).

É neste quadro administrativo que surge, em 5 de setembro de 1839, o 1.º código de posturas municipais de Vila Real, com 81 artigos e intitulado “Acórdãos e Posturas da Câmara Municipal de Vila Real para a boa polícia e regímen do seu concelho”, o qual, entre outras regras, interdita a realização de obras que prejudiquem o espaço e circulação públicos (art. 7.º), os jogos e prostituição (art. 23.º) ou o charr dos carros de bois (art. 73.º), regula os dias de matança do porco na via pública (art. 54.º) e a comunicação obrigatória da gravidez das mulheres (art. 75.º).

A governação de Costa Cabral, iniciada em 1842, iria, uma vez mais, proceder a alterações administrativas no país e, desta vez, com vigência até 1879. O país passaria a ficar dividido em distritos e concelhos (sem freguesias) governados, respetivamente, por um governador civil e pelo administrador do concelho, ambos nomeados por decreto real, se bem que, agora, o administrador não tenha que residir no concelho para que tenha sido nomeado. O Conselho Municipal continuava a deliberar, mas essas deliberações careciam de ser aprovadas pelos governadores civis e competentes conselhos de distrito –o centralismo administrativo acentuava-se.

Mesmo assim, e com mudanças que foram ocorrendo por toda a segunda metade do século XIX, (Ex.: redução do número de concelhos em 1853 – menos 83 –, novo código administrativo em 1886 com Luciano de Castro) a câmara municipal vilarrealense foi aprovando posturas municipais avulsas e eliminando outras, tal como Pedro Abreu Peixoto dá a conhecer; as áreas da saúde e higiene públicas (proibição de ruído, maus cheiros, galope em ruas e praças da vila, recolha de estrumes em certas horas obrigação de varrer espaços privados junto às ruas), a circulação de animais na via pública, regras para enterramento ou a proibição de mendigos na via pública ou de pessoas sem a decência conveniente foram objeto de posturas municipais. Um momento legislativo fundamental foi o estabelecimento comparativo, por força da lei nacional, entre os antigos pesos e medidas usados e o novo sistema métrico nacional, normativa fundamental para o comércio de feira e lojistas. De assinalar também o regulamento aprovado, em 1883, para a biblioteca municipal, constituída a partir do espólio do extinto Convento de São Francisco.

O ano de 1894 verá a publicação de um novo *Código das Posturas Municipais do Concelho de Vila Real*, o último publicado no século XIX e que substitui, por inteiro, o que fora dado à estampa em 1839. A leitura comparativa entre estes dois códigos é apresentada por Pedro Abreu Peixoto nesta obra. O novo código é mais extenso (151 artigos e 22 capítulos em vez dos 81 e 11 títulos do anterior), os valores das coimas foram também alterados; agora há uma atenção especial para as questões de trânsito e o que lhes está associado, em resultado da evolução tecnológica recente.

A lei de 4 de maio de 1895 institui um novo Código Administrativo nacional que veio criar três ordens de concelhos, consoante a sua população e capacidade financeira: concelhos urbanos, concelhos rurais perfeitos e concelhos rurais imperfeitos; esta lei foi modificada no ano seguinte, eliminando os concelhos rurais imperfeitos: agora, os concelhos serão

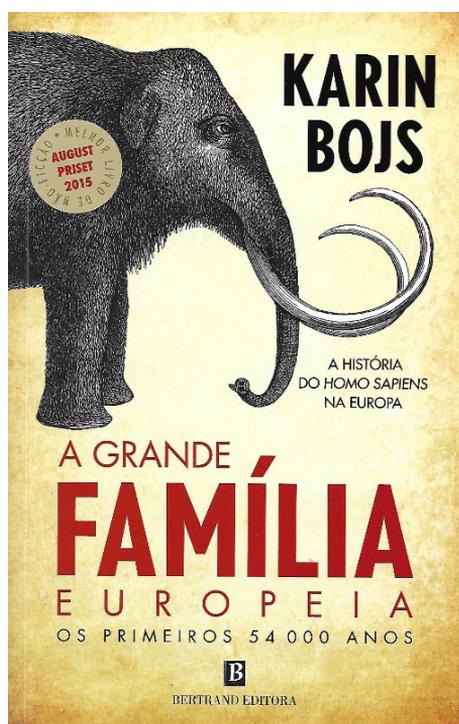
governados por dois órgãos, a saber, a Câmara Municipal (com vereadores eleitos) e o Administrador nomeado pelo governo central.

O constitucionalismo régio, no seu esforço centralizador, procedeu a uma redução significativa do número dos concelhos (de 826 para 291 em 1911) e produziu em três momentos-chave – 1836, 1853 e 1895 – reformas administrativas que visavam consolidar esse desiderato.

É neste quadro que Pedro Abreu Peixoto faz a edição de posturas municipais (códigos e alterações) vilarrealenses aprovadas entre os anos de 1839-1895, visando, com isso, expor ao conhecimento geral, e de forma mais simples, fontes documentais essenciais à história do concelho, particularmente pertinentes para o estudo da história local, pois, como acertadamente escreve, trata-se de “práticas quotidianas do poder municipal e da sua ação e interação com os municípios e com o poder central”.

Karin Bojs: *A Grande Família Europeia – Os Primeiros 54 000 Anos*. Lisboa: Bertrand, 2019, 422 pp.

José Barbosa Machado (UTAD)



Karin Bojs, uma jornalista sueca para a área científica e redatora do prestigiado jornal *Dagens Nyheter*, partindo da história genética da sua própria família, conta neste livro a história dos povos que habitaram a Europa nos últimos 54 mil anos. A pergunta que coloca é a seguinte: Quem são os nossos antepassados, donde vieram, por onde passaram, como chegaram à Europa e, particularmente, à Suécia? A resposta está nas mais recentes descobertas da genética e nos métodos cada vez mais sofisticados para testar, analisar e comparar o ADN humano, ou seja, a informação guardada nos cromossomas e nas mitocôndrias de cada célula.

Considera a autora que, «desde há meia dúzia de anos, é possível analisar o património genético completo de uma pessoa em poucas horas. Os cientistas conseguem mesmo analisar o ADN de pessoas que morreram há dezenas de milhares de anos – em alguns casos, há centenas de milhares de anos» (p. 15). Ora é esta facilidade de análise do ADN, quer de pessoas vivas, quer de restos mortais dos nossos antepassados, que torna possível verificar conexões ao longo do tempo.

Servindo-se das últimas descobertas científicas no âmbito da Paleontologia, Arqueologia, História, Biologia e Genética, a autora traça o percurso da espécie *homo sapiens*, desde a sua saída de África até à sua expansão na Europa, substituindo a espécie existente, o *homo neanderthalensis*, vulgo homem de Neandertal, também nosso antepassado.

O livro está dividido em três partes: 1. Os caçadores; 2. Os agricultores; 3. Os indo-europeus.

Na primeira parte, são apresentados alguns dados históricos acerca dos caçadores-recoletores pré-históricos, do seu percurso no território europeu, da relação entre espécies (*homo sapiens* e *homo neanderthalensis*) e dos vestígios que deixaram na Europa e vão sendo encontrados e estudados por arqueólogos e paleontólogos. Uma das conclusões que a autora tira do percurso do homem primitivo na Europa é que, além dos genes, os nossos antepassados deixaram-nos a cultura. «A capacidade de nos exprimirmos através da pintura, da música e da narrativa é uma das principais fontes motrizes da humanidade» (Ibid.).

Na segunda parte da obra, fala-se da introdução da agricultura no Médio Oriente, da navegação dos agricultores para oeste e do seu estabelecimento na Europa, vindo a substituir a cultura dos caçadores-recoletores que na altura dominavam os territórios. Os estudos genéticos indicam que os caçadores pertenciam ao haplogrupo U, típico do primitivo *homo sapiens* que saiu de África há 54 mil anos, enquanto os agricultores pertenciam a aplogrupos muito diferentes, como N, T, K, J, H, etc. A Europa, com a chegada dos agricultores, passa a ter mais variedade genética e cultural.

A terceira parte é dedicada à chegada dos pastores indo-europeus, vindos de leste. Fala-se da introdução do cavalo e do desenvolvimento dos ramos linguísticos a que pertence a maioria das línguas europeias atuais e uma boa parte das asiáticas (ramos itálico, germânico, eslávico, céltico e indo-ariano). Os estudos atuais «reforçam a ideia de que as línguas indo-europeias foram propagadas por grupos de pastores da cultura Yamma que partiram das estepes na atual Rússia» (p. 282). Conforme a autora explica, «essas línguas disseminaram-se na direção do oeste, na Europa». Uma nova vaga migratória que parte das estepes, cerca de 1000 anos mais tarde, dirige-se «para leste e sul, em direção à atual Índia, Afeganistão e Irão. Nesta vaga, os cavalos e os carros puxados por cavalos desempenharam um papel decisivo» (Ibid.).

Tendo em conta alguns dos estudos mais recentes publicados na revista *Nature* acerca desta temática, a autora explica que «a população da Europa constitui-se, em grande parte, por três grandes vagas de imigração. Primeiro, chegaram os caçadores-recoletores da Era Glaciar. A partir de há 8000 anos, juntaram-se os agricultores do Médio Oriente. Mais tarde, há cerca de 4800 anos, chegou a vaga de pastores das estepes do Leste» (p. 283).

Aos críticos da Genética, que a apelidam de neo-fascista e consideram

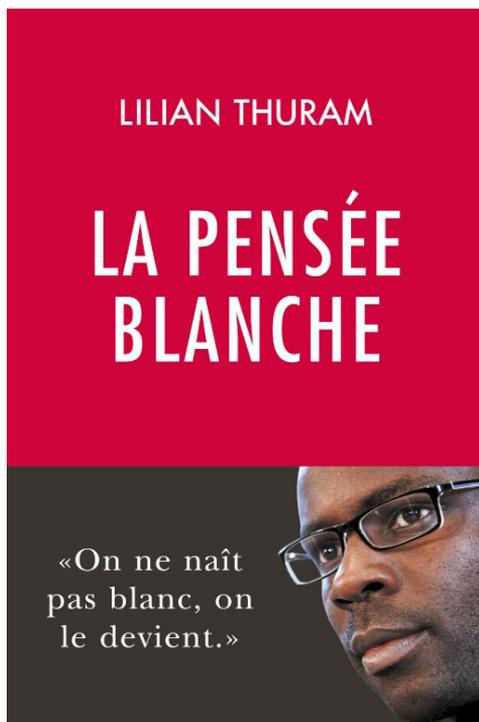
que pode despoletar o racismo e a xenofobia, a autora considera-os muito ignorantes, «pessoas a quem a ideologia cegou» (p. 367). E lembra que nós somos «o produto das nossas vivências desde o período pré-natal até ao fim da nossa vida» (p. 366), mas também somos o produto das vivências dos nossos antepassados. «O nosso ADN é herdado, em certa medida, pelas vivências de gerações anteriores, através de um mecanismo chamado epigenética, que os cientistas só agora começam a compreender» (pp. 366-367). A genética e o ambiente formam, juntos, «a nossa identidade e a nossa saúde. Estão interligados» (p. 367).

A autora conclui a obra dizendo que «todas as pessoas de todo o planeta descendem de uma mulher, a quem podemos chamar Eva, que viveu em África há cerca de 200 000 anos. Todos nós, descendentes de Eva, temos um ADN em grande parte idêntico. Apenas nos distinguem pequenas variações. São essas ligeiras diferenças que nos descrevem como os nossos antepassados há muito tempo foram povoando a Terra. As mutações mostram o nosso percurso desde África, para diferentes latitudes» (p. 378).

Numa altura em que se publicam inúmeros ensaios e obras relacionados com as últimas descobertas da Genética, vocacionados sobretudo para um público especializado, este livro de Karin Bojs, numa linguagem simples, mas sem deixar de ser rigorosa, é uma boa aproximação ao público em geral.

**Lilian Thuram: *La Pensée Blanche*.
Editora Philippe Rey, 2020, 318 pp.**

Susana Pimenta (UTAD)



Lilian Thuram nasceu em 1972, na Guadalupe, e foi jogador de futebol de 1991 a 2008 com vários prémios nacionais e internacionais. A partir de 2008, sob o lema “As pessoas não nascem racistas, tornam-se racistas”, preside a *Fundação Lilian Thuram – Educação contra o racismo*¹, que criou para desenvolver iniciativas de combate ao racismo, dirigidas à comunidade escolar, aos profissionais de justiça e de cultura e, sobretudo, ao grande público. É também autor de *8 juillet 1998* (2004), *Mes étoiles noires* (2011), *Manifeste pour l'égalité* (2014), *Notre histoire 1 e 2* (2014 e 2017), *Tous super-héros 1 e 2* (2016 e 2018) e *Nelson Mandela* (2017).

Lilian Thuram, na obra *La Pensée Blanche*, publicada pela editora Philippe Rey em 2020, ainda sem tradução para português, pretende desconstruir o pensamento que originou a hierarquização das raças e as formas de perpetuação do racismo, partindo do questionamento de uma categoria “inquestionável”: a categoria branca. Neste longo ensaio de 318 páginas, o autor levanta as questões “O que é ser branco?” e “Não nascemos brancos, tornamo-nos?”, que pretendem ser o início de um diálogo, sem ódio nem sectarismo, sem má fé (Thuram 2020: 10). A tentativa de resposta é fundamentada por uma longa lista de referências bibliográficas atual e especializada², embora escrita numa linguagem enxuta de formalidades

¹ Cf. www.thuram.org.

² Lilian Thuram fundamenta-se nos autores como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Amílcar Cabral, Achille Mbembe, Toni Morrison, Rosa Amelia Plumelle-Urbe, Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, entre outros.

académicas ou de grandes deambulações teóricas, o que facilita a divulgação da mensagem junto do grande público. Incontornavelmente, Thuram recorre ainda aos textos fundadores da reflexão pós-colonial de autores como Frantz Fanon ou Aimé Césaire, cruzando-os com exemplos práticos, revestidos de alguma provocação reflexiva, como o aviso ao leitor que se segue: “Avertissement: lorsqu’on vous parle de Christophe Colomb, visualisez son arrivée: êtes-vous sur le bateau avec lui ou sur la plage avec les Amérindiens?” (Thuram 2020: 38). O autor, ao longo do ensaio, interpela diversas vezes o leitor, obrigando-o a repensar as origens do racismo e, conseqüentemente, a perceber e a contextualizar o posicionamento privilegiado do homem branco ao longo da História, verificando-se a equação: se há um pensamento negro, haverá com certeza um pensamento branco. No entanto, na reflexão sobre o racismo, e tal como afirma Michael Eric Dyson, no prefácio à obra *Fragilidade Branca. Porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo* (2020), é preciso recordar que “a branquitude é a variável que não muda”, ou seja, é um constructo social de uma “perversa genialidade”, lembrando as palavras de Charles Baudelaire: “a mais bela das ilusões do Diabo foi persuadir-te de que ele não existe” (Dyson 2020: 11-12).

A desconstrução do pensamento branco na obra de Lilian Thuram dá-se em três grandes capítulos: (I) *L’histoire*, (II) *Être blanc* e (III) *Devenir humain*. O primeiro capítulo revela um trabalho de investigação onde o autor problematiza os relatos históricos que construíram e ajudaram a sedimentar o imaginário coletivo em torno da colonização: as descobertas, o exotismo, a religião, o ato de colonizar e civilizar. No entanto, o autor coloca em destaque e em contraponto os discursos de oposição à colonização, sobretudo no contexto francês, que foram obliterados ao longo da história da colonização. A título de exemplo, Thuram evoca Georges Clemenceau, deputado de Paris do século XIX, que se opõe ao discurso consensual sobre ação civilizadora das “raças inferiores” e que lutava pela igualdade dos seres humanos:

Non, il n’y a pas de droits de nations dites supérieures contre les nations dites inférieures; il y a la lutte pour la vie, qui est une nécessité fatale, qu’à mesure que nous nous élevons dans la civilisation, nous devons contenir dans les limites de la justice et du droit; mais n’essayons pas de revêtir la violence du nom hypocrite de civilisation (Thuram 2020: 99).

O autor demonstra que o “pensamento branco” assumiu, ao longo da história, várias formas moldadas pelas várias circunstâncias políticas, sociais

e culturais, relembrando também que “Oui, la pensée blanche est avant tout masculine” (Thuram 2020: 91). O homem branco ocupa o lugar central da dominação colonial, não se podendo falar de colonização sem evocar a dominação do corpo da mulher ou do fascínio do “bon sauvage”.

O segundo capítulo inicia com a análise do quadro *Châtiment des quatre piquets dans les colonies*, de Marcel Antoine Verdier, pintado em 1843. Interpelando ao leitor, a desconstrução da imagem é realizada a partir da suposição apresentada pelo autor: “J’aimerais savoir ce que vous, lecteur, voyez de ce tableau. Je suppose que c’est le spectacle tragique de l’esclave aplati sur le sol, les quatre membres écartelés par les piquets, qui retient toute votre attention” (Thuram 2020: 125). Ora, Lilian Thuram pretende chamar a atenção para a família branca que se figura à esquerda do quadro: um pai, uma mãe e um filho. A criança parece assustada e é tranquilizada pela mãe e por uma mulher negra. No chão há uma outra criança negra ao lado de um cão. A criança branca ainda não está habituada à violência, ainda não é “branca”, está a tornar-se e tornar-se-á em definitivo à medida que vai testemunhando estas cenas: “Plus tard, cet enfant sera persuadé que les injustices faites aux Noirs sont normales” (Thuram 2020: 127). A criança negra, por sua vez, vai assimilar essa “normalidade” e sobretudo a ser educado para a aceitação da “supremacia” branca e do pensamento branco.

O terceiro capítulo “Devenir humain” é uma reflexão sobre a tomada de consciência da atualidade social e sobre a representatividade do não-branco num mundo onde os brancos são, de facto, uma minoria. A construção da identidade branca e a dominação branca, não sendo fruto do acaso, permitiu uma apropriação económica e simbólica do mundo não-branco (Thuram 2020: 256-257). Ao longo do capítulo, Thuram denuncia vários exemplos de apropriações económicas e culturais, alertando que dentro desse sistema os brancos também são explorados.

É na conclusão que Thuram explora o branco como “ser privilegiado”, aquele que pode escolher as suas lutas ou ser simplesmente indiferente. Partindo do exemplo e do texto “Privileged” do desportista branco Kyle Korver, onde admite que a sociedade se comporta injustamente contra os não-brancos, Thuram apela a uma urgente reconstrução do comum, um apelo ilustrado com as palavras de Achille Mbembe “refonder la communauté des humains en solidarité avec l’ensemble du vivant” (Thuram 2020: 299). E termina:

Indifférence et neutralité ne sont plus possibles. Ayons le courage d’ôter nos différents masques, de Noir, de Blanc, d’homme, de femme, de juif, de musulman, de chrétien, de bouddhiste, d’athée, de sans-papiers, de pauvre, de

riche, de vieux, de jeune, d'homosexuel, d'hétérosexuel...pour défendre la seule identité qui compte: l'humain. Le "je" c'est "Nous" (Thuram 2020: 299).

O livro de Lilian Thuram afigura-se como uma ferramenta pedagógica para a educação contra o racismo no contexto europeu. Num tempo em que os discursos racistas se materializam e proliferam de forma desabrida no espaço público, é urgente reeducar as mentes para o combate contra o racismo, o preconceito e a discriminação. *La Pensée Blanche* (2020) torna-se, assim, uma leitura obrigatória para estudantes, docentes, investigadores e para o público em geral.

Referências bibliográficas

- DiAngelo, Robin (2020): *Fragilidade Branca. Porque é tão difícil para os brancos falar sobre racismo*. Trad. Rita Canas Mendes. Edições Edita_X.
- Thuram, Lilian (2020): *La Pensée Blanche*. Editora Philippe Rey.

